

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS- CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LARYSSA GOMES PIMENTA

**Peregrinos da Terra: a luta dos posseiros pelo direito de acesso à terra
no Médio Mearim - MA segundo as crônicas do Frei Adolfo Temme na
década de 1980.**

São Luís

2019

LARYSSA GOMES PIMENTA

**Peregrinos da Terra: a luta dos posseiros pelo direito de acesso à terra
no Médio Mearim - MA segundo as crônicas do Frei Adolfo Temme na
década de 1980.**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena
em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

São Luís

2019

Pimenta, Laryssa Gomes.

Peregrinos da Terra: a luta dos posseiros pelo direito de acesso à terra no Médio Mearim - MA segundo as crônicas do Frei Adolfo Temme na década de 1980. / Laryssa Gomes Pimenta. – São Luís, 2019.

123 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

1. Conflito Agrário. 2. Teologia da Libertação. 3. Crônicas. 4. Adolfo Temme. I. Título

CDU: 333.013.6:82-94(812.1)

LARYSSA GOMES PIMENTA

**Peregrinos da Terra: a luta dos posseiros pelo direito a propriedade no
Médio Mearim segundo as crônicas do Frei Adolfo Temme (1980).**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena
em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

Aprovada em: 20 / 12 / 2019 .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira
Universidade Estadual do Maranhão
(Orientadora).

Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.
(UEMA).

Prof. Ms. Jorge Luiz Feitoza Machado.
(UFMA).

A minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente queira agradecer a Deus por permitir que pudesse vencer mais uma etapa em minha vida, finalizando mais um ciclo de muitos outros que ainda virão. Agradeço a ele por ter me mantido firme em minha jornada acadêmica, não permitindo que eu me deixasse abater nos momentos mais difíceis, onde tudo parecia não dar certo, me mantendo forte nos momentos em que o estresse e a ansiedade me consumiam, diante das responsabilidades, principalmente nos últimos semestres, onde tudo se tornou ainda mais presente.

Também gostaria de agradecer a TODA minha família. Em especial a minha avó “Dodó”, meus pais, Izabel e Mauro, que batalharam e batalham todos os dias para nos dar todo conforto possível, para que pudesse me manter dedicada aos estudos. As minhas irmãs, Thays e Anna Júlia, que também me acompanharam em toda trajetória, desde o momento da aprovação no vestibular, comemorado com euforia por toda minha família e amigos, aguentando minhas reclamações, minhas noites em claro, observando o desespero com prazos e notas. A minha *pituquinha* Maria Clara, rainha em fazer barulho e bagunçar justo nos meus momentos de estudo, amo todos vocês infinitamente.

Também agradeço ao meu companheiro, namorado e melhor amigo que tanto amo, Alcy Júnior, que me acompanha desde os tempos de escola e que também foi de fundamental importância em todo esse tempo que passei na academia. Obrigada por ter me apoiado em todas decisões, me incentivando sempre a crescer e buscar novos objetivos, por me confortar quando algo parecia impossível e por ser alguém com quem posso contar em todos os momentos da minha vida.

Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão, pela possibilidade de me graduar em História com todo aparato necessário. Agradeço a minha professora e orientadora, Dr.^a Marcia Milena Galdez Ferreira, quem hoje considero uma amiga, por todos os puxões de orelha, por todas as palavras de incentivo, pelas trocas de conhecimento e pela oportunidade de ter me tornado sua bolsista e orientanda, que muito me acrescentaram ao longo desses anos.

Aos professores Henrique Borralho, Alan Kardec, Isaac Bernat, por quem tenho imenso carinho e admiração na vida e na carreira acadêmica, obrigada por terem

sido os melhores professores que poderia ter. Agradeço também a todos os professores da instituição que contribuíram de alguma forma para esse momento.

Agradeço a UEMA e a FAPEMA, pelo fomento as pesquisas na universidade, contribuindo para o avanço na pesquisa e do conhecimento de muitos alunos e professores.

Agradeço a todos da turma 2016.1, que caminharam junto comigo ao longo desses quatro anos, enfrentando todos os perrengues de provas, trabalhos, seminários, lembrarei de todos vocês com muito carinho. Em especial, aos meus amigos Celso Ayres (vulgo, meu acessor), Gabrielle Carvalho, aos meus “filhos”, Antônio Pereira, Deydson Henrique, Marcos Teixeira, que me deram tanto trabalho e raiva ao longo desses quatro anos, a vocês só posso dizer “mamãe ama vocês”.

Aos companheiros do núcleo NEHISLIN e RHIMAS, que tive o prazer de conhecer e compartilhar conhecimentos.

Agradeço infinitamente ao Frei franciscano Adolfo Temme pela entrega e disponibilidade das crônicas, da entrevista e pela acolhida no Eremitério, esclarecendo muitas questões, contribuindo significativamente para esse trabalho.

José Ribamar Lemos (Riba), parceiro na hora do desespero. A Jaciara Leite e Dayane Lima, muito obrigada pela *help* nos momentos críticos e pelos toques nos trabalhos, nem sei o que faria sem vocês.

Agradeço imensamente a Isabela, por toda ajuda e paciência com minhas perguntas e pedidos na secretaria do curso.

As minhas amigas da vida, Ana Paula Dutra, que escutava meus surtos quase diários, que me iludia dizendo que eu daria conta de tudo apesar das dificuldades e sempre acreditando no meu melhor. A Thayres Lima, minha amiga desde os tempos do master, que me acompanha desde os 13 anos em tudo, passando vergonha de todas as formas possíveis.

A Vitória Paraguai e Lyzyanne Morais, minhas amigas de polo, vocês são maravilhosas, obrigada por escutarem meus surtos no bombeiro, minhas histórias de perrengues, meus momentos de “vou ter que militar bem aqui”, por me divertirem nos momentos mais inapropriados da vida, nós somos o melhor trio que o CTO já viu.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse momento único em minha, obrigada a todos que me apoiaram direta e indiretamente nesse sonho, que acreditaram no meu potencial e me incentivaram a seguir firme nessa carreira. Obrigada a todos que contribuíram para que hoje eu pudesse chegar ainda mais perto de me tornar uma professora e me orgulhar desta profissão, apesar de todas as dificuldades que ainda precisam ser enfrentadas.

E por fim, obrigada ao curso de História Licenciatura por ter me proporcionado tantas oportunidades, tantos diálogos, por ter me tornado alguém melhor, por mudar meu ponto de vista em vários momentos, por me tornar uma pessoa mais humana, mais solidária e por permitir que eu olhasse outras realidades.

Existe tempo de calar,
Existe tempo para ouvir,
Existe tempo de lutar.
Adolfo Temme.

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, o campo passou por drásticas mudanças, em consequência do decreto do Estatuto da Terra de 1964 e da Lei de Terras 2.979/69, inserindo-se em uma lógica mercadológica. A propriedade da terra passou a ser vista como produto de grande valor econômico e símbolo de *status* social, o que despertou interesse entre grandes latifundiários e grileiros, aumentando significativamente o número de grandes propriedades e a posse indevida de muitas terras, contribuindo para o crescimento dos casos de conflitos e na expulsão paulatina de posseiros e lavradores da terra, como ocorre no Médio Mearim- MA. Neste período, a Igreja Católica também passou por mudanças paradigmáticas, a partir do rompimento com uma igreja tradicional e do aparecimento de uma ala progressista, aceita por uma parte do clero e da sociedade. A partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, passou a contestar as relações políticas, econômicas e sociais existentes em países de Terceiro Mundo e voltou seu olhar para os pobres e marginalizados. A partir da análise deste contexto histórico e da interpretação das documentações arroladas (crônicas; diário de desobriga) produzidas pelo Frei franciscano Adolfo Temme, buscamos analisar a atuação de membros inspirados pela Teologia da Libertação, como o próprio Frei, a CPT, as CEB's e a ACR, em casos de conflitos por terra no Médio Mearim, ao lado de posseiros e trabalhadores rurais que lutavam contra o avanço da grilagem e da violência praticada contra suas vidas, seu trabalho e sua morada. Desse modo intentamos compreender o apoio favorável por parte da Igreja Católica à organização dos posseiros, como forma de lutar por direitos, na década de 1980. Por fim, analisamos também a forma como os jornais noticiavam os casos de conflito no campo, as mudanças acerca da proposta de Reforma Agrária e da Igreja Católica, como uma forma de melhor compreender os discursos da mídia no período estudado.

Palavras- chave: Conflito Agrário; Teologia da Libertação; Crônicas; Adolfo Temme.

ABSTRACT

From the second half of the twentieth century, the field underwent drastic changes, as a result of the decree of the Land Statute of 1964 and the Land Law 2,979 / 69, inserting itself in a marketing logic. Land ownership has come to be seen as a product of great economic value and a symbol of social status, arousing interest among large landowners and land grabbers, significantly increasing the number of large estates and the improper ownership of many lands, contributing to the growth of the land. cases of conflict and the gradual expulsion of squatters and farmers, as occurs in the Middle Mearim-MA. In this period, the Catholic Church also underwent paradigmatic changes, from the break with a traditional church and the emergence of a progressive wing, accepted by a part of the clergy and society. From the Second Vatican Council and the Medellin Conference, he began to challenge the political, economic and social relations that existed in Third World countries and turned his gaze to the poor and marginalized. From the analysis of this historical context and the interpretation of the documentations listed (chronicles, diary of release) produced by the Franciscan Friar Adolfo Temme, we seek to analyze the performance of members inspired by Liberation Theology, such as Frei himself, the CPT, the CEB´ ACR, in cases of land conflicts in the Middle Mearim, alongside squatters and rural workers struggling against the advance of land grabbing and violence against their lives, work and home. In this way we try to understand the favorable support by the Catholic Church for the organization of squatters as a way to fight for rights in the 1980s. Finally, we also analyze the way newspapers reported the cases of conflict in the countryside, the changes about of the Agrarian Reform proposal and the Catholic Church, as a way to better understand the media discourses in the studied period.

Keywords: Agrarian Conflict; Liberation Theology; Chronicles; Adolfo Temme

LISTA DA SIGLAS.

ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural.

AJULAV – Ajuda Lavradores.

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base.

ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

UDR – União Democrática Rural.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil.

ANC – Assembleia Nacional Constituinte.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O CAMPO ESTÁ À VENDA: QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉDIO MEARIM	20
1.1 O Estatuto da Terra e a Lei de Terras do governo Sarney.....	20
1.2 Reforma Agrária e Constituinte.....	28
1.3 Grilagem, movimentos sociais e conflitos de terras nos anos 80.....	33
2. “E CONHECEREIS A VERDADE, E A VERDADE VOS LIBERTARÁ”: O PAPEL DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS POSSEIROS NO MÉDIO MEARIM	40
2.1 Teologia da Libertação: Concílio Vaticano II e as rupturas com o tradicionalismo católico.	40
2.2 O papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da ACR nos conflitos de Terra no Maranhão.....	48
2.3 A atuação da ACR e das Comunidades Eclesiais de Base na formação e organização dos posseiros no Médio Mearim.....	54
3. O POVO DE DEUS QUER FALAR: A QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉDIO MEARIM SEGUNDO AS CRÔNICAS DO FREI ADOLFO TEMME	61
3.1 Crônicas como instrumento de denúncia.....	61
3.2 Crônica como instrumento de inspiração para a luta pela Terra	68
3.3 Questão agrária na imprensa maranhense	74
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE	93
Apêndice 1- Resumo das crônicas.....	94
Apêndice 2- Tabela de conflitos.....	109
Apêndice 3- Tabela com as notícias encontradas nos jornais maranhenses: <i>O Imparcial</i> e <i>O Estado</i>	113

Introdução

O cenário rural brasileiro desde meados do século XIX foi duramente marcado pela incessante luta pela terra. Grileiros e grandes proprietários, donos de latifúndios de um lado, e pequenos posseiros e trabalhadores rurais de outro, sendo estes atingidos por problemas das mais diversas naturezas, como a expropriação de sua terra para áreas mais interioranas ou locais de fronteira, por conta de ameaças contra a sua integridade física, fraudes documentais e, principalmente, pelo conflito direto, resultando em diversas mortes.

O Brasil, atualmente, ainda é um dos países com a maior concentração de propriedades rurais, muitas delas improdutivas, que pertencem a uma pequena parcela de pessoas, que possuem em seu imaginário, a ideia de que propriedade da terra é um símbolo de *status* social, concepção esta impregnada na mentalidade desde os tempos de colônia. A precária e desigual distribuição da terra faz parte do cenário brasileiro como um todo, destaque neste trabalho, o Maranhão, um dos estados da federação que mais sofre com a questão fundiária segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Tal problemática sofreu um aumento considerado a partir da década de 1960, com o decreto do Estatuto da Terra de 1964 e posteriormente, com a Lei de Terras 2.979/69, que compreende o período do regime civil-militar no país, conseqüentemente há um acentuado crescimento na negociação de terras devolutas no estado do Maranhão. Os conflitos por terra que passaram a eclodir em todo o território nacional, frutos de constantes disputas territoriais e de inquietações de massas camponesas indignadas com a situação em que se encontravam, dentre esses territórios, destaque a região do Médio Mearim, onde um grande contingente de posseiros foi gradativamente sendo expulsos de suas propriedades.

Diante do novo quadro político, econômico e social que se consolidou no Maranhão a partir da implementação de tais leis, observou-se um aumento significativo na atividade de grileiros, que passaram a ver na falsificação de documentos, uma possibilidade de enriquecimento, e de aumento de seu patrimônio, como aponta Martins. “Com a formalização institucionalização da terra no século XIX, a terra passa a ser formalmente equivalente de mercadoria, definida por um preço, objeto de compra e venda. Torna-se equivalente dos bens móveis, não naturais, produtos do trabalho humano” (1998, p.666).

A lógica mercadológica que adentrava os campos do Maranhão, com ênfase na região do Médio Mearim, passa a atingir inúmeras famílias de posseiros na década de 1980, que estavam presentes nessas terras há gerações, provocando em muitos casos, a migração de um grande contingente de pessoas para áreas ainda não ocupadas na região ou para outros estados, em busca de sossego, até que o capitalismo os atingisse outra vez.

A partir do momento que as terras passam a se tornar cada vez mais escassas, ou quando o posseiro passou a reivindicar seu direito à posse da terra, a qual já ocupava há um tempo considerável, onde já havia feito benfeitorias (roças, construções, criações...) abre-se um espaço propício para o uso da violência – na grande maioria das vezes, por parte dos grileiros–, que também passariam, a fazer parte da realidade de muitos posseiros, não apenas no Médio Mearim. Conforme Vitor Asselin, “Se a violência é inerente à grilagem, a grilagem é instrumento do Poder, pois foi acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo Governo” (2009, p. 151).

Visto isso, torna-se perceptível o cenário desordenado que toma conta da zona rural do estado do Maranhão, diante do avanço paulatino de grileiros e grandes empresários, resultando em graves conflitos pela terra, na expropriação de muitas famílias de seus locais de morada, utilizando-se de violência, que, na maioria dos casos, é negligenciada pelo poder público. É interessante ressaltar que na década de 1980 o país vivenciava um período marcado por uma instabilidade política, econômica e social, visto que passava por um momento de transição, colocando fim a um regime ditatorial, violento e repressivo – que dificultou a luta de muitos trabalhadores rurais que participavam de movimentos sociais ou eram vítimas de conflitos, diante do sufocamento das manifestações populares–, retornando a curtos passos, ao que seria um regime democrático e de garantia de direitos.

Paralelo a isto, conforme Villalobos e Rossato (1996) a Igreja Católica vivencia na segunda metade do século XX, uma série de modificações seus paradigmas, após o Concílio Vaticano II¹ e a Conferência de Medellín, que diante da eminente necessidade de mudar a relação Igreja/povo, volta seu olhar para os países de Terceiro Mundo, questionando as relações políticas, sociais e econômicas, resultando em uma

¹ O Concílio Vaticano II se deu de 1962 até 1965.

frente progressista intitulada Teologia da Libertação, fazendo assim, a chamada opção pelos pobres.

O Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín provocaram no seio da Igreja Católica e em muitos de seus membros, uma profunda reflexão e transformação, o que os leva a se manifestar/aproximar e até mesmo participar ativamente de muitas questões das quais, se mantinham afastados em decorrência da postura tradicional e rigorosa que a instituição tinha. A opção pelos pobres surgiu neste momento, como um desdobramento, visto que nem o Concílio nem a Conferência devem ser interpretados como o único motivador de seu surgimento, nas palavras de Leonardo Boff.

A Teologia da Libertação nasceu como propósito de responder aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo. A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão porque aqui se vivem problemas graves, verdadeiros desafios para a fé. [...] “A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras libertadora (BOFF, 2014, p.61).

Portanto, a Teologia da Libertação descrita por Boff, passa a se estruturar por entender que a igreja precisava se fazer presente em questões que iam surgindo com as novas demandas sociais, levando-a a questionar relações sociopolíticas entre nações desenvolvidas e países subdesenvolvidos, na questão racial e até mesmo, em questões econômicas. Visto isso, no Médio Mearim, os membros do clero inspirados por essa frente progressista passam a atuar como instrumento de mediação entre o Estado e trabalhadores rurais, que sofrem com conflitos agrários.

A preocupação da Igreja Católica com os conflitos e mazelas que faziam parte do cotidiano camponês, não surgiram como pauta posteriormente à elaboração da doutrina da Teologia da Libertação, sendo esta uma preocupação desde a década de 1950. Diante disto, é por meio da análise das crônicas acerca de conflitos agrários no Médio Mearim escritas pelo Frei Adolfo Temme, inspirado pela Teologia da Libertação, busco compreender o papel desempenhado pela Igreja, no tocante aos movimentos sociais em prol do direito dos posseiros à terra, na região de estudo. Também será analisado através dos documentos produzidos pelo Frei Adolfo Temme, a atuação das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), da ACR (Animação dos Cristãos no Meio

Rural) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) na resistência e na organização dos posseiros.

Para tanto, torna-se necessário explicar sobre o que foi e qual o papel desempenhado por cada um desses agentes envolvidos nos conflitos na região do Médio Mearim, torna-se essencial para uma melhor compreensão sobre o tema proposto, destacando o campo de atuação, por exemplo, das CEB's, da CPT e principalmente da figura do Frei Adolfo Temme, como peça central desta relação entre Igreja e posseiros.

Dentre os mecanismos de ação dos mediadores, estão: o incentivo a resistência, criação e implementação de projetos e entidades para a conquista da terra e reforma agrária, projetos a educação dos filhos de lavradores e incentivo para a utilização de técnicas agroecológicas na tentativa de manter as famílias no campo (LIMA, 2018, p. 20.).

Diante disto, como forma de melhor compreender as dinâmicas encontradas no campo a partir da década de 1960, e suas modificações ao longo dos anos, farei uso das abordagens da História Social e História Cultural, como ferramentas de análise das relações sociais estabelecidas, das atividades desempenhadas, da relação Igreja/posseiro, e principalmente, da atuação das instituições ligadas a Igreja no tocante aos conflitos existentes no Médio Mearim.

A História Social nesse momento se torna estritamente necessária, como forma de possibilitar debates que envolvam as mais diversas áreas, que puderam contribuir para a consolidação desta relação entre os membros da Igreja inspirados pela Teologia da Libertação e os posseiros da região do Médio Mearim. Utilizarei também da obra de Edward Palmer Thompson, que aparece para os pesquisadores com essa definição de “práxis”, por seus métodos empiristas ou realistas.

Em sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa, a maldição de Adão”, Thompson analisa, partindo do prisma da história social e sua multidisciplinaridade, o processo de formação da classe operária, analisando origem, nos campos na figura do camponês, que é expropriado de sua terra e vai para os centros urbanos trabalhar nas fábricas têxteis. Thompson percebe a origem dos problemas sociais e dos conflitos nos centros urbanos da Inglaterra, os resquícios, ou consequências de um ato anterior ao fato analisado. “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”. (THOMPSON, p.18).

Diante disto, fica explícito a necessidade de se entender os conflitos narrados pelo Frei Adolfo Temme, na sua temporalidade e localidade, levando em consideração, as formas de articulação entre posseiros e Igreja, como frutos do avanço da atividade grileira no Médio Mearim e da constante violência sofrida por eles.

Assim como a História Social se faz necessária para uma melhor interpretação das relações estabelecidas no campo e suas modificações diante do avanço do capitalismo, a Teologia da Libertação também assume um caráter decisivo na região do Médio Mearim, sendo ela, o principal mecanismo para o estabelecimento da relação entre a Igreja Católica e a população que sofre com os conflitos. Para isto, utilizamos autores como Faustino Teixeira, como forma de interpretação do que seria essa “nova” vertente da Igreja Católica e a sua opção pelos pobres, seguidamente, propomos um amplo debate em torno do papel “libertador” da Teologia da Libertação, da CPT, da ACR e das CEB’s.

Posteriormente, partimos do estudo de autores como Victor Asselin (2009), José de Souza Martins (1998) e Maria Helena Versiani (2014) e Sônia Mendonça (2010), com a finalidade de melhor compreender as modificações ocorridas no campo durante a década de 80 do século XX, levando em conta o avanço do capitalismo, a repressão aos movimentos sociais e o novo cenário jurídico após o Estatuto da Terra de 1964.

E por fim, utilizando de autoras como Capelato (2015) e Luca (2008), abordaremos uma série de notícias encontradas em jornais na imprensa maranhense, como forma de analisar os discursos produzidos e reproduzidos acerca das mudanças ocorridas no campo, às opiniões sobre a Lei Sarney de Terras de 1969 e seus desdobramentos, assim como observar como estão sendo vistas as mudanças ocorridas na Igreja Católica com o surgimento e crescimento da Teologia da Libertação.

Embora o uso de fontes impressas como objeto, ou fonte de estudo tenha crescido consideravelmente – como a utilização de notícias de jornais-, ainda nos deparamos com uma série de problemáticas e cuidados que devem ser tomados, a fim de não recair em uma reprodução de um discurso, tornando assim o trabalho dotado de opiniões pessoais ou de propagação da opinião de determinado veículo de informações, como aponta Costa e Silva (2017).

O leitor, por tanto, precisa saber se posicionar diante de tais discursos, sob pena de ser facilmente manipulado por esses veículos que, ao invés de retratarem os acontecimentos com isenção e profissionalismo, atendem aos ideais de um determinado grupo e propagam apenas os fatos de seus interesses, deixando em segundo plano ou até silenciado, questões fundamentais para a compreensão mais ampla desses eventos (COSTA; SILVA, 2017, p.6).

Visto isso, a presente monografia busca analisar a atuação da Teologia da Libertação nos conflitos agrários no Médio Mearim - MA nos anos de 1980, com base nas crônicas do Frei franciscano Adolfo Temme, trabalhando sua trajetória, suas manifestações, seu processo de construção, concretização e atuação no meio social. Faremos também um estudo acerca das ações de instituições como as CEB's, à ACR e a CPT, na articulação dos trabalhadores rurais (posseiros; lavradores) pela conquista do direito a terra e à Reforma Agrária, num período marcado pela constante repressão de liberdades individuais, onde determinado setor da Igreja Católica se posiciona ao lado desses posseiros e a passa atuar como mediadora, como aquela que dá espaço para fazer denúncias contra crimes ocorridos na região do Médio Mearim.

Diante disto, tal pesquisa torna-se essencial para uma melhor compreensão do papel significativo desempenhado pelos membros da Igreja Católica inspirados pela Teologia da Libertação na luta pela terra na década de 80 na região do Médio Mearim, e conseqüentemente, uma melhor interpretação do cenário campesino da região citada, que atualmente ainda sofre com as conseqüências da grilagem e da expropriação de trabalhadores em prol de um avanço do sistema capitalista, que insere a propriedade rural a uma lógica mercadológica.

1. O campo está à venda: questão agrária no Médio Mearim².

Este capítulo se propõe a analisar as diversas mudanças que marcaram o cenário rural maranhense, mais precisamente na região do Médio Mearim – MA, local marcado por diversos conflitos agrários, frutos do constante embate entre trabalhadores rurais, classificados como posseiros e grandes fazendeiros, donos de grandes propriedades de terras, que passam a desenvolver a atividade de grilagem no campo. Para compreender tais mudanças, utilizo como ponto de partida para análise dos conflitos descritos nas crônicas do Frei Adolfo Temme, o decreto do Estatuto da Terra de 1964, e o modelo de Reforma Agrária proposto pelo mesmo, assim como o novo tratamento dado no tocante a latifúndios; analisamos também a Lei de Terras 2.979/69, e os desdobramentos da mesma no estado do Maranhão, com a exigência de títulos de propriedade, o avanço da grilagem, levando em consideração também o surgimento e organização de movimentos sociais no estado. Por fim, propomos também, um amplo debate em torno da participação popular em questões políticas que marcaram o país no período de redemocratização e a ampla participação popular durante a Constituinte.

*

1.1 O Estatuto da Terra e a Lei de Terras do governo Sarney.

Os anos de 1960 no Brasil mostravam um cenário instável, de grande mobilização popular diante das mudanças políticas que ocorriam dentro e fora do país e que futuramente seriam interpretadas como estritamente ligadas aos rumos tomados na sua história. O país vivenciava neste momento, num âmbito nacional, a troca de presidente, visto a renúncia do então presidente Jânio Quadros³ após um mandato conturbado, ainda que breve, deixando seu vice João Goulart⁴ no cargo da presidência.

2 A região do Médio Mearim trabalhada ao longo deste trabalho consiste em locais mencionados nas crônicas escritas pelo Frei Adolfo Temme, sendo estes: Bacabal; Lago da Pedra; Lago do Junco; Pau Santo; Aldeia; Ludovico; São José dos Moura; Bacabalzinho; Lago Verde; São Manoel; Aguiar; Lago dos Rodrigues; Centro da Pedreira; São Francisco. Alguns destes povoados acabaram sendo extintos em decorrência do avanço de grandes propriedades, ou pela nova reorganização espacial da região.

3 O Governo de Jânio Quadro durou sete meses (1961).

4 Governo de João Goulart (1961-1964).

A então posse de Goulart, que cada dia se tornava mais provável, logo causara manifestações de setores da elite dominante, que reconheciam a sua simpatia pelas ideologias propagadas pela esquerda e por reconhecer a necessidade de reformas de base no país. Rapidamente militares e civis⁵ passam a articular meios de impedir que Jango pudesse ocupar o cargo, trabalhando para que a ideia de uma suposta ditadura comunista no Brasil se propagasse, causando o medo e insatisfação na população.

No dia 1º de abril de 1964, tem início a ditadura no Brasil, após um golpe civil-militar que levaria o país a longos vinte e um anos de um governo autoritário. Com um regime ditatorial instalado, dá-se início a um extenso período de supressão das liberdades individuais, como liberdade de expressão, passeatas, greves, causando nas cidades uma gritante instabilidade. Paralelo a isso, o campo também sofria com as mudanças do governo, o Estatuto da Terra de 1964, que “promoveria” uma Reforma Agrária, embora com outra estrutura, e um grande desenvolvimento na agricultura, que agradaria principalmente aos grandes proprietários de terras.

Os debates acerca do projeto de Reforma Agrária – do Estatuto de uma maneira geral –, proposto pelo governo militar num primeiro momento causaram uma série de opiniões contrárias até mesmo por parte daqueles que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso do golpe militar. A demanda social que aflorava nas manifestações sociais nos campos e centros urbanos do Brasil, reivindicando a Reforma Agrária como medida de urgência para resolução de conflitos e da superconcentração da propriedade na mão de uma pequena parcela da população, acabou gerando tanto nos militares, como na elite que detinha a posse destas propriedades, o medo de que tais reformas fossem realizadas através da organização popular, “na marra”. (MENEZES, 2010, p.36)

O governo de Castelo Branco responsável pela elaboração e por colocar em vigor o Estatuto da Terra, utilizou-se de um discurso de modernização do campo, setor que poderia diminuir a crise que instalava no país e como atividade lucrativa para a elite agrária e também para o governo, como mostra Sônia Mendonça.

No imediato pré-1964, em meio à profunda crise econômica vivida pelo país, três questões gerais se colocavam como exigências do desenvolvimento capitalista no Brasil: o combate à inflação, a alteração da política externa e a

5 Grandes empresários, latifundiários (elite agrária).

chamada “modernização” da agricultura. À primeira delas, o governo militar respondeu com uma política de “recessão calculada” que, em sua pauta de combate à inflação, incluía a superexploração seletiva da força de trabalho e o arrocho salarial seletivo, sem mencionar a proibição de greves e a própria repressão. Quanto à política externa, reforçou-se definitivamente tendência até então já esboçada de alinhamento aos Estados Unidos. Já quanto à modernização, colocava-se, à época, como inevitável, a reforma agrária (MENDONÇA, 2010, p. 35).

Paralelo a isso o regime militar investia em obras faraônicas, que seriam ostentadas ao lado do crescimento das taxas, que renderia a criação do mito do “milagre econômico”. Posteriormente, com o avanço da lógica capitalista para o campo, os pequenos e médios produtores passam a perder espaço para os grandes detentores de latifúndios, mudando drasticamente a dinâmica campesina, levando a disputa por terras para o plantio, a violência e o mercado para a vida de muitos trabalhadores rurais.

Entretanto, é válido ressaltar que o Estatuto da Terra causaria ambiguidades em sua interpretação, ora vista como contraditória ao que o governo se propunha, ora como contrária às demandas populares. O Estatuto preocupava as elites agrárias, que após a publicação do documento oficial e da definição do que viria ser a Reforma Agrária para o governo de Castelo Branco, aparentemente oferecia sérios riscos à concepção de propriedade privada, tão preservada e defendida pela elite e pelos militares no período pré-64.

TÍTULO II

DA REFORMA AGRÁRIA

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DOS MEIOS DE ACESSO À PROPRIEDADE RURAL

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, Estatuto Terra).

A ideia de extinção de propriedades como latifúndio e minifúndio⁶, que não cumpririam a ideia de “justiça social” e “função social” – que causaram grandes debates

⁶ Ver: Lei Nº 4.504: Artigo 4; Estatuto da Terra de 1964.

no período sobre a confusão e imprecisão dos termos-, logo seriam repreendidas pela elite, que observava as mudanças trazidas no conteúdo da lei. Entretanto, logo observariam que tais interpretações seriam precipitadas, visto que o Estatuto da Terra estaria muito distante de uma ameaça aos grandes proprietários rurais.

Paralelo a essa ideia de desapropriação de algumas propriedades descrita pelo que seria a proposta de Reforma Agrária, o governo sinalizava para os grandes proprietários, a intenção de modernizar e expandir o campo, com a mecanização de lavouras, inserindo a partir de então, o grande capital nestas localidades. A partir desse olhar de que as áreas rurais se tornariam um local de crescimento e rendimento econômico para economia do país e de futuros “empresários rurais”, muitos proprietários de terras, assim como uma parcela que saia dos centros urbanos, passaram a observar no campo, uma oportunidade de rápido enriquecimento, sob a ótica da modernização, classificada por Regina Bruno, como uma “modernização conservadora”- um modelo de desenvolvimento concentrador de terra, de capital e poder (1997, p. 137)”.

Para além dos pontos já mencionados, um outro fator acaba surgindo e contribuindo para o avanço do capital para o campo. O conceito criado e apropriado por muitos no Estatuto da Terra, era o de “empresa rural⁷”, que acabava atraindo grandes empresários e grileiros, por conta das políticas de incentivo feitas pelo governo a tais propriedades. Em contrapartida, as pequenas propriedades, assim como pequenos lavradores, posseiros e movimentos sociais do campo, que observavam na criação do Estatuto da Terra a esperança de alcançar a Reforma Agrária, logo passariam a sentir o gosto amargo da lei e dos longos anos da ditadura.

A ideia de Reforma Agrária foi tomada e esvaziada pelo governo de Castelo Branco e pelo Estatuto da Terra. A pauta que vinha sendo amplamente debatida pela população camponesa, que se tornaria uma importante bandeira de alguns movimentos sociais ao longo dos anos, sofreu seu primeiro grande golpe ainda em 1964, quando teve a oportunidade da conquista e da redistribuição de terras, deturpada em detrimento dos interesses de elites locais. Segundo Mendonça (2010), a apropriação da bandeira da

7 Art. 4 Para efeitos desta Lei, definem-se: [...]

VI- “Empresa Rural” é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico ...VETADO... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo os padrões fixados, pública e previamente, papel Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se áreas cultivadas as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

Reforma Agrária por parte do primeiro governo militar, teve como finalidade desenraizar a causa dos movimentos sociais que por ela lutavam, tornando assim, a Reforma Agrária uma concessão do governo de Castelo Branco, que faria a mesma na base da repressão aos setores e movimentos populares.

Muito embora tenhamos observado os desdobramentos de inúmeros debates acerca do Estatuto da Terra e da implementação da Reforma Agrária, que num primeiro momento representou uma grande conquista por parte dos camponeses e aparentemente ameaçadora para aos grandes proprietários, logo mostraria sua face concentracionista e pouco distributiva, que deixou transparecer no primeiro momento.

Diante dos fatos observados ao longo da pesquisa em torno do Estatuto da Terra de 64, da Reforma Agrária e da modernização proposta, torna-se notório o quão prejudicial o mesmo se tornou para camponeses em diversas localidades do Brasil. Hoje torna-se possível observar como o Estatuto da Terra foi ousado em suas propostas e em suas delimitações conceituais, fato que iria de encontro até mesmo com as propostas do governo militar, que tanto criticou as reformas de base propostas pelo governo Goulart. A obra final, foi resultado de uma série de edições até sua divulgação oficial, sendo modificada com o intuito de sempre favorecer e jamais interferir no conceito e “direito” a propriedade privada, ainda que fugindo dos parâmetros estabelecidos pela lei.

Após ser divulgado e posto em vigor, tornou-se explícito que tal Estatuto foi criado com intuito de favorecer uma elite agrária, que agora poderia enriquecer em suas propriedades rurais, contribuindo conseqüentemente para a garantia de seu poder e influência sobre as esferas públicas; paralelo a isso, o Estatuto também foi criado com o propósito de esvaziamento dos movimentos sociais, onde o governo acalmaria as demandas exigidas pelos movimentos com a proposta de resolução da problemática de redistribuição fundiária e fim do latifúndio que não cumpria sua função social, até o momento que pudesse ter total controle dos mesmos, pelo uso da repressão e proibição dos movimentos.

Mesmo após a criação do Estatuto da Terra, que fornecia parâmetros para a implantação da Reforma Agrária, o mesmo sinalizava que os estados brasileiros deveriam promover a aplicação da mesma, utilizando-se de alguns recursos e acordos, fato este, que iremos observar no Maranhão no final da década de 60.

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão unir seus esforços e recursos, mediante acordos, convênios ou contratos para a solução de problemas de interesse rural, principalmente os relacionados com a aplicação da presente Lei, visando a implantação da Reforma Agrária e à unidade de critérios na execução desta (Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, Estatuto Terra).

Em uma escala mais local, colocando como foco o estado do Maranhão, também podemos observar grandes mudanças no campo, e conseqüentemente nas cidades, frutos de uma nova estruturação fundiária, criada pelo então governador José Sarney⁸. A Lei n. 2.979 de 15 de junho de 1969, também chamada de Lei de Terras, como ficou popularmente conhecida, surge como um fator agravante para as disputas que já se faziam presentes no âmbito rural, aumentando significativamente os impactos no modo de vida, tanto econômico quanto social dos trabalhadores rurais do estado do Maranhão. As mudanças ocorridas foram suficientes para o crescimento das taxas de violência no campo, de família expropriadas de suas propriedades e das atividades migratórias em busca de terras devolutas.

Com a campanha de José Sarney voltada para o desenvolvimento e liberdade que seu governo traria para o Maranhão, de rompimento com a antiga oligarquia de Vitorino Freire, o mesmo embala o povo ao som do slogan de seu governo, “Maranhão Novo”, trazendo em seu conteúdo, planos de desenvolvimento tanto para a zona urbana, quanto para a rural, dando ênfase à educação e ao progresso no estado. Tal discurso de modernização do campo possibilita a José Sarney implantação da lei – embora não entre em vigor no seu mandato –, que visa o beneficiamento direto de grandes empresários latifundiários, constituindo uma elite agrária, que agora encontra um cenário fértil pra a implantação de atividades como agropecuária e o plantio em larga escala, conseqüentemente resultando na lógica mercadológica do campo.

O adjetivo *libertado*, proveniente do latim *libertus*, significando “posto em liberdade”, é empregado pelo governador Sarney, ao que parece com dupla intenção: a de evidenciar a condição na qual encontrara os maranhenses até aquele momento e a de se colocar como o libertador desse povo. Ao estabelecer uma analogia entre a condição dos maranhenses e a escravidão, o governador deixa clara que sua intenção, para além de implantar um governo que se preocupasse em “salvar” os maranhenses da escravidão, era, sobretudo,

8 José Sarney: governador do Maranhão 1966-70.

de criar uma nova imagem perante os seus eleitores: a do *salvador*”
(PACHÊCO FILHO, 2015, p. 117).

O discurso modernizador e atraente para grandes empresas se deu a partir do quadro fundiário no Maranhão, conhecido pela abundância de terras devolutas, prontas para serem ocupadas, visando à modernização e o crescimento econômico destas áreas. Tal conjuntura resulta em uma grande frente de expansão, com o objetivo de ocupação destas áreas, o que acaba atraindo grandes empresas, favorecidas pela estrutura favorável para implantação de sedes, como ALUMAR e muitas outras, assim como pela política de incentivo dada a elas, de venda ou até mesmo doação de territórios.

Até meados da década de 1970-1980, o Maranhão ainda era um estado que tinha como pratica frequente entre muitos moradores da área rural, a não regularização da posse de suas terras, fruto da concepção de que o Maranhão sempre teria terras férteis e livres para todos, e também por conta da relação e concepção de posse adotada pela grande maioria dos trabalhadores rurais, de que sua ocupação histórica (não utilizando esse termo) e suas benfeitorias, valiam mais do que qualquer documento de posse.

Entretanto, sabe-se que a partir da publicação da lei 2.979/69, o Maranhão assistiu ao crescimento da especulação da propriedade rural, contribuindo para o aumento do número de disputas por território, acarretando uma série de conflitos, que tornariam o estado, um dos locais de maior incidência de conflitos agrários do país. Com a instituição de que a compra e venda de propriedades rurais seriam a única forma de comprovação de posse, tal fato contribuiria para o aparecimento e fácil propagação da atividade de grileiros, que passariam a observar na grilagem de terras, uma forma rápido de enriquecimento e conquista de poder, fato que iremos debater mais à frente.

Diante do cenário encontrado antes e depois da Lei Sarney de Terras, observa-se o quão desfavorável ela foi na vida dos camponeses na década de 1970. A partir dos primeiros anos do governo Sarney, tronou-se claro a total ausência do comprometimento do mesmo, com as causas que surgiam no campo, com foco para a aplicação da Reforma Agrária e solução para os conflitos já existentes, que logo se tornariam mais frequentes. Tal legislação foi criada com intuito de regularizar o latifúndio, contrariando a ideia de desconcentracionismo de terras, proposto pelo

Estatuto da Terra e pelo conceito de Reforma Agrária, mesmo que estes não quisessem de fato, a implantação desta política pública.

A Lei Sarney de Terras, arquitetada pela oligarquia hegemônica do Maranhão, possibilitou o loteamento das “terras livres” do estado, entregando-as aos grandes grupos econômicos do Brasil e aos grandes proprietários rurais maranhenses. Isso produziu uma das maiores concentrações fundiárias do país, sustentada e mantida com a conivência do Estado, produzindo grande quantidade de conflitos fundiários em todas as regiões do Maranhão. As sobras do loteamento fundiário promovido pelo governo do estado ficaram para alguns poucos camponeses, como pano de fundo para esconder as graves crises de grilagem de terras e fraudes políticas. Dessa forma, a imensa maioria dos camponeses maranhenses foram excluídos de lavras sua própria terra e produzir alimentos dentro de seu estado. (A QUESTÃO... 2017, p. 17/18.).

Diante dos impactos e desdobramento observados ao longo do estudo acerca do Estatuto da Terra de 1964 e da Lei Sarney de Terras de 1969, tornou-se possível o mapeando dos fatores que serviram de agravantes para os conflitos no campo existentes no estado, principalmente na região do Médio Mearim, que passará a sofrer com a expropriação paulatina de suas propriedades, em consequência do avanço de atividades capitalistas, que promovem uma concorrência desigual, assim como a expropriação fruto da violência, descrita em muitas crônicas escritas pelo Frei Adolfo Temme, principalmente nos anos de 1980, período de maior incidência de conflitos.

As mudanças fundiárias aqui analisadas tornaram evidentes o total descompromisso do poder público em garantir o direito de inúmeros camponeses de ter acesso à terra, de manifestar suas vontades, de se organizar e resistir ao grande capital – principalmente no período da ditadura militar–, deixando claro, que o intuito era justamente dificultar o acesso desses pequenos trabalhadores, gerando assim, a dependência dos mesmos a subempregos e aos desmandos de grandes proprietários.

A legislação aqui debatida, também é vista pelos posseiros e lavradores como uma forma de violência, por ignorar/desconsiderar a história de vida encontrada em muitas localidades, assim como pelo favorecimento e acobertamento de práticas criminosas como a grilagem de terras e pela criação e propagação de um discurso criminalizante da figura dos camponeses na imprensa e na sociedade maranhense.

1.2 Reforma Agrária e Constituinte.

Por volta dos anos de 1970-1980, o Brasil vivenciava um processo de transição política, que marcaria o fim de longos 21 anos de um regime ditatorial e o retorno da democracia através do processo de reabertura política. A abertura, ainda que comandada por militares que afirmavam que a mesma deveria ocorrer de forma lenta, gradual e segura, causou na sociedade como um todo, a esperança de um país democrático, seguro – no tocante a manifestações individuais –, de reestabelecimento de direitos, a crença na volta de muitos presos políticos, exilados e da possibilidade de escolher seus representantes por via democrática, com a realização de eleições.

A sociedade brasileira nos últimos anos do regime se encontrava fragilizada, diante da conjuntura insustentável para qual o país tinha caminhado. A forte crise econômica abatia a população de uma maneira geral, o índice de analfabetismo crescia, a repressão se tornava mais intensa a cada Ato Institucional, especialmente após o AI-5, considerado o Ato mais violento existente na ditadura militar, fatos estes, que contribuíam significativamente para o crescimento da insatisfação popular, culminando no aparecimento de grandes movimentos sociais em prol da Constituinte.

Após a divulgação e o início do processo de redemocratização, observa-se na sociedade brasileira uma ampla movimentação e reorganização de movimentos sociais e de uma diversidade de bandeiras (causas/pautas), que durante os anos da ditadura foram duramente sufocadas pelas forças militares, como forma de garantia do controle sobre as massas populares e de permanência do poder nas mãos do Estado. Os movimentos que surgiam tinham diferentes questões, entretanto, o movimento que defendia a necessidade de elaboração de uma nova Constituição fora um dos que mais cresceram, principalmente nos anos de 1987-1988.

A instalação de uma nova Constituinte, em 1987, não foi uma medida política “ofertada” à sociedade brasileira por alguns parlamentares comprometidos com a redemocratização – como o discurso governamental do período sustentava. Ela foi uma resposta a um amplo movimento social que congregou experiências e iniciativas por todo o Brasil, mobilizando entidades civis, grupos sociais e pessoas as mais diversas. (VERSIANI, 2014, p. 363).

Os movimentos pró-Constituinte ganhavam cada vez mais corpo e apoio de diversos setores populares: escolas, civis, OAB, CPT, CNBB e partidos políticos da

oposição, que voltariam a se reorganizar. Embora a população estivesse se mostrando ativa e articulada, é válido ressaltar que não foi um movimento de ampla aderência, visto que boa parte da população brasileira que morava nos campos ou em áreas periféricas dos centros urbanos, enfrentavam o desafio de não ter conhecimento sobre o momento que estavam vivenciando. Versiani (2014) aponta no decorrer de sua obra como o movimento pró-Constituinte, visando o maior número de apoio popular, passou a empreender uma ampla difusão do conhecimento sobre o que seria a Constituinte, como funcionaria e de que forma a participação popular poderia influenciar em decisões de uma forma positiva, fato descrito pela autora como um momento exercício da democracia.

A partir da ampla participação popular, criou-se o movimento pela instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, conhecido pela sigla MNPPC (Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte) onde se defendia a criação de uma assembleia para a elaboração de uma nova Constituição, democrática, fruto das demandas sociais, onde seus componentes deveriam ser eleitos pelo povo como representantes. O movimento pela ANC ganhou força e notoriedade por todo o país, sendo noticiado em inúmeros jornais, dentre eles os da imprensa maranhense, destacando o apoio popular e fornecendo notícias sobre o andamento das propostas criadas.

As manifestações acerca da proposta de instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte acabaram por resultar em opiniões contrárias a mesma. Os posicionamentos diante da necessidade de elaboração de uma nova Constituinte acabaram se conformando de maneira heterogênea, onde uma parte defendia a ampla participação popular como retorno da democracia e extinção do regime autoritário; e a segunda vertente defendia que esse processo deveria ser feito sem o envolvimento popular. Entretanto, é interessante ressaltar a sociedade já se encontrava articulada de diversas formas, com a realização de movimento em defesa da democracia, com reuniões organizadas em universidades, com o apoio de alguns órgãos.

Paralelo a isso, foi criado um movimento que tinha como propósito não só a conquista do apoio popular a Constituinte, mas também o de oferecer à população a possibilidade de propor leis e modificações à nova Constituição, assim como novas formas de organização da sociedade, reforçando a ideia de retorno da democracia e da cidadania, como observamos em Maria Helena Versiani.

Em São Paulo, foi criada também, em 6 de fevereiro de 1985, uma importante matriz do movimento pela participação da sociedade na Constituinte: o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. A estratégia era fomentar a criação de “plenarinhos” que funcionassem como estruturas paralelas à Assembleia, vigilantes da representação dos anseios populares no Congresso.

[...] Os plenários apresentavam-se como canais legítimos de participação. (VERSIANI, 2014, p.369).

Os plenarinhos acabaram se tornando um importante local de debate sobre os rumos da nova Constituição, assim como um palco para a elaboração de propostas que viriam a ser apresentadas como resultado da vontade popular. É em meio a este cenário que surge a proposta de elaboração de projetos de lei feitos pela população, que deveriam ser apresentados a mesma e conseqüentemente conseguir assinaturas como forma de legitimar a manifestação dos mesmos. A ideia das cartas como proposta de emenda à Constituição acabou ganhando grande repercussão, visto que qualquer pessoa, órgão ou instituição poderia propor algo, desde que seguindo as normas estabelecidas e também por ser interpretada como manifestação direta da vontade popular.

Num âmbito mais local, abordando a região do Médio Mearim e as crônicas do Frei Adolfo Temme, é possível observar em alguns relatos escritos pelo mesmo a elaboração de algumas cartas e do recolhimento de assinaturas de moradores locais e de pastorais como a CPT, propondo a realização efetiva da Reforma Agrária e do fim da violência do campo, sendo estas algumas das pautas mais importantes debatidas no período da redemocratização do país e do processo de elaboração da Constituição cidadã.

A pauta de Reforma Agrária e do fim da violência do campo retornava para o centro dos debates na década de 1980 como uma política de urgência, diante do grande número de conflitos espalhados pelo país. A Reforma Agrária consiste em uma política pública, que visa a redistribuição de terras, a desapropriação de grandes propriedades improdutivas (latifúndios) e a garantia do direito de acesso à terra, como o intuito de preservar a forma de vida e o sustento econômico de pequenos posseiros e lavradores. Entretanto, a questão da Reforma Agrária no Maranhão, a partir do Estatuto da Terra de 64 e da Lei Sarney de Terras assumira um papel de resolução dos conflitos que surgiam do embate com fazendeiros, grileiros contra posseiros e lavradores.

A luta pela Reforma Agrária no Médio Mearim passa a ser interpretada e apropriada pelos posseiros como uma política que merecia ser defendida, como uma

forma de alcançar o abrandamento e a possível extinção dos conflitos, das mortes e ameaças pela terra, assim como um importante passo para a diminuição das indiferenças e mazelas sociais. A luta em prol da Reforma Agrária acabou sendo incorporada às pautas do Médio Mearim, com ênfase nos locais atingidos pelos conflitos, – que já sofriam com a questão da terra antes mesmo da década de 80 –, e de atuação de membros inspirados pela Teologia da Libertação.

Em meio aos debates que surgiram no Brasil no período de redemocratização, a questão agrária voltaria para o centro de muitas discussões. Movimentos como o MST, a organização de camponeses (sem a bandeira de movimentos sociais), e os movimentos ligados às pastorais como a CPT, a ACR – como ocorre no Médio Mearim –, passam a levantar outra questão agravada durante o regime militar, que seria a repressão violenta aos movimentos oriundos do campo, que lutam pela questão agrária.

Diante disto, torna-se possível observar também o papel e o que representou a Lei da Anistia para muitos camponeses no período de redemocratização, levando os mesmos a acreditarem na volta de muitos presos políticos e na punição dos responsáveis pela morte de muitos camponeses, vítimas das forças do Estado. Welch (2014) aponta em muitos momentos de seu texto, as diversas formas de violência praticadas pelo Estado contra movimentos sociais e camponeses no período pós-64, que o período da Constituinte, com a luta pelo restabelecimento de direitos humanos e de punição dos responsáveis pela violação destes, alimenta nos camponeses e em muitos outros movimentos, a esperança da liberdade de muitos camponeses e figura políticas importantes para o movimento.

[...] o primeiro tipo foi reservado para os casos de graves violações, no sentido definido pelas comissões: assassinatos, tortura, ferimentos corporais, desaparecimento resolvido ou não, ameaças sérias, tudo que for violência contra pessoas, violências geralmente praticadas pelo Estado ou classe dominantes para intimidade e reprimir ou eliminar indivíduos ou grupos, tais como militantes, sindicalistas e movimentos camponeses.(WELCH, 2014, p .64).

A defesa dos direitos humanos acabou se tornando uma pauta de grande relevância para todos os envolvidos na luta pela Constituinte. Ainda no tocante a defesa dos direitos humanos, torna-se interessante observar como essa questão se tornou importante para os diversos trabalhadores rurais, que sofriam nos campos pelo Brasil

com a violência física e psicológica, seja por parte do Estado, seja por cidadãos civis. Os direitos aqui mencionados trabalhavam com a ideia de que todo cidadão deveria ter direito de se expressar, direito a condições básicas de vida (moradia, comida, água de qualidade, dentre outras coisas), direito à vida, direito de ir e vir, pontos estes, distantes da realidade de muitos cidadãos, como por exemplo, os posseiros e lavradores do Médio Mearim.

No Médio Mearim, a violência crescia de forma rápida e preocupante aos olhos não apenas da Igreja e dos posseiros, mais do Estado. Posseiros e lavradores, em conjunto com membros do clero, se organizavam em diversos seguimentos, resistindo a violência, ao avanço do latifúndio, da atividade de grileiros e também se articulando para ter o direito de acesso à terra, garantido.

Ainda no Médio Mearim, analisando a documentação produzida pelo Frei, observamos a organização de marchas em defesa da Reforma Agrária (nas crônicas, são descritas como: romarias da terra), os relatos de violência, assim como se observa a comunicação entre algumas dioceses de outras regiões, sobre a situação encontrada nas mesmas. Desta forma e com o apoio de movimentos e pastorais que atuam em outras regiões do país, torna-se possível o intercâmbio de informações, conectando diferentes locais a diferentes questões.

Diante disto, observamos o papel decisivo que a Constituinte desempenhou na década de 1980 em diversos setores da sociedade. Com o amplo debate e participação popular em prol da elaboração de uma Constituição Cidadã, inúmeros movimentos sociais e manifestações populares passam a surgir e se (re)organizar, utilizando-se do momento de retorno da democracia e abrandamento do aparelho repressivo. A Constituinte, como vimos, fomentou o reaparecimento dos debates em torno da Reforma Agrária, proporcionando um cenário favorável para discussões, novas propostas para resolução da questão agrária; a manifestação popular acerca da Constituinte também trouxe para o centro dos debates, a esperança para muitos movimentos sociais, dentre eles, os que surgem no campo, de retorno de figuras importantes para o movimento, ou para suas famílias.

Ainda que o movimento pela Constituinte ou a própria Constituição elaborada e aprovada não tenha trazido em seu conteúdo, de forma explícita a ideia de Reforma Agrária, torna-se interessante observar o quão relevante se tornou esse

momento para a população camponesa, em especial o Médio Mearim. A década de 1980 no Médio Mearim foi o período de maior incidência de conflitos agrários, onde posseiros e membros do clero se encontravam ameaçados constantemente por grandes proprietários, que praticavam das mais diversas formas de violência contra os mesmos; diante da conjuntura que se cria no cenário nacional, a população de uma maneira geral passa a observar a oportunidade de participar e resistir às mazelas sociais.

Visto isso, o movimento pela Constituinte deve ser interpretado como um momento único, de organização, resistência, debates e ampla participação popular; um momento de reflexão sobre a realidade encontrada no Médio Mearim, e principalmente de esperança para os camponeses (posseiros e lavradores), que lutam pela diminuição das desigualdades sociais e da violência.

1.3 Grilagem, movimentos sociais e conflitos de terras nos anos 80

O século XX foi o período de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil e no mundo. O cenário nacional passava por inúmeras crises desde a renúncia de Jânio Quadros e a eminente posse de um vice-presidente com fortes tendências à esquerda, que causara uma grande inquietação nacional. O medo da “ameaça comunista”, a possibilidade da implantação da Reforma Agrária e o fortalecimento das Ligas Camponesas, culminariam num golpe de estado, articulado por uma elite empresarial conjuntamente aos militares.

Com o governo militar instaurado, logo viriam as primeiras mudanças na política, na economia e na sociedade. Como vimos anteriormente, após o golpe de 1964, observou-se a elaboração e instituição do Estatuto da Terra de 64, que modificou drasticamente as estruturas do campo, como forma de garantia da soberania de uma elite rural e do esvaziamento de movimentos sociais oriundos dos problemas do campo. Posteriormente também observaríamos as mudanças regionais, como a que ocorre no Maranhão, após a implementação da Lei 2.979/69, que dificulta a vida de inúmeros posseiros e trabalhadores rurais, após instituir que a propriedade rural precisaria ser comprovada por meio de documento.

A exigência de titulação como única forma de compra e comprovação da propriedade rural, tornou posseiros e lavradores que não possuíam a documentação necessária para comprovar a posse, vítimas do processo de grilagem⁹ das propriedades, onde eram feitas as falsificações de títulos de terra, obrigando assim, os trabalhadores rurais e suas famílias a saírem daquela localidade. Diante deste entrave no tocante à comprovação de posse, os pequenos produtores e suas famílias passam agora a condição de expropriados, aumentando assim, a parcela de pessoas desabrigadas e desempregadas, em contrapartida, os grileiros passaram a observar nesta atividade, uma maneira fácil de enriquecimento e aumento do patrimônio particular, como nos mostra Asselin.

O grileiro é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães. (LOBATO, 1920 apud ASSELIN, 2009, p.42).

Tanto Victor Asselin (2009) quanto José de Souza Martins (1998) buscam ao longo de suas obras, tornar explícito os diversos impactos sentidos no campo com o advento do capitalismo. Muito embora as escritas possuam um olhar diferenciado, visto que Martins possui uma visão mais afastada em decorrência de uma fundamentação teórica, ele busca compreender a forma como as novas demandas econômicas e sociais passam a adentar o campo, torna-se visível em seu texto a maneira como os trabalhadores rurais se relacionavam entre si, com a terra, a dinâmica da colheita, e como tudo se modifica com a chegada das cercas e das máquinas no campo.

A noção de propriedade privada, muito explorada por Martins no decorrer da escrita, mostra as diferentes concepções de propriedade encontrada no campo, a primeira que vem do posseiro, do trabalhador rural que nela planta, faz roça, cria animais e que faz dela sua morada, alguém com uma ligação muitas vezes histórica, que consegue ver em suas ações que tal pedaço de terra é sua propriedade; a segunda vem dos grileiros, dos grandes proprietários, do governo, que só enxerga legitimidade diante de um documento registrado em cartório, uma relação de compra e venda – ou grilagem e venda –, que deixa de lado na grande maioria dos casos, todo o trabalho já

⁹ **Grilagem:** Termo utilizado para designar o ato de falsificar documentos (com selos, carimbos, assinaturas) para comprovar de forma ilegal a posse de terras devolutas ou de terceiros; A pessoa que desenvolve tal ação é chamada de grileiro.

desenvolvido naquela determinada localidade, ordenando a partir de então, a ordem de retirada ou despejo de todos que ali se encontram.

[...] o título, o documento, tem uma vida autônoma em relação à terra sobre a qual supostamente garante direito. O documento ganha vida nos cartórios e tribunais, a vida postiça que pode lhe dar a burocracia pública. Na origem de tais papéis, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premiando cupinchas e protegidos, cabos eleitorais do partido político no poder. Essa tem sido a história territorial do regime republicano e oligárquico. Sem a menor consideração pela terra efetivamente ocupada por indígenas, por seringueiros, por posseiros, que foram se estabelecendo livremente nas terras [...]

[...] No outro lado, da parte dos pobres, dos posseiros e dos seringueiros, uma outra concepção de direito à terra. O direito se legitima pelo trabalho sobre a terra bruta. (MARTINS, 1998, p. 670/ 671).

Asselin (2009), ao longo de sua obra, assume um caráter mais militante, que buscava explicar o que foi a grilagem no Maranhão, citando inúmeros casos, como por exemplo, o grilo do Pindaré, com o intuito de questionar o processo maçante de expropriação dos trabalhadores rurais que já viviam em muitas localidades e que diante de tal prática, muitas vezes se viram impossibilitados de permanecer no local, devido às represálias, ameaças físicas e psicológicas, praticadas por pistoleiros contratados por fazendeiros que reivindicavam a posse da terra, assim como chamar atenção para as grandes fraudes ocorridas nas documentações e nos cartórios.

Paralelo a isto, há um aumento considerado nos fluxos migratórios internos, devido à escassez cada vez maior de terras devolutas no estado, obrigando os mesmos a migrarem para outras cidades, algumas urbanas, em busca de trabalho e outras formas de obter uma renda. A política de incentivo a atividade agropecuária, o aumento significativo no tamanho das propriedades particulares, a mecanização do campo, o projeto das grandes empresas como ALUMAR, Companhia Vale do Rio Doce, que são grandes beneficiados dessa empreitada do governo Sarney, sendo estes alguns dos impactos enfrentados no meio rural, que culminou numa grande tensão social.

[...] a Lei de Terras ou Lei Sarney de Terras, aprovada no final de seu mandato e implantada no governo sucessor, beneficiando grandes grupos nacionais que compraram terras virgens e áreas de fronteira a preços simbólicos, provocando, com isso, o deslocamento de um sem número de nordestinos e causando a destruição de muitos povoados construídos por

esses flagelados da seca, que desde 1877 acorrem ao Maranhão, encontrando abrigo às margens de seus rios e de suas terras férteis, dali fazendo seus oásis (PACHÊCO FILHO, 2015, p. 96-97).

A lógica mercadológica que adentrava os campos do Maranhão, com ênfase na região do Médio Mearim, passa a atingir inúmeras famílias de posseiros na década de 1980, que estavam presentes nessas terras há gerações, provocando em muitos casos, a migração de um grande contingente de pessoas para áreas ainda não ocupadas na região ou para outros estados, em busca de sossego, até que o capitalismo os atingisse outra vez. Quando as terras passaram a se tornar cada vez mais escassas, ou quando o posseiro passa a contestar seu direito a posse da terra a qual já ocupara a um tempo considerável, onde já havia feito benfeitorias (roças, construções, criações...) abre-se um espaço propício para o uso da violência – grande parte das vezes, por parte dos grileiros–, que também passaria agora, a fazer parte da realidade de muitos posseiros, não apenas no Médio Mearim. Segundo Asselin (2009), se a violência é inerente à grilagem, a grilagem é instrumento do poder, pois foi acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo Governo.

Hoje, esse movimento de ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do “branco” contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também peões escravizados. (MARTINS, 1998, p. 669).

Consequentemente, tal situação, acarretou o aumento da perseguição a trabalhadores rurais, assim como a resistência e organização do setor camponês também, as Ligas Camponesas e os movimentos sociais passam a fazer parte do cenário nacional, levantando a bandeira da Reforma Agrária, política duramente reprimida pelo setor da elite rural. Inúmeros desses movimentos passam a ser criminalizados e associados a ameaças comunistas a serem combatidas, o que torna a luta cada vez mais difícil e desigual.

Visto isso, torna-se perceptível o cenário desordenado que toma conta da zona rural do estado do Maranhão, diante do avanço paulatino de grileiros e grandes empresários, resultando em grandes conflitos por terra, na expropriação de muitas

famílias de seus locais de morada, utilizando-se de violência, que na grande maioria dos casos, é negligenciada pelo poder público.

A grilagem das terras acaba contribuindo de forma considerável para o surgimento de ações organizadas pela população local do Médio Mearim, ameaçada e em alguns casos, já vítimas das consequências da prática de grileiros. Entretanto, é válido ressaltar que a grilagem não é vista como o único motivador de conflitos sociais no campo e nem como único motivo para a articulação de camponeses nos campos, num contexto nacional e regional.

Os movimentos sociais que eclodem na sociedade, fruto das contradições geradas pelas novas relações socioeconômicas, passam a ser interpretados como a principal forma de manifestação e organização das vontades populares diante do cenário que se modifica drasticamente no decorrer do século XX, com o aparecimento de diversas problemáticas envolvendo a zona rural, principalmente na década de 80.

Para se compreender as manifestações de caráter contestatório, de reivindicação e defesa de determinadas questões que surgem no campo, buscamos compreendê-los com o auxílio da História Social, que interpreta o homem a partir da realidade na qual o indivíduo se encontra, através do conceito de experiência encontrado em Thompson.

Karl Marx (1996) também contribui de forma significativa para a compreensão dos movimentos que surgem no campo. Marx discute o surgimento do proletário, levando em consideração as inúmeras mudanças ocorridas no campo, interpretando as modificações, como fatores determinantes para o surgimento do mesmo, visto que a partir do momento que o camponês se vê privado do acesso à terra e da única forma de tirar seu sustento, de sobrevivência, agora se sente obrigado a migrar de forma forçada para os centros urbanos, buscando novas formas de sobreviver.

Os movimentos sociais, portanto, passam a ganhar cada vez mais corpo, força e notoriedade na sociedade, principalmente após o golpe civil-militar de 1964, que levou a população urbana e rural a caminhar para uma situação insustentável em questões políticas, econômicas e sociais. O cenário encontrado a partir da segunda metade da década de 1960 contribuía para o aparecimento de inúmeros movimentos de cunho social, que almejavam mudanças urgentes no cenário nacional. Segundo Duarte e Mekesenas (2008), a noção de movimentos sociais deve ser posta em relação com a

teoria dos direitos, portanto, como ideia de políticas públicas, de sociedade civil e de cidadania. Não é possível, hoje, pensar movimentos sociais sem pensar em política[...].

Visto isso, é possível observar que a grande maioria dos movimentos sociais que passam a surgir no contexto da ditadura militar e no período da redemocratização, trazem como pauta, problemáticas que foram criadas e agravadas neste período. Os movimentos que surgiam no cenário urbano traziam como bandeiras a luta contra a censura aos meios de comunicação, a volta e preservação de direitos humanos, a procura por presos e mortos políticos, a liberdade de expressão, a luta contra o arrocho salarial, melhoria de vida, que contrastava com o mito do milagre econômico e o fim do regime, no campo, os movimentos já se faziam presentes antes mesmo do golpe, com o fortalecimento das Ligas Camponesas¹⁰, que sob os ataques em discursos da direita, foram interpretadas como uma ameaça comunista a ser combatida. Entretanto as ligas não foram a única manifestação do campo, a luta pela Reforma Agrária passa a ser uma bandeira erguida e defendida por muitos movimentos sociais do campo, assim como a luta contra o grande capital no campo e posteriormente, contra a violência.

Num contexto mais regional, o Maranhão passa a observar principalmente a partir da década 70, o aparecimento de uma série de movimentos sociais, com maior incidência no campo, fruto da instabilidade presente no meio rural em decorrência da disputante incessante por terras férteis e devolutas entre grileiros, latifundiários e grandes empresários, que motivados pelo avanço do capitalismo, passam a ocupar os campos do Médio Mearim e de outras regiões do Maranhão, contribuindo desta forma, para o aumento de conflitos no campo, elevando o estado a um lugar marcado pela violência no meio rural.

Os conflitos no campo passam a aumentar consideravelmente após as mudanças ocorridas em decorrência do Estatuto da Terra e da Lei de Terras 2.979/64, destacando a década de 80, como o período mais turbulento enfrentado pela população maranhense, especialmente do Médio Mearim, o que nos mostra que os conflitos também são observados a nível nacional e não apenas nas crônicas escritas pelo Frei Adolfo Temme.

¹⁰ As Ligas Camponesas foram importantes movimentos que surgiram no interior do Brasil no governo Vargas, ligada ao Partido Comunista do Brasil, o que levou a mesma a períodos de grandes e pequenas atuações, sendo estas, um dos principais meios de manifestação das vontades e anseios da população rural até 1964.

A segunda metade do século XX serviu de berço para muitos movimentos sociais que nasceram nesse período, movimentos pela educação como o Movimento de Educação de Base (MEB), pela Constituição como *Constituinte Já!*, que teve uma ampla participação tanto da população urbana quanto rural, por ser um marco para a volta da democracia, movimentos de estudantes e partidos políticos, greves de trabalhadores, de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atualmente é visto como um dos maiores e mais organizados movimentos sociais oriundos das demandas camponesas, que lutam pelo direito de acesso à terra e pela Reforma Agrária, assim como observamos o aparecimento de movimentos no campo, da junção entre Igreja e população, como as ações organizadas pelas CEB's, CPT e pela ACR, que discutiremos posteriormente mais a fundo.

Conforme observamos as mudanças ocorridas na sociedade brasileira ao longo da década de 1960, torna-se notório a direta ligação existente entre o surgimento de uma série de movimentos sociais no estado do Maranhão e do país de uma maneira geral a tais modificações, entendendo que estas manifestações constituem uma resposta popular diante das modificações, que passam a violar direitos básicos da vida da população civil. Abordando o Médio Mearim, região de foco deste trabalho, compreende-se a organização de posseiros e lavradores, junto de outras instituições que visam auxiliá-los, como uma resposta direta aos conflitos que passam a eclodir com maior intensidade no decorrer da década de 1980, tornando a região instável para a população, que a partir de então, passaria a lutar pelo reconhecimento do direito de posse e acesso à Terra, pelo fim da violência denunciada pelo Frei Adolfo Temme, da grilagem de muitas propriedades e posteriormente, da incorporação da luta pela Reforma Agrária na região.

2. “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará¹¹”: o papel da Teologia da Libertação no processo de organização dos posseiros no Médio Mearim.

Neste capítulo buscamos compreender as mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica no século XX, como o momento de surgimento de uma frente

¹¹ João 8:32

progressista, após a convocação do Concílio Vaticano II. Tal frente representa uma ruptura com o setor mais tradicionalista da Igreja Católica. Desse modo, a pesquisa busca compreender o que levou esse setor progressista a voltar seu olhar para a América Latina, assim como fazer a chamada “opção pelos pobres”, e atuar em questões políticas e sociais em prol dos marginalizados. Buscamos também compreender o surgimento da doutrina da Teologia da Libertação. Posteriormente, nos propomos analisar a atuação da Igreja Católica como apoiadora da luta dos trabalhadores rurais contra os grandes proprietários em conflitos agrários, assim como o surgimento de pastorais ligadas a mesma, como a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) com foco para a região do Médio Mearim – MA. Por fim, buscamos compreender a atuação dessas instituições como uma das peças fundamentais para a organização de trabalhadores rurais nas lutas camponesas.

*

2.1 Teologia da Libertação: Concílio Vaticano II e as rupturas com o tradicionalismo católico.

O século XX foi um período de grande relevância para a sociedade, com mudanças significativas que deixaram seus reflexos até os dias atuais. O cenário mundial e nacional passavam por grandes acontecimentos que marcam a humanidade como o século das Guerras Mundiais, de grandes avanços no meio científico com a criação de medicamentos, o aumento e a rápida propagação na parcela da sociedade que se classificava como atea, a pluralidade religiosa, o afastamento da Igreja das demandas sociais e, conseqüentemente, o enfraquecimento da religião/Igreja Católica, o que acabou acarretando em grande preocupação por parte da mesma.

Até meados das décadas de 1950/60 a Igreja Católica era pautada em uma doutrina tradicionalista, criada e seguida por seus fiéis, pouco flexível e cada vez mais distante da sociedade. A Igreja Católica Tradicional, como era conhecida, se caracterizava por ser uma igreja distante das mazelas sociais que assolavam a humanidade, uma instituição preocupada apenas em seguir rituais, dotados de simbologias, pelo distanciamento do evangelho da vida de seus seguidores, das missas realizadas em latim, assim como também tinha uma grande preocupação com a vida

cristã, apenas quando se tratava da realização dos sacramentos, firmando-se apenas como uma instituição responsável por levar seus seguidores para o caminho da salvação, dando pouca atenção aos conflitos da sociedade, sem atuação em questões políticas e pouco interessada em diminuir as crescentes e desiguais relações sociais que se formavam com a expansão do capitalismo.

É, portanto, neste contexto que se observa a necessidade de convocação do Concílio Vaticano II, num cenário que o Papa João XXIII classifica como “crise humanitária”, que para ele, exigia um posicionamento da Igreja Católica. Esse acontecimento teve como causa principal, voltar à atenção dessa poderosa instituição, para aqueles que então eram vistos como minoria. A preocupação com os pobres, com os marginalizados e as nações subjugadas pelos países de primeiro mundo, a partir de então receberiam atenção e apoio de setores da Igreja Católica. Posteriormente, ocorre a chamada Conferência de Medellín, que resulta em grande repercussão pela América Latina, por abordar causas muito semelhantes às debatidas no Concílio Vaticano II, dando os primeiros sinais de modificação na estrutura e na doutrina católica.

As ações da Igreja se encaminhavam para uma tentativa de dialogar com as novas perspectivas da sociedade, mas sem prejudicar sua estrutura. É relevante entendermos que esse novo modelo de Igreja Católica que buscava rever sua postura não fez mudanças bruscas e rápidas, enquanto uns estavam de acordo com essas ideias, outros temiam que a instituição fosse abalada e se colocaram contra a qualquer ideia que se opunha a sua forma de vida tradicional (LIMA, 2018, p.33).

As respectivas conferências¹² acabam por se tornar fundamentais para as futuras mudanças nas ações da igreja, visto que é a partir delas, que uma parcela significativa de membros do clero passa a observar uma nova forma de se fazer igreja, agora mais próxima das comunidades, dos marginalizados e com uma maior atuação em meio à sociedade, com uma ênfase ainda maior nos países da América Latina.

Convocada pelo Papa Paulo VI¹³, tinha como um de seus feitos, o posicionamento e a notoriedade dada às indiferenças presentes nas nações latino-americanas, que fizeram parte dessa conferência, assim como a evangelização e luta pela justiça em seu continente, trabalhando a ideia de que a Igreja Católica deveria

¹² Embora ao longo do texto seja abordada com maior frequência a Conferência de Medellín, é interessante ressaltar o papel de suma importância desempenhado pela Conferência de Puebla(1979) para a consolidação da Teologia da Libertação.

¹³ O Concílio foi convocado pelo Papa João XXIII em 1962, acabando no Papado de Paulo VI em 1965.

constantemente voltar-se para os desassistidos. Para isso alguns textos bíblicos eram utilizados como forma de embasamento para suas novas causas e suas novas lutas, como aponta Teixeira ao abordar os fatores que levam a Igreja a uma reflexão sobre seu papel social. “A igreja se vê provocada a ‘perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho’, de tal modo que possa responder, de maneira adequada a cada geração, às interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas”. (TEIXEIRA, 2014, p.16).

É a partir dessas indagações, que a Igreja Católica muda seu olhar e passa a dar espaço para as minorias. Os setores progressistas passam a observar uma possibilidade de aumentar seu campo de atuação em questões sociais, em nome da Igreja, que no Brasil, durante a década de 70-80, enfrentava a ditadura civil-militar¹⁴, que embora tivesse os setores conservadores como apoiadores do golpe e de todo movimento militar, também existiram aqueles que se voltavam contra a ordem estabelecida, na luta por direitos e igualdade e liberdade.

É em meio a este cenário de luta por justiça, de aproximação da Igreja Católica com demandas sociais e econômicas que vinham afligindo a população menos favorecida, que passa a ser gestada a Teologia da Libertação. Embora a Teologia da Libertação seja organizada e pensada enquanto doutrina a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, é válido ressaltar que tais conferências não podem ser interpretados como aqueles que dão origem a essa ala progressista, sendo ela, uma frente que surge dos anseios sociais, da identificação dos membros da Igreja Católica com as causas que já se faziam presentes antes mesmo de tais posicionamentos serem evidenciados pela autoridade maior católica.

A Teologia da Libertação surge a partir da necessidade de desta instituição em mudar sua postura diante dos desdobramentos da humanidade. Tal doutrina é pautada em uma atuação direta de membros do clero, inspirados por essas premissas, em conflitos sociais, lutando por direitos humanos, pela diminuição do abismo social entre nações de primeiro mundo e nações de terceiro mundo ou até mesmo em uma relação mais local, entre uma classe e outra.

14 FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.) O Brasil Republicano. O Tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 345-404.

Após a realização dessas conferências e reuniões entre os membros maiores eclesiais, essa vertente acaba por ter como foco principal, a chamada “opção pelos pobres”. Tal opção leva a Igreja a lutar ao lado das minorias, por vezes auxiliando na organização de resistências, apoiando movimentos e encorajando seus seguidores na luta por justiça social, através dos estudos de textos bíblicos, os quais interpretam como semelhantes e próximos das dificuldades enfrentadas pelas minorias, assim como trabalham a ideia de construção do Reino de Deus a partir deles.

A Teologia da Libertação nasceu com o propósito de responder aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo. A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão, porque aqui se vivem problemas graves, verdadeiros desafios para a fé. [...] A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras libertadora (BOFF, 2014, p.61).

Muito embora a Teologia da Libertação seja um movimento estritamente ligado a uma instituição religiosa, a mesma passa a buscar em autores clássicos, como Karl Marx, embasamento para suas lutas, como forma de melhor compreender as relações socioeconômicas que compõem a humanidade do século XX. O papel libertador adotado pelo setor mais progressista da Igreja Católica parte de uma releitura destas teorias, assimilando o que possa servir de contribuição para a organização dos teólogos da libertação junto às minorias, contestando a exploração e a desigualdade presente na sociedade.

[...] a Teologia da Libertação começa a adotar outros modos que não os tradicionais utilizados pela Igreja para abordagem da vida e da realidade, a exemplo disso, pode-se apontar a simpatia de grande parte de seus adeptos da nova teologia pela teoria marxista, a proximidade com ideais socialistas, o incentivo ao pobre para que este assumisse seu devido lugar na luta por sua liberdade, o questionamento ao sistema vigente e que se impunha aos pobres, a crítica ao capitalismo, etc.(ROCHA; OLIVEIRA, 2016, p. 627).

A aproximação desse setor mais progressista de autores como Marx, acaba por gerar grandes críticas sobre o verdadeiro papel dessa teologia. O envolvimento da Igreja em conflitos sociais de luta por direitos humanos e justiça, resulta em uma grande resistência por parte da ala conservadora. Os setores conservadores da Igreja passam a argumentar que tais teólogos incitariam a luta de classes para que uma se sobrepusesse à outra e por propagarem ideologias políticas.

Muito embora a Teologia da Libertação seja um posicionamento adotado por membros da Igreja, tal ideologia não pode ser vista como homogênea dentro desta instituição. Com a convocação do Concílio Vaticano II, das conferências e principalmente a partir do abandono de uma postura de indiferença diante das causas sociais, a Igreja Católica passa a dar os primeiros sinais de rompimento do tradicionalismo, que marcou a história desta instituição durante séculos.

Em contrapartida, o setor conservador ainda se mantinha forte e hegemônico dentro da Igreja, o que contribuiu para o embate constante entre ambas as partes. A forte resistência do setor conservador às novas posturas adotadas por uma parte do clero, culminou em uma divisão dentro da própria Igreja, onde uma parte abraçava as novas causas que surgiam de acordo com as mudanças na doutrina e a outra, composta por clérigos que afirmavam não ser papel da igreja se envolver em questões políticas e que tais práticas poderiam abalar fortemente suas estruturas seculares.

O embate entre ambas as partes acabou gerando perseguição do setor conservador aos teólogos da libertação, se intensificando ainda mais, após a assimilação da teoria marxista. O setor conservador, aproveitando-se do cenário político mundial e nacional, passa a reprimir a atuação de membros do clero em movimentos sociais, perseguindo de forma ostensiva alguns padres e bispos.

No “combate ao comunismo”, empreendido por João Paulo II e por Bento XVI, a Teologia da Libertação, considera como “marxista”, foi um dos alvos prediletos dos ataques conservadores. Neste sentido, diversos bispos hostis à Teologia da Libertação foram nomeados no Brasil e na América Latina. Padres e bispos ligados à Teologia da Libertação foram afastados, e mesmo perseguidos, como o caso do Teólogo Leonardo Boff, um dos maiores expoentes dessa corrente, que abandonou as suas funções eclesiais. (MENEZES NETO, 2007, p.339).

Diante disto é notório como os ataques, as campanhas e o afastamento de membros do clero inspirados pelos ideais progressistas por parte do setor conservador da Igreja Católica acabam por se tornar uma das principais estratégias adotadas pelos mesmos, no combate à atuação e à expansão da Teologia da Libertação na Igreja e no meio social. Menezes Neto (2007) ao longo de sua obra, aponta como esse setor conservador se utilizava do cenário mundial e nacional de combate a “ameaça comunista”, onde os mesmos argumentavam que a teoria de Marx estaria impregnada

nas bases da teologia da libertação, sendo ela, uma espécie de “Cavalo de Tróia”, para espalhar o comunismo pelo mundo em nome de Deus.

Mesmo após e com a expulsão de grandes nomes da Teologia da Libertação da Igreja Católica a mesma se mantém firme no tocante a sua atuação em movimentos sociais, sempre lutando pelos direitos humanos. A Teologia da Libertação tem em sua base uma forte ligação com os movimentos sociais, por entenderem que através deles que o povo se manifesta se articula e luta por seus direitos.

A teologia da libertação nasce intimamente vinculada aos movimentos sociais. Não há como entender a sua gênese e desenvolvimento deslocada da prática libertadora que marcou a América Latina a partir dos anos 60. A teologia nasce num segundo momento, dando expressão teológica ao grito dos pobres e excluídos. (TEIXEIRA, 2014, p. 38).

No Brasil essa doutrina ganha ainda mais força no período da ditadura de 1964 e da redemocratização, atuando ao lado de movimentos de trabalhadores que sofriam com a crise econômica mascarada pelo mito do “milagre econômico”, da parcela que sofria com a fome, com a privação das liberdades individuais e contra o sufocamento de movimentos sociais do campo que cresciam na medida em que os camponeses, posseiros e lavradores eram expulsos e ameaçados por grandes proprietários de terras e com o avanço da grilagem. Portanto, essa doutrina agiu como apoiadora das manifestações populares, como incentivadora das lutas que levariam esses movimentos a alcançar sua libertação, utilizando-se da visão teológica/religiosa e social, com palavras também de cunho político.

A atuação e o envolvimento da Teologia da Libertação em movimentos sociais se estendem por todo território nacional, conquistando adeptos à teologia ou apenas apoiadores a causas defendidas. Conforme Rocha e Oliveira (2016), a Teologia da Libertação apesar da sua estreita ligação com a Igreja Católica era uma vertente que englobava não apenas membros do clero, mais também leigos, evangélicos e letrados (que possuíam alguma formação), que poderiam contribuir para o enriquecimento teórico e prático do novo jeito de se fazer Igreja, ao lado dos pobres marginalizados.

Num âmbito mais regional, no Médio Mearim, o papel desse setor progressista não difere muito de sua atuação em outros locais que apresentam conflitos no campo. A Teologia da Libertação acaba desempenhando um papel fundamental nos

conflitos pela terra existentes em muitos povoados do Médio Mearim, ora como mediadora dos conflitos entre autoridades e os posseiros afetados, ora como aquela que fica ao lado dos posseiros em momentos de embate direto com pistoleiros, fazendeiros e até mesmo a polícia.

A Teologia da Libertação durante muitos anos foi duramente criticada e perseguida por membros do clero e até mesmo por uma parcela da sociedade mais conservadora, diante das acusações de “ameaça comunista”. Entretanto, ao longo dos anos, a mesma foi sendo incorporada em alguns pontos, pela Igreja Católica, no tocante a luta por direitos humanos, pela liberdade e por justiça, por entender que as ações da mesma se direcionam a essas demandas, lembrando o sofrimento de Jesus Cristo e do evangelho. A Campanha da Fraternidade, assim como muitas outras campanhas empreendidas pela Igreja são reflexos da assimilação desta doutrina, embora algumas lutas ainda não tenham sido incorporadas na prática, como fizeram os teólogos da libertação, se posicionando apenas através da sua opinião.

O envolvimento da Teologia da Libertação com as questões sociais pode ser interpretado atualmente como a formação/organização de uma série de movimentos e instituições de apoio e atuação em lutas sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), assim como o aparecimento e consolidação de entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e até mesmo a ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), sendo elas de fundamental importância no tocante à organização, articulação, resistência e representação ao lado de posseiros no Médio Mearim.

De uma forma geral, a Teologia da Libertação apesar de perseguida e criticada nas décadas de 1970/80, acabou resultando em grandes transformações dentro e fora da instituição. Atualmente é vista como um caminho essencial para o que hoje conhecemos como Igreja e de sua relação com a comunidade, desde a convocação do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e dos documentos elaborados posteriormente, levando seus líderes e a sociedade a refletir sobre os dogmas católicos, sobre religião, sobre humanidade e justiça, com reflexos para além dos portões e sacramentos das Igrejas.

2.2 O papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) nos conflitos de terra no Maranhão.

Ao longo da segunda metade do século XX, observamos o aparecimento e expansão da doutrina da Teologia da Libertação por toda a América Latina, guiada pela premissa de sempre optar pelos pobres, na luta por justiça e igualdade, contestando as formas de exploração que surgem na sociedade. Tal doutrina tem como viés principal a aproximação de membros do clero com o sofrimento enfrentado pela humanidade, com o intuito de compreender anseios sociais e lutar pelo fim da injustiça e desigualdade – um posicionamento político –, o que acaba gerando um distanciamento e posteriormente o rompimento do setor progressista com a ala mais conservadora, ligada ao tradicionalismo.

No Brasil esta doutrina acaba se aproximando principalmente dos movimentos sociais que manifestam-se no período da ditadura e da redemocratização, articulando membros do clero, a trabalhadores leigos, a movimentos que lutavam pela democracia, assim como se articulava a movimentos que lutavam em prol das demandas do campo, permitindo a sua ramificação através de novas instituições, como a Comissão Pastoral da Terra, Animação Cristãos no Meio Rural (ACR) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), tornando-se ainda mais presente na vida dos trabalhadores do campo.

Paralelo a isso, o país enfrentava algumas instabilidades em suas estruturas, mudanças no governo, na economia e na sociedade. No campo os conflitos acabam ganhando grande destaque no decorrer da década 80, embora muitos tenham suas raízes firmadas em décadas anteriores. É notório que essa situação conflitante no campo se tornou um dos maiores problemas do país ao longo dos anos, consequência da má distribuição de terras, no favorecimento de grandes empresários e do sufocamento da propriedade/agricultura familiar encontrada no mesmo, entretanto, é válido ressaltar que no decorrer da segunda metade do século XX grandes projetos econômicos, políticos, assim como a elaboração de novas leis, contribuíram ainda mais para o clima de tensão ou conflito na cidade e principalmente no campo, cenário este, que irá possibilitar a atuação da Igreja nos meios sociais.

É em meio a este cenário que surge a CPT, com um viés extremamente ligado às grandes problemáticas encontradas no campo, fruto de inúmeros conflitos onde a mesma passa a atuar como apoiadora de muitos trabalhadores rurais, em muitos casos, atuando também como elemento mediador. Criada na década de 70, também sob

o contexto do regime civil-militar no Brasil, a CPT foi criada a partir da XIV Assembleia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), vinculada aos setores da Igreja Católica inspirados pela Teologia da Libertação.

Tal instituição teve o agravamento das mazelas sociais como principal motivador para sua consolidação e atuação no meio social. A instabilidade na região norte do país, local das primeiras atuações da CPT, visto que os conflitos entre trabalhadores rurais, posseiros e grandes produtores rurais se deram de forma mais intensa, posteriormente se estendendo para o restante dos estados, levando a mesma a se multiplicar em regionais.

A criação da CPT se deu numa conjuntura marcada pela implantação do grande capital no campo, fruto das políticas dos sucessivos governos militares, gerando toda sorte de contradições: concentração da propriedade, ocupação capitalista da Amazônia, conflitos com trabalhadores rurais, crescimento da violência envolvendo também religiosos e agentes de pastoral. Nestas condições, se deu o “despertar” da Igreja para a opressiva realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais, se posicionando em seu favor. (COSTA, 1994, p. 15).

Wagner Costa (1994), ao longo de seu trabalho monográfico aponta o papel decisivo que a CPT assume em inúmeros estados da federação, ora atuando como aquela que passa auxiliar na organização das massas camponesas, como instituição que reivindica e que participa de atividades em inúmeros processos, lutando em prol das causas dos mais desfavorecidos, ora como um local aberto para tornar público os anseios da população campesina. Segundo Villalobos e Rossato (1996), poderíamos definir a ‘largos passos’ a CPT como um movimento político-religioso.

[...] ela não se propõe a ser vanguarda da luta pela reforma agrária, tomando como objetivo “servir de apoio” aos movimentos populares, grupos e associações que lutam direta ou indiretamente em alguma área da questão fundiária.

[...]

Atua como uma espécie de “serviço educativo”, privilegiando a sua atuação no campo político-pedagógico (serviço educativo) aos grupos que se organizam na luta pela terra (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996, p. 25).

A CPT durante a Assembleia Constituinte também se posicionou favorável à Constituição cidadã, participando ativamente com sugestões, votações e recolhendo assinaturas com a finalidade de levar adiante suas propostas. O papel da CPT foi além do simples fato de apenas apoiar as lutas camponesas, uma vez que a mesma se envolvia diretamente com as lutas em boa parte dos casos. Como aponta Villalobos e Rossato (1996), neste sentido, hoje na prática o papel da CPT é ser uma ponte entre os trabalhadores e a Igreja Católica, e em um segundo momento ser uma ponte entre Igreja e a sociedade, denunciando os conflitos pela terra.

O papel da CPT se torna cada vez mais imprescindível à vida muitos camponeses, com foco para os posseiros no estado do Maranhão, conhecido como um dos estados da federação que mais apresentou e apresenta conflitos agrários. Na década de 80 o país ainda sofria com resquícios de um governo autoritário, que se utilizava de diversos mecanismos para obter o controle das massas, principalmente dos movimentos sociais que surgiam pelo país, como consequência de inúmeros fatores que a ditadura criou e/ou agravou após o golpe civil militar de 1964.

No Maranhão como vimos, a realidade não se diferencia da realidade de muitos outros estados. Com o crescimento da atividade de grilagem, do incentivo e do acobertamento de práticas criminosas como esta, o número de conflitos pela terra aumenta significativamente. Diante deste cenário, à Igreja passa a atuar, segundo Pedro Oliveira (2018), como elemento central, privilegiado para a discussão e organização de trabalhadores rurais.

Diante da atuação da Igreja no meio social, destacamos os trabalhos desempenhados pela CPT, onde é possível observar seu empenho principalmente em questões do meio rural, entendendo a necessidade de uma instituição se fazer presente em um local tão esquecido pelo estado, quando se trata de resolução das problemáticas e de representação dos trabalhadores rurais, por parte do mesmo. Como mecanismo de ações utilizadas pela CPT, observamos a organização política de membros da Igreja junto aos trabalhadores afetados, a denúncia de crimes e abusos cometidos em diversas regiões do estado – como ocorre no Médio Mearim –, e a de assessoramento jurídico.

Ao longo de sua obra, Wagner Costa (1994), nos mostra o papel decisivo desempenhado pela CPT no tocante à prestação de auxílio jurídica aos trabalhadores envolvidos na luta pela terra. O trabalho desta pastoral consistia em oferecer advogados

dispostos¹⁵ a ajudá-los na regularização de suas propriedades, de reconhecimento de uma ocupação histórica, de defesa quando acusados ou vítimas de alguma violência, sendo esta, uma das atividades mais características da CPT, que muito se assemelha ao suporte dado pela ACR e da AJULAV (Ajuda a Lavradores), principalmente na região do Médio Mearim, após o afastamento da CPT das causas encontradas nesta região¹⁶.

A CPT desde o seu surgimento no estado do Maranhão se tornou uma das pastorais mais importantes e atuantes nos movimentos sociais que eclodiam por todo território maranhense, ora como a principal entidade atuante, ora como aquela que dá apoio apenas em momentos críticos. Tal pastoral atuava em movimentos sociais de quebradeiras de côco babaçu, de movimentos de preservação de áreas florestais, de posseiros e trabalhadores rurais que sofrem com o avanço do grande capital, modificando as estruturas encontradas no campo, levando a violência, que é uma pauta da CPT, que comumente se posiciona ao lado dos oriundos da base, na luta por condições de vida mais justas.

Entretanto é válido ressaltar que o trabalho da CPT no Médio Mearim se deu de forma breve, devido à uma ruptura da Diocese de Bacabal com os líderes da pastoral que resultou em um afastamento desta, o que acaba acarretando no aparecimento ou crescimento da pastoral Animação de Cristãos no Meio Rural - ACR que atuaria arduamente nos conflitos pela terra que marcavam diversos povoados na década de 1980.

A ACR surge no Maranhão por volta da década 60, trazida pelo Frei Godofredo, que ao observar o papel exercido por ela no meio religioso e social, acabou introduzindo suas ideias e premissas no Médio Mearim, mais precisamente na Diocese de Bacabal, como forma de melhor observar a realidade local, interpretada a luz do evangelho, assim como faziam as CEB's.

15 Segundo Wagner Costa (1994) e Eurico Löher (2009), se tornava cada vez mais difícil para a Comissão Pastoral da Terra, para as Comunidades Eclesiais de Base, para a Animação dos Cristãos no Meio Rural e para Ajuda a Lavradores encontrar advogados dispostos a defender lavradores, posseiros em conflitos pela terra no Médio Mearim e em muitas outras localidades do estado.

16 Diocese de Bacal: a micro-regional da CPT foi fundada no Congresso Diocesano de Bacabal (novembro/78), contudo, “o Bispo D. Pascásio, após um certo apoio à entidade, se desgostou da Comissão em São Luís ... e mais outras razões nos levaram a organizar a ACR” (depoimento do frei Godofredo Bauerdick). Em virtude disso, a diocese “teve uma boa organização na luta pela terra e na defesa dos camponeses embora não fosse ligada a CPT” (depoimento de D. Rino Carlesi bispo de Balsas). *Apud* COSTA, Wagner Cabral da. 1994, p. 23.

O Movimento surgiu em Pernambuco e até hoje tem sua central lá. Frei Godofredo Bauerdick conhecia o fundador P. Servat já no fim da década de 1960, introduziu o ideário da ACR no Maranhão e tornou-se o assistente eclesialístico da ACR no Maranhão (LÖHER, 2009, p. 401).

Conforme Löher (2009) no decorrer de sua obra, a ACR não tem suas raízes ligadas ao Médio Mearim, entretanto, é em meio à realidade encontrada nos povoados desta região, que a ACR passa a observar um solo fértil para sua atuação. Tal entidade tem em sua gênese uma forte ligação com a CPT, principalmente nos primeiros anos de surgimento, fortalecimento e maturação de seus ideais, se aproximando ainda mais das dificuldades enfrentadas pela base.

A ACR acaba tendo como premissa para sua reflexão a tríade: *ver*, *julgar* e *agir*, como forma de orientar suas ações. Tal tripé funciona a partir a identificação dos problemas e injustiças (*ver*), da reflexão acerca do que estaria gerando o sofrimento e os conflitos, a lição a ser tirada de cada situação (*julgar*) e por fim, de que forma poderiam mudar esta realidade, como se organizar para resistir as dificuldades por meio da fé e do apoio mútuo entre Igreja e comunidade (*agir*). Segundo Löher (2009), a finalidade do trabalho da ACR era a conscientização social, refletida e fortificada pelo evangelho: Fé e Vida.

Diante disto, a ACR passa a atuar no Médio Mearim ao lado de posseiros, que sofriam com os impactos do grande capital, da especulação da propriedade e de áreas férteis, atingindo diretamente a vida dos que ali residiam. Os trabalhos da ACR iam desde a atuação direta de seus líderes em questões sobre a terra, auxiliando na organização de reuniões, de ações diretas que gerariam impactos na realidade dos mesmos, na luta pela Reforma Agrária e na participação política.

O trabalho da ACR acaba sendo muito mais observado no tocante a conscientização dos trabalhadores rurais, com reuniões para o estudo de leis, direitos e deveres que os integrantes não apenas da ACR, mais da comunidade, deveriam ter com a terra. Tal Instituição foi muito atuante no Médio Mearim, principalmente na década de 1980, através da articulação de seus integrantes, junto da Igreja Católica e de advogados, na conquista de algumas áreas para plantio e moradia.

No Município de Bacabal, esta nova visão de luta pela terra teve uma particularidade por causa do Vice-Governador João Alberto de Souza, que em 1998, foi eleito prefeito de Bacabal. Na campanha eleitoral João Alberto propagou a proposta: todos os grandes proprietários de terra coloquem à disposição 10% de sua propriedade, o Governo pague a indenização e entregue estas terras aos lavradores por motivos sociais para o trabalho e propriedade.

[...] Abril/maio de 1989: ACR e ACESA refletem conosco, sobre como acompanhar as CEB's que desejam conquistar, dentro do então prefeito de Bacabal, Sr. João Alberto de Souza, 10% das propriedades dos grandes proprietários do município.

[...] A CEB de Jatobá, coordenada por Chico Jatobá, consegue 100 hectares a partir da reivindicação de 10% junto a 3 proprietários. (LÖHER, 2009 p.396/367).

A conquista de determinadas áreas é fruto do trabalho de assessoramento jurídico disponibilizado aos trabalhadores rurais ao longo dos anos. No Médio Mearim, foram criados e utilizados inúmeros mecanismos que visavam garantir o direito de acesso à terra pela população, como AJULAV, que desempenhou um de papel grande importância na instrução e no suporte jurídico disponibilizado aos lavradores durante doze anos, tendo como advogado o Dr. Sandes, contratado pela Diocese de Bacabal com a finalidade de receber casos de conflito ou regularização de terra. Dr. Sandes por muitos anos trabalhou com a questão do reconhecimento das propriedades, aconselhando posseiros sobre a importância do título da terra reconhecido em cartório, fato narrado nas crônicas do Frei Adolfo Temme e também na obra do Frei Eurico Löher, onde se torna perceptível a descrença de muitos lavradores na situação que logo chegaria ao Médio Mearim.

Com a intensificação dos conflitos e o surgimento de movimentos sociais organizados pelos lavradores, na luta pela Reforma Agrária e pelo fim da violência no campo, tanto a CPT, como ACR passam a atuar numa frente de apoio mútuo aos trabalhadores rurais oriundos da base, contestando as formas de exploração e de violência. Tais pastorais acabaram por enfrentar uma série de problemas, no que diz respeito aos trabalhos realizados, o que acabou provocando uma reação contrária de algumas instituições e figuras de renome, como acusações e perseguições por parte do Estado, como ocorreu no governo de Luís Rocha¹⁷, as perseguições por parte da União

¹⁷ Governador do Maranhão eleito em 1982, cumprindo mandato de quatro anos até 1986.

Democrática Ruralista - UDR¹⁸, principal representante dos latifundiários, fazendeiros e empresários rurais no Maranhão e no Médio Mearim, acusando padres, bispos e lavradores de subversão e articuladores de conflitos pela terra.

07.11.1985, os Senhores Bispos fizeram a tentativa de serem porta-vozes, junto ao Governo do Estado, dos anseios dos lavradores e exigir medidas urgentes para pôr fim à violência. Receberam em troca das denúncias apresentadas, acusações falsas contra pessoas da Igreja, consideradas causadoras dos conflitos e portadoras de subversão no campo. A certa altura, o Governador disse muito irritado, que todas as dioceses estão sendo vigiadas por ele, de modo especial a Diocese de Bacabal. (LÖHER, 2009, p. 391).

Mesmo diante de inúmeras acusações, de perseguição dentro e fora da Igreja, as ações de membros do clero inspirados pela Teologia da Libertação e de lavradores atingidos por conflitos, não foram intimidadas no decorrer da década de 1980. Visto isso, é notório o que as medidas adotadas pela CPT no Maranhão e pela ACR, principalmente na região do Médio Mearim, foram essenciais para que muitas lutas obtivessem sucesso, ou para que muitos outros conflitos pudessem chegar ao fim ou se sentirem “intimidados”, pela presença da Igreja, das pastorais e pela organização coesa que esses líderes pastorais, que em boa parte dos casos são moradores da região, realizaram para conter o avanço do grande capital e da grilagem no Médio Mearim.

Atualmente a CPT ainda atua ao lado de muitos movimentos sociais no campo e na cidade, entendendo a importância da união e organização de seus participantes, na luta pelas suas causas e objetivos. O trabalho da CPT ainda consiste em dar suporte a diversos movimentos, seja ela na organização, em questões jurídicas ou na formação política de inúmeras pessoas que desejam somar aos movimentos.

Diferentemente da CPT, a participação e atuação da ACR atualmente não é mais a mesma que a da década de 80, que vivenciou o ápice de suas ações com grandes impactos na sociedade do Médio Mearim, e a partir da década de 90, segundo Löher (2009, p. 403) se resumiu a um escritório central em Bacabal, atuando ligeiramente em encontros e reuniões de lavradores que ainda discutem a Reforma Agrária.

17 A UDR acaba sendo o principal mecanismo organização criado pela elite agrária brasileira para barrar o avanço da Reforma Agrária e da conquista de direitos por parte dos trabalhadores rurais, como observamos no Médio Mearim – MA, sendo ela a entidade mais atuante na oposição aos posseiros e lavradores.

2.3 A atuação da ACR e das Comunidades Eclesiais de Base na formação e organização dos posseiros no Médio Mearim.

Diante do surgimento da frente progressista no corpo institucional da Igreja Católica e da nova postura adota pela mesma, no tocante a atuação de membros do clero em movimentos e conflitos sociais por todo o Brasil, se torna explícito o papel de suma importância desempenhado por esse setor, no que diz respeito à participação ativa na organização e representação – em alguns casos–, de pobres e oprimidos na luta por direitos.

Esses caminhos pelos quais a Teologia da Libertação pretendeu andar carregam consigo a intenção de, sobretudo, tornar o oprimido em um lutador, ou seja, alguém que lute pela sua libertação e que faça de modo independente. Portanto, seu objetivo seria emancipar o pobre de toda e qualquer forma de dominação, inclusive as que poderiam vir personificadas na religião e na própria Igreja. (ROCHA; OLIVEIRA, 2016, p. 627).

Os clérigos inspirados na Teologia da Libertação passam a militar a favor dos direitos daqueles excluídos pela população, inspirando os camponeses a permanecerem nas lutas, com palavras de coragem, organização e promovendo lideranças. Tornando explícita a ideia que “não podemos, contudo, ver os trabalhadores rurais como passivos ou apenas como vítimas do processo” (PETIT; PEREIRA; PESSÔA, 2014, p. 352,). Em um âmbito mais local, a Teologia da Libertação na região do Médio Mearim assume um papel relevante diante dos conflitos agrários ali existentes. Assim como observamos o surgimento e o papel da CPT e da ACR, se torna interessante observar à atuação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, que juntamente da ACR, se tornam fundamentais para o fortalecimento da resistência no campo maranhense.

As CEB's se originam a partir da identificação conjunta dos lavradores, posseiros e membros da Igreja com seus problemas, em outras palavras, eles se unem devido às mesmas necessidades, no caso da região do Médio Mearim, a necessidade de justiça diante dos crimes ocorridos, da demanda pela terra e pela Reforma Agrária principalmente no período do regime civil-militar.

Já as CEB's por estarem se estruturando, no início não se apresentaram como perigo ao governo, tornando-se um espaço para elaboração de interesses populares, de modo que, quando se inicia o processo de "liberalização" política do "regime militar", elas se constituíam na principal força organizada nos meios populares, fato que contribuiu para fazer da Igreja um dos principais interlocutores políticos da ditadura nesse período. (COSTA, 1994, p. 13).

Tais comunidades surgem com o propósito de reinterpretação dos textos bíblicos, associados à realidade de seus membros, promovendo uma reflexão em torno das relações de poder, da estrutura social e dos direitos civis suprimidos pelo cenário ditatorial. As CEB's começam a se organizar próximas às igrejas, por isso recebem o nome de "Eclesiais". A sigla CEB's é dotada de significados estritamente ligada à Teologia da Libertação e às demandas sociais.

A denominação de *Comunidade* é resultado da própria organização de seus membros, *Eclesiais* pelo fato de estar ligada à Igreja e ter em seu corpo, funcionários como freis, padres; e por fim, o termo *Base*, este último surgiu da reflexão que as CEB's são frutos da base, das camadas desfavorecidas, dos pobres, negros, trabalhadores, entendendo assim, que as CEB's funcionam pela "opção pelos pobres".

O papel do setor progressista da Igreja, não consistia em tomar o lugar de fala dos participantes dos movimentos e se posicionar como representante e sim, de apoiadores, mediadores.

Dentre os mecanismos de ação dos mediadores, estão: o incentivo a resistência, criação e implementação de projetos e entidades para a conquista da terra e reforma agrária, projetos a educação dos filhos de lavradores e incentivo para a utilização de técnicas agroecológicas na tentativa de manter as famílias no campo (LIMA, 2018, p. 20).

O papel das CEB's ao longo dos anos foi se tornando primordial na vida de muitos posseiros no Médio Mearim, levando em consideração o contexto no qual estavam inseridos. Ainda no período que compreende o Golpe de 1964, assim como o período da redemocratização, os moradores dos povoados envolvidos na questão agrária, sofriam com represálias, não apenas por parte de grandes fazendeiros, grileiros, mais do próprio Estado, realidade esta, que se faz presente em muitos lugares do Brasil,

como aponta Wagner Costa (1994), ao abordar as diferentes formas de posicionamento das CEB's diante dos momentos mais críticos da história do país.

A ditadura militar criou as condições para que as CEB's assumissem um papel social considerável, pois desencadeou uma forte repressão aos canais tradicionais de expressão popular (partidos, sindicatos, etc), enquanto as CEB's não sofreram tão fortemente o impacto de repressão (na medida em que ainda estavam se estruturando e não apresentavam ao seu caráter contestador), tornando-se num dos poucos espaços disponíveis para a expressão e organização dos interesses populares (COSTA, 1994, p. 13).

Como vimos, as CEB's passam a ser vistas como uma válvula de escape para os empecilhos encontrados ao longo do caminho, que impediam uma maior organização por parte dos lavradores, sendo esta, ainda nos primeiros anos de organização, uma forma de articular ações e também, um local de formação e instrução/ conscientização política, por meio do evangelho, assumindo um papel libertador.

Entretanto é válido ressaltar que as CEB's não passaram por toda sua trajetória como uma pastoral "oculta", que não oferecia grandes riscos a Doutrina de Segurança Nacional¹⁹. Com sua consolidação e com o papel decisivo da mesma em muitas ações por todo território nacional, as CEB's também passam a despertar atenção e conseqüentemente sofrer com a repressão. Hoje as CEB's são interpretadas como uma das pastorais mais influentes e ativas, fruto da Teologia da Libertação e dos anseios sociais, o que acaba resultando posteriormente, em uma perseguição e atenção do Estado diante das ações programadas pela Igreja junto da população.

É interessante ressaltar na história das CEB's que as mesmas não são características e frutos apenas dos conflitos no campo. As CEB's passam a surgir nas mais diversas localidades, atuando de diferentes formas e realidades, surgindo nas cidades, no campo, pensando de maneira heterogênea, o que acaba por torná-la múltipla. Segundo Costa (1994), pelo fato das CEB's nascerem e atuarem em realidades variadas torna-se difícil caracterizá-la de uma única forma, de categorizar suas ações e principalmente de entender seus referenciais, visto que a mesma se envolve em causas do campo e dos centros urbanos, na luta pelo fim da exploração, do racismo e de outras mazelas sociais.

19 BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. 2003, p. 13-42.

Outro fator relevante na trajetória das Comunidades Eclesiais de Base é o fato de a mesma incorporar não apenas diferentes lutas das sociedades, mas também por se tornar um local de resistência e diversidade. As CEB's incorporavam cristãos e leigos em seu interior, entendendo a pluralidade, a multiplicidade não apenas religiosa, existente na humanidade, entendendo que os mesmos eram essenciais para dar apoio aos movimentos, assim como compreendia em alguns casos, que as CEB's eram o único mecanismo de representação e organização encontrados por muitos.

A CEB's no Médio Mearim acaba se tornando, em conjunto com ACR, a principal instituição de organização da população local, que sofria com os conflitos pela terra na região. Muito embora ACR se assemelhe muito mais as ações da CPT, a mesma acaba se tornando próxima das CEB's quando se trata de organização da população, de reflexão sobre a situação pela qual estavam passando.

As CEB's partiam do princípio de politização da fé²⁰, de um olhar mais crítico sobre a realidade encontrada na América Latina, onde destacamos a região do Médio Mearim, a partir de uma reinterpretação dos textos bíblicos, aproximando-os dos problemas encontrados na região. A ACR se propõe a dar um apoio às ações, conscientizando sobre quem eram seus “inimigos” e como deveriam agir em momentos de conflito direto e indireto.

Muito embora as semelhanças entre ambas as pastorais não sejam numerosas, é possível observar o papel fundamental desempenhado pelas mesmas no Médio Mearim na década de 1980. O período analisado neste trabalho, consiste num momento que apresenta o maior número de conflitos pela terra no Médio Mearim, onde grande parte deles são relatados pelo Frei franciscano Adolfo Temme, e por muitos outros membros do clero inspirados pela Teologia da Libertação.

Alguns destes conflitos acabam tomando grandes proporções no tocante à divulgação dos casos de violência, sendo noticiados também na imprensa maranhense, muito embora a grande maioria dos conflitos não recebam a devida notoriedade para a resolução dos casos, mascarando os casos de abuso cometidos por grandes proprietários de terra e funcionários do estado (polícia e delegados). Paralelo a isso, tanto o Frei

²⁰ Ver TEIXEIRA, Faustino, 2014, p. 30.

como outros membros do clero e até mesmo leigos, tornam públicos os casos de violência vivenciados.

Diante de tais casos, tanto a ACR como as CEB's se tornam em determinados momentos a única estratégia utilizada contra o avanço do grande capital e da violência. O papel desempenhado pelas mesmas consistia em, a partir da identificação de problemas e da vontade de lutar sendo manifestada pelos posseiros, a Igreja começaria a agir na organização dos mesmos.

Segundo Adolfo Temme (2011) e seus relatos no Diário de Desobriga era nos momentos em que a Igreja visitava os diversos povoados do Médio Mearim, que muitas ações eram praticadas para além das obrigações sacramentais (casamentos, batismos, comunhões...), como organização de líderes para pastorais da Igreja, da comunidade, do cuidado com a educação básica (alfabetização), assim como a conscientização política, realizada em reuniões ou até mesmo nas missas. O trabalho das pastorais, principalmente das CEB's não é realizado apenas nos momentos críticos, como na eclosão de conflitos ou na prática de ameaças, sendo esta uma entidade pautada na reflexão constante da realidade do povo, vista pelo prisma religioso.

Entretanto, a ACR apesar de sua organização com líderes locais, com a realização de reuniões sobre as questões enfrentadas, não possuía uma atuação tão frequente na vida dos posseiros e lavradores. Segundo Frazão (2017), ao abordar a entrevista de Dona Guilhermina, acaba por nos trazer uma série de informações acerca do papel da ACR no Médio Mearim, como foco para um dos povoados afetados pelos conflitos, o povoado Aldeia, onde a entrevista rememora os trabalhos de apoio executados pela Animação dos Cristãos no Meio Rural.

Através da igreja, né. É participando de grupo de jovem ainda na década de 70, nessas coisas. Então, em Largo da Pedra quando eu morava lá na zona rural, eu fui convidada pelo padre da paróquia mais um grupo de lavradores que já participava com os jovens dali pr'aquela cidade, né, pra tomar conta de uma casa, onde seria uma referência, um ponto de apoio para lavradores. Onde a gente poderia dar aquelas informações, esclarecer eles sobre os direitos que eles tinham, e como eu já tinha experiência da roça, eu era da roça. [...] E isso foi mais ou menos na década de 80, no início da década de 80. [...] Então, a gente andava nesses municípios todos, na zona rural, né, comunidade por comunidade fazendo esse trabalho de conscientização com os lavradores, porque eles eram posseiros. Então a luta pela terra aqui na região, não era luta assim de ocupação de terras. Nunca foi! Mas, era de

resistência na posse [...]. (GUILHERMINA, 2014. *Apud* FRAZÃO, 2017, p.80.)²¹.

O papel da ACR era fundamental nos momentos de grande conflito, dando apoio no que era necessário, como oferecer apoio às famílias que estavam sendo expulsas e/ou ameaçadas. O suporte poderia aparecer de diferentes formas, ora com palavras de coragem, de resistência, de articulação, ora nos momentos em que precisavam de amparo legal, com a contratação de advogados ou de instrução sobre seus direitos.

Tanto as CEB's como a ACR desempenharam um papel importantíssimo na vida dos posseiros no Médio Mearim na década de 1980, período marcado pela violência física e psicológica, num cenário em que o Frei Adolfo Temme descreve em uma de suas crônicas como “desprovidos de qualquer amparo legal²²”, um período em que moradores foram brutalmente assassinados, expulsos e violentados de seu lugar de morada. A violência no Médio Mearim era descrita pelo Frei das mais diversas formas, desde a destruição de lavouras pelo gado, pelo avanço ostensivo das cercas, do aparecimento e crescimento da atividade de grileiros e das ameaças de pistoleiros.

Visto isso, é diante destes casos que observamos a atuação das pastorais no campo. Nos momentos de conflito a ACR passa a atuar em conjunto com as CEB's auxiliando na fuga dos trabalhadores e prestando apoio às mulheres que ficam nos povoados, por inúmeros motivos, como a necessidade de cuidar da prole e da casa, para impedir sua invasão e ou destruição, dando suporte psicológico, com palavras de conforto, inspiradas pela frente progressista.

A Teologia da Libertação se fez presente nos locais mais críticos. A presença de membros do clero (padres, bispos adeptos a Teologia da Libertação), era vista como um fator intimidador para as ações criminosas, dando auxílio jurídico, de forma à instruí-los sobre seus direitos e também fornecendo suporte de advogados para representá-los formalmente diante das instituições jurídicas e por fim, na organização

21 Para mais informações sobre Guilhermina e outros líderes da ACR, ver: FRAZÃO, Jaciara Leite, 2018.

22 TEMME, Adolfo. São Manoel, 1986.

das reuniões de ambas as pastorais, fazendo da Igreja Católica a instituição mais atuante nos conflitos pela terra no Médio Mearim ao lado de posseiros, deixando claro o quão decisivo foi o auxílio destas pastorais nos conflitos agrários nesta região na década 1980.

3. O povo de Deus quer falar: a questão agrária no Médio Mearim segundo as crônicas do Frei Adolfo Temme.

Neste último capítulo buscamos analisar a trajetória de vida política e religiosa do Frei Adolfo Temme, como forma de melhor compreender a sua atuação nos conflitos agrários na região do Médio Mearim. Para tanto, analisaremos suas crônicas que tinham como característica marcante a inspiração do autor na Teologia da Libertação, como forma de denunciar os crimes cometidos nos povoados da região de estudo, assim como entender o papel das crônicas, como um instrumento fundamental na luta pela terra. Por fim, buscamos estabelecer um diálogo entre as crônicas escritas pelo Frei e as notícias sobre Teologia da Libertação e Questão Agrária, veiculadas na imprensa maranhense na década de 1980, como forma de melhor analisar como estavam sendo debatidas tais questões no estado do Maranhão, bem como as medidas tomadas a respeito das questões abordadas na documentação escrita pelo Frei.

*

3.1 Crônicas como instrumento de denúncia.

Com o campo se modificando drasticamente, famílias sendo paulatinamente expulsas de suas propriedades em decorrência do avanço dos grileiros e de suas ações violentas contra os posseiros, e da repressão das liberdades individuais, torna-se essencial a compreensão da atuação da figura do Frei franciscano Adolfo Temme no tocante às denúncias dos crimes ocorridos na região do Médio Mearim, assim como se torna fundamental para o entendimento do papel desempenhado pela Teologia da Libertação nas áreas de conflito.

Para isso, faz-se necessário uma discussão sobre quem foi Adolfo Temme e o impacto de suas crônicas na sociedade campesina do Médio Mearim. Adolfo Temme

foi um Frei franciscano alemão, que atuou no Maranhão como diretor da diocese de Bacabal, região do Médio Mearim. Inspirado pela Teologia da Libertação, o Frei franciscano desempenha um papel extremamente importante para a compreensão das tensões presentes no campo ao longo da década de 1980, momento em que começa a escrever relatos em tom de denúncia, sobre os crimes ocorridos nos interiores pelo qual passou.

Adolfo Temme começa seus escritos em 1978, com um diário de desobriga, *Mala de Couro*, onde relata as inúmeras experiências que teve em uma viagem de 20 dias, por diversos povoados, ressaltando o papel da Igreja e exaltando o empenho de seus membros, em levar os ensinamentos e práticas cristãs, em muitas localidades. Ao longo do seu diário, também narra acontecimentos do dia a dia de uma desobriga, contando o trajeto de um povoado a outro, comentando sobre sua recepção, suas estalagens, sobre o cotidiano das comunidades por onde passou.

Já são 7h, e ainda não chegou nenhuma das mulheres para fazer o café. A missa começa depois das oito. Depois da missa tem meia hora de pausa para preparar as crianças, em seguida começa o batismo. Dia de missa no interior é uma festa de cores. Para todo lado que a gente olha tem beleza para ver: rostos serenos e distraídos. Durante o batismo a juventude se reúne com Almecy na sombra de uma grande árvore. O assunto é noivado e matrimônio (TEMME, p. 18 1978).

Ao longo do diário é possível perceber o papel organizador que a igreja desempenha, desde as obrigações cristãs, como catecismo, batizado, casamentos, missas, até a escolaridade, e, posteriormente, como apoiadora de lutas e movimentos sociais que se organizam no campo. Em seu diário é possível percebermos a preocupação por parte dos trabalhadores em seguir a vida cristã, seguir os rituais. A preocupação em manter um local para realização das missas, um local para celebrar casamentos, batizados, parecem essenciais no meio.

Diferente dos relatos do seu Diário de Desobriga, em suas crônicas, Frei Adolfo Temme torna públicas as atrocidades cometidas contra trabalhadores rurais, cobrando justiça das autoridades e ação por parte da população rural. Temme passa a utilizar dos boletins de paróquia da Igreja, que possuíam certo alcance, no tocante a quantidade de pessoas que tinham acesso a este material, para proferir as mazelas que presencia e os crimes que tem conhecimento.

Convite para participar do aniversário de morte do companheiro Ferreirinha morto no dia 11 de agosto de 85 em Santa Tereza, município do Lago da Pedra/MA. No dia 11 de agosto de 86, segunda-feira, às 14hs vão celebrar a Santa Missa e levantar a voz em ATO PUBLICO na Praça de Santa Tereza, no local da morte. [...]

O enterro do Ferreirinha não juntou ninguém por causa do medo. Agora deixar o medo em casa e chegar só com a coragem [...] (TEMME, Frei Adolfo, 1986).

Frei Adolfo Temme, assume um papel de narrador, dos conflitos pela terra ocorridos na região do Médio Mearim, uma vez que aquela população dificilmente conseguia espaço para falar sobre suas dificuldades, exigir seus direitos e lutar pela tão repudiada Reforma Agrária. Em sua escrita, é possível observar a intenção do Frei, em descrever o contexto no qual os fatos aconteciam, trazendo relatos de terceiros, até mesmo das vítimas, alguns envolvidos de fato com a luta, outros apenas como moradores do povoado consequentemente associados aos casos de luta pela terra²³.

São Manoel 25 de setembro de 86

Paz e bem para todos os cristãos. Queremos falar do sofrimento de São Manoel, pois já faz uns dois meses que estamos desabrigados, 18 pais de famílias; mas também os que têm suas casas não seconde (sic) sofrer, todos vão dormir no mato, temendo a situação e compartilhando no sofrimento. Irmão, não só o São Manoel sofre, mas todos aqueles que sentem a situação, todas as comunidades vizinhas, todo cristão que observa os ensinamentos de Cristo, pois é no sofrimento que encontramos Jesus. Irmãos, sabemos que muitos não podem nos visitar, mas desejam saber como vivemos.

Foi no dia 5 de agosto, com o sequestro do companheiro Ribamar Santos, que começou a mudança da nossa comunidade. Consideramos o Ribamar um dos mais quentes da nossa luta. Neste dia São Manoel ficou pasmado, triste, ao mesmo tempo alegre pela salvação do companheiro [...] (TEMME, Frei Adolfo.1986).

É em meio a este cenário de tensões políticas e sociais que Adolfo Temme passa a incorporar a luta dos posseiros do Médio Mearim à realidade de muitos membros da Igreja Católica que aderiram a Teologia da Libertação como a Igreja dos pobres e dos marginalizados, enxergando neles o sofrimento de Jesus Cristo e os motivando a seguir na luta pela justiça. Em suas crônicas, Adolfo Temme busca, através de textos bíblicos ou utilizando de metáforas que remetem ao religioso, “traduzir” os

²³ Ao longo de algumas crônicas, o Frei Adolfo Temme relata a existência de um pequeno número de moradores das regiões de conflito, que embora sejam afetados pela violência, pela grilagem, não se sentem parte da luta “abraçada” por outros moradores e por membros do clero, como o próprio Adolfo Temme.

conflitos pela terra, existentes em muitos povoados, onde grandes partes dos embates relatados acabaram por ser presenciados por ele ou por outros membros da Igreja Católica, também inspirados pela Teologia da Libertação, como podemos observar, na crônica.

Os crimes e as ameaças que passam a se tornar cada vez mais frequentes na realidade dos povoados do Médio Mearim, também passam a ser rotineiras nas crônicas escritas pelo Frei. A violência é praticada por fazendeiros, pistoleiros, até mesmo pelas forças policiais, tratando alguns acontecimentos com descaso ou atuando a favor daqueles que praticam a violência contra os camponeses.

EXPLOSÃO DE CONFLITOS

São José dos Moura, na paróquia de Lima Campos.

O povoado começou no século passado e era bem organizado com escola e igreja e cemitério. Até uns 10 anos atrás o povoado contava com umas 200 famílias e vivia em paz. Quando chegou o grileiro Chico Messias expulsou os mais fracos só pelo grito e outros pelo empurrão até que ficaram umas 30 famílias que resistiram ao fogo das casas e à destruição das roças. Depois de muita luta chegou o decreto de desapropriação, mas que foi anulado logo em seguida por decisão do Supremo Tribunal em Brasília só para mostrar o que o governo faz: entrega e tira na mesma hora.

O fazendeiro continuou fazendo cerca, mas o povo reconstruiu as casas e a Igreja. Ultimamente o gerente chegou, viu as casas e avisou: Amanhã vamos derrubar tudo. – Aí o povo se preparou, e quando o invasor chegou a conversa foi pouca: morreu o gerente, 2 capangas e um soldado. O governador não colocou a mão encima: soldado não é guarda-costas de fazendeiro. A polícia não tinha ordem para se meter. (TEMME, Sem Data).

Como podemos perceber, Adolfo Temme relata as mais diversas formas de violência, sempre com o intuito de denunciar os crimes ocorridos na região. Os casos de grilagem, de despejo são frequentes e os camponeses, junto da Igreja, lutam por justiça, em prol dos que sofrem com os abusos da ilegalidade, e principalmente pelo desejo de se ver livre das diversas formas de violência, assim como lutam pelo direito a terra e pelo direito a uma morada livre dos conflitos.

Mesmo com um setor progressista da Igreja Católica assumindo certo papel de “canal de fala” dos anseios camponeses, é válido ressaltar que a mesma não busca legitimar a luta dos trabalhadores rurais, assim como não deve ser considerada como a organizadora e propagadora dos ideais revolucionários que tomam conta do campo,

deixando claro assim, o reconhecimento, a consciência e a politização que aqueles lavradores e posseiros detinham de sua atual situação, sendo a CEB, um grande exemplo da organização conjunta entre igreja e comunidade e a identificação entre ambos com as mazelas sociais, mesmo que com motivações diferentes.

A grilagem acaba se tornando uma das principais questões debatidas na documentação escrita pelo Frei, como podemos observar na crônica, o caso do povoado de São José dos Moura. Ao longo deste trabalho, buscamos mostrar o avanço desta prática criminosa em todo o território nacional, com foco para o estado do Maranhão, e para a região do Médio Mearim, onde a grilagem acaba se difundindo rapidamente, resultando no aparecimento de inúmeros latifúndios, assim como abre espaço para a observarmos a gritante falta de atuação do estado no tocante à fiscalização e à organização dos órgãos públicos, no que condiz a verificação da legitimidade dos documentos apresentados e das propriedades mencionadas nas crônicas.

A Igreja Católica neste período enfrenta uma mudança interna em seu posicionamento diante do novo quadro político brasileiro instaurado após o golpe de 64, que possibilitou a inserção de um regime ditatorial no país. Neste contexto, é possível observarmos a mudança nas ações da Igreja Católica, observando a pluralidade existente na mesma, que durante o período do governo de João Goulart, estava do lado daqueles que hoje analisamos como apoiadores do golpe, promovendo a Marcha da família com Deus pela liberdade.

Posteriormente, diante das mudanças drásticas ocorridas, com a diminuição de direitos, com o aumento da marginalização das minorias, com a drástica mudança no cenário rural, alguns setores de dentro da Igreja se voltam contra a ordem estabelecida, e passam a militar ao lado dos que necessitam.

Inicialmente, boa parte do clero brasileiro deu apoio aos setores civis e militares que articularam a deposição do presidente João Goulart, mas o incremento dos conflitos agrários, bem como a crescente violência a estes relacionadas, a perseguição que sofreram membros da Igreja Católica e a continuidade da ditadura foram fatores relevantes, inseridos no processo de mudanças internas provocadas após o Concílio Vaticano II, para mudar de posição diante do autoritarismo dos governos militares (PETIT; PEREIRA; PESSÔA. p. 353, 2014).

O campo agora era palco de conflitos, grande parte dos camponeses reprimidos pelo regime militar, que deslegitimava suas reivindicações, perseguia e prendia aqueles considerados importantes para a transformação da estrutura agrária. Paralelo a isto, figuras da Igreja Católica como o próprio Adolfo Temme, passam a tratar de forma mais explícita e detalhada os conflitos e de tornar evidentes os atos ocorridos no Médio Mearim, como forma de dar visibilidade e conseguir apoio de outras localidades em sua luta, como podemos observar nas crônicas do Frei Adolfo Temme.

A chacina do povoado Aldeia: 14 de fevereiro (domingo de carnaval), por volta de 13:30 horas, o povoado Aldeia, foi invadido por pistoleiros que vinham em dois carros blindados, [...]

Não se pode ter uma ideia do número de homens que se encontravam nos carros. [...]

Os pistoleiros não se conformando somente em atirar, provocando pânico, queimaram trinta casas dos lavradores e assassinaram o lavrador Trazibe Teixeira da Conceição, de 64 anos de idade. (TEMME, ano, p....).

As crônicas escritas pelo frei acabam por se tornar um dos principais mecanismos de denúncia utilizados em muitos destes povoados, onde cada vez mais, o descaso, e o esquecimento iam se tornando corriqueiros. Adolfo Temme, atuando como cronista da diocese de Bacabal na década de 80, passa a relatar os casos de violência ocorridos no Médio de Mearim. O povo se encontrava desamparado por órgãos legais, e por barreiras sociais que acabavam por impedir uma maior reivindicação, atuação e assim, a conquista de direitos garantidos por lei, aos moradores destes povoados.

Diante disto, as crônicas passam a ser escritas e interpretadas como mecanismo para denunciar e reivindicar as necessidades e direitos dos moradores. Adolfo Temme, assim como muitos membros da igreja, passa a se alinhar a muitas destas causas vivenciadas nestes povoados, como foi o caso do povoado Aldeia, os levando a atuar também causas sociais, frutos do novo olhar desta frente progressista, denominada Teologia da Libertação.

O conteúdo das crônicas aborda os mais diferentes tipos de acontecimentos, muito embora, o número de casos de violência seja mais recorrente que os demais assuntos. Entretanto, Adolfo Temme, sempre com um cunho religioso, trabalha

diferentes questões em sua escrita, como podemos notar, ao abordar a questões como Via Sacra, do Pau Santo.

Via Sacra do Pau Santo I

[...] No caminho da cruz encontraram muita pedra, Pois a zombaria não pode faltar na Via Sacra. Mas também encontraram a Mãe que fez janta para todo este povo. E encontraram Veronica que cuidou da hospedagem. No outro dia, quando foram para casa de Pilatos, a rua estava cheia de soldados, sem ter o que fazer, só porque os guardas não podem faltar na Via Sacra.

[...] Queriam encurtar a cruz, mas Jesus falou: Eu quero o Pau Santo inteiro em todo seu tamanho, pois cruz aleijada não salva ninguém (TEMME, 11/06/85).

Como bem mostramos as crônicas apesar de vinculadas à Igreja e aos assuntos religiosos, assim como o fato de ser produzida por membros da Igreja, acaba por trazer, com uma maior frequência, assuntos voltados para questões sociais encontradas na região do Médio Mearim. Adolfo Temme demonstra em boa parte de suas crônicas, o seu posicionamento favorável à organização campesina em prol da reconquista de suas terras, assim como utiliza as mesmas, como um “veículo de informações”, abordando notícias de outras paróquias, fornecendo informações sobre acontecimentos de outros estados e cidades, assim como a divulgação de notícias que envolvam questão agrária ou até mesmo a própria Reforma Agrária.

Muito embora boa parte da documentação elaborada pelo Frei franciscano Adolfo Temme possua esse tom de denúncia ao narrar os crimes ocorridos no campo na região do Médio Mearim, elas não se resumem apenas a tal problemática, sendo produzidos também, relatos com um tom mais informativo no tocante à organização dos trabalhadores rurais diante do novo cenário campesino, mencionando também atividades realizadas em conjunto com os demais povoados, como a 2ª Romaria da Terra, que reuniu inúmeros moradores da região em prol da Reforma Agrária, assim como acontecimentos estritamente religiosos (Via Sacra, batizados, casamentos).

Diante disto, podemos observar a grande relevância encontrada na documentação produzida pelo Frei Adolfo Temme durante a década de 80, como forma

de melhor compreender o cenário rural maranhense, mais especificamente, a região do Médio Mearim, em um período marcado pela violência no campo, buscando também, mapear a origem dos conflitos por terra que fazem parte do cenário estadual há anos, assim como analisar o papel desempenhado pelos membros da Igreja Católica no tocante a luta pela Terra e a sua ligação com os posseiros, as motivações e os inúmeros artifícios utilizados pelos grandes fazendeiros como forma de intimidar as famílias ali encontradas.

3.2 Crônica como instrumento de inspiração para a luta pela Terra.

Durante muitos anos, frei Adolfo Temme adotou a escrita como um hábito em sua vida, escrevendo suas memórias, suas desobrigas e suas crônicas, cultivando tal prática até os dias atuais. Suas crônicas que ainda hoje são escritas como fruto de seus questionamentos acerca da humanidade, da sociedade e seus desdobramentos, são características de sua inquietude e descontentamento com questões sociais.

As transformações ocorridas na doutrina da Igreja Católica acabaram por modificar drasticamente o modo de se enxergar o mundo e as relações socioeconômicas existentes no capitalismo, que agora com olhos atentos, observam as desigualdades e injustiças sociais em diversos locais e situações, dentre estas destaco os conflitos no campo, na região do Médio Mearim, local onde o frei observa o papel fundamental a ser desempenhado pela Igreja Católica e todos aqueles inspirados pela Teologia da Libertação ao lado dos posseiros na luta pela terra.

Paralelo a isso, ainda na segunda metade do século XX, são criadas e aprovadas leis que serviriam de base para as mudanças ocorridas no campo, visto que é a partir do Estatuto da Terra de 1964 e da Lei 2.979/69, que o campo passa a ser alvo de investimentos de grandes empresários, atraídos pelas políticas de incentivo favoráveis aos grandes latifundiários e, conseqüentemente, o aparecimento da atividade criminosa de grileiros. Segundo Asselin (2009) “se a violência é inerente à grilagem, a grilagem é instrumento do Poder, pois foi acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo Governo”, diante disto é possível observar a forma como as práticas e

discursos políticos acabam refletindo negativamente na vida de posseiros na região de estudo.

É válido ressaltar que na década de 1980, o Brasil vivencia um momento de grande importância para a democracia. O processo de reabertura política e a elaboração da constituinte, que, como vimos, foi de fundamental importância para o reaparecimento de debates sobre direitos políticos, humanos e para o fortalecimento de movimentos sociais. É em meio a este cenário que o frei Adolfo Temme escreve suas crônicas, que serviriam como instrumentos de inspiração para posseiros e outros membros da Igreja, na permanência destes na luta pela terra, pela Reforma Agrária e na resistência as ameaças de fazendeiros, não se restringindo apenas a um mecanismo denúncia dos crimes vivenciados.

O cenário fundiário encontrado no Médio Mearim na década de 1980, já era marcados por inúmeros focos de conflitos, decorrentes do avanço paulatino de grandes propriedades, que no decorrer dos anos iam se instalando nas áreas antes ocupadas por posseiros e lavradores, que, diante de tal fato, se sentem ameaçados das mais diversas formas, como a ameaça constante à vida, ao seu modo de trabalho e sua morada.

Com a chegada de fazendeiros a região e o incentivo governamental ao plantio da monocultura²⁴, o surgimento do agronegócio – ainda em pequena escala – e o crescimento da pecuária, passam a se tornar grandes problemas para os pequenos posseiros no interior do estado, afetando inúmeros povoados como Lago da Pedra, Lago do Junco, São Manoel, dentre muitos outros, todos atingidos pela violência no campo, como aponta Temme.

Notícias sobre São Manoel.

[...] Será que Deus tem prazer de ver São Manoel deserto? Será que Deus ainda tem gosto de olhar para o Maranhão se tiver só boi? Qual Pai que não chora vendo seus filhos vagando pelo mundo sem destino? Os moradores resolveram ficar. Pediram roça mesmo sabendo que a terra ia dar muito trabalho, sendo toda empesteada de capim.

A roça foi negada, mas o plano não mudou, pois o pão vem da terra. Foi o jeito entrar e entraram mesmo, para fazer leira e plantar feijão e mandioca. Quem é mais importante: o boi ou o homem? (TEMME, Adolfo. 29/04/86).

²⁴ Capim para o pasto.

Na crônica observamos a constante comparação/reflexão entre o homem (posseiros/lavradores) e o boi (que representa o capitalismo devastador que chegava através dos fazendeiros, principalmente por meio da atividade agropecuária), sobre quem merecia espaço e estava sendo injustiçado, sempre refletindo por meio da fé, reforçando a ideia de que Deus está olhando por eles, mas que mesmo diante das dificuldades (o capim e a negação da terra), deveriam resistir a tais práticas. Adolfo Temme relata ao longo da crônica, estratégias de resistência utilizadas pelo povo em São Manoel, que sofriam com a violência de fazendeiros na região, ocupando grandes áreas destinadas aos rebanhos bovinos. A história descrita servia de inspiração e combustível para os posseiros e lavradores que não enxergavam mais a possibilidade em reaver suas lavouras e em alguns casos, sua morada.

A Teologia da Libertação acaba inspirando inúmeros membros do clero por toda América Latina, como foi o caso do frei Adolfo Temme, que por meio de suas ações e da escrita, deixava explícita sua opção pelos pobres. As crônicas redigidas por meio de metáforas e passagens bíblicas, que buscam aproximar o evangelho de Jesus Cristo da realidade encontrada nos povoados do Médio Mearim.

Via Sacra do Pau Santo I

[...] Queriam separar os irmãos,

Queriam Jesus sem a defesa dos amigos.

Ofereceram cafezinho e boas palavras,

Mas ninguém quis as trinta moedas,

Ofereceram paz, para Jesus não sofrer tanto,

Queriam encurtar a cruz, mas Jesus falou:

Eu quero o Pau Santo inteiro

Em todo seu tamanho,

Pois cruz aleijada não salva ninguém.

[...] (TEMME, Adolfo. 11/06/85).

Na crônica, Temme utiliza das metáforas como uma forma de mantê-los firmes na jornada. A cruz descrita por ele remete as dificuldades encontradas no caminho que os leva aos seus objetivos, que haveria momentos em que tentariam tirá-los de sua caminhada até a conquista de seus direitos. Ao longo da crônica podemos

observar que a Via Sacra foi escrita com base nos desafios encontrados por todos do Pau Santo, que resistiam e lutavam pela recuperação da posse da terra, que se mantinham firmes mesmo diante de acordos, que no fim, todos sabiam que em nada beneficiariam os posseiros.

A ideia de encurtar a cruz seria o acordo de ceder um pedaço de terra menor do que de fato era o povoado de Pau Santo aos posseiros, afim de que aceitassem a oferta e o conflito chegasse ao fim, entretanto, o povo não aceita a oferta, reivindicando a área anterior, mesmo que precisassem continuar sofrendo com os abusos por parte dos fazendeiros.

Neste momento, podemos observar o papel também de incentivador da união e da coragem, como forma de se chegar ao caminho de Deus e alcançar seus direitos ameaçados. Temme (1985), ao escrever “Na beira da estrada tem irmãos que convidam Jesus apara jogar fora a cruz. Mas quem despreza o Pau Santo, quem não abraça o lenho sagrado, como é que espera salvar-se?”, questiona aqueles que abandonam a luta quando chegam às dificuldades, abrindo os olhos daqueles que largam a caminhada, mas que ainda assim desejam reaver sua propriedade, o que acaba por fragilizar a ação dos posseiros e membros do clero, envolvidos.

As metáforas são recorrentes em sua escrita, como forma de tornar mais lúdico o processo de conscientização que cresce no Médio Mearim. A Igreja Católica acaba se tornando a única instituição que se alinha aos anseios presenciados nos povoados da região, resultando em uma grande participação, organização e influência sobre a vida de muitos posseiros, junto de CEB's, da CPT e da ACR.

Com a Igreja se tornando presente em muitos momentos da vida dos posseiros e também sendo alvo da violência existente, as crônicas também eram escritas de forma direta, com convocações que deixam claras as intenções e ações da Igreja no campo. Nos anos que Adolfo Temme morou no Maranhão e atuou ao lado dos posseiros na luta pela terra no Médio Mearim, ele presenciou a violência em todas as suas formas, ora diretamente ligada aos membros da Igreja, ora contra a vida dos aqui residiam, como foi o caso de seu Manoel, morto no confronto com a polícia.

Pela Cruz se chega a Luz.

[...] Manoel não viu o fim desta luta, mas foi ele quem trouxe o fim. Ele foi a barreira viva que se jogou contra a fúria e a fez parar. Três dias depois, o

Presidente da República encaminhou o processo de desapropriação e hoje em dai o Pau Santo é liberto.

[...] 2. Qual foi a ação do governo na questão da terra?

A terra era de todos e o governo passou para a mão de alguns.

Como podemos fazer apara a terra ser novamente de todos?

3. Porque Manoel tombou? Que lição nos dá o seu martírio?

4. Que compromisso devemos assumir para sermos fieis ao seu sangue?
(TEMME, Adolfo. 23/11/1985).

Temme, ainda se utilizando de metáforas para retratar as dificuldades encontradas no campo, escreve sobre a morte de Manoel, colocado no título como a Cruz, pois foi através da sua morte, que o povo do Pau Santo alcançou a liberdade de suas terras, alcançando a Luz. Entretanto, a morte de Monoel é lembrada por ele como símbolo de luta do povo, de resistência ao descaso do governo e aos abusos por parte de grandes proprietários, uma morte que gerou questionamentos e que agora deveria ser relemburada como a morte daquele que trouxe sossego, portanto não deveria ser em vão.

A grande maioria das crônicas são escritas pelo próprio Adolfo Temme, que busca inspirar o máximo de posseiros e membros do clero, a permanecer ou adentrar em lutas sociais ao lado dos mais pobres e marginalizados, como manda a doutrina da Teologia da Libertação. Além das palavras escritas por Temme, algumas crônicas apresentam relatos, notícias e palavras de incentivo vindas de outras localidades, dando apoio a aqueles que precisam.

Carta Vai Carta Vem.

Carta o Centro da Pedreira

É e um caso triste ver os nossos irmãos mortos pelos pistoleiros e fazendeiros. Mas vamos adiante conquistar a terra prometida e vamos ver que Deus está com nós assim como ele falou: Eu estarei com vocês até o fim. Coragem para enfrentar a luta até o fim.

Maria Amélia Rodrigues. (TEMME, Adolfo. 06/1986).

As crônicas que recebem este nome *Carta Vai Carta Vem*, trazem em seu conteúdo na maioria das vezes, notícias de outras paróquias, de outros povoados, sempre abordando a luta por direitos em diferentes locais do estado ou do Brasil, com

um forte viés religioso, ficando notória a presença da doutrina da Teologia da Libertação nas crônicas aqui analisadas.

A Teologia da Libertação surge a partir da necessidade de aproximação do evangelho da realidade enfrentada por muitos, fato observado constantemente nas crônicas escritas por Temme, que consegue enxergar nas adversidades da vida, uma lição, uma aproximação das dificuldades com o sofrimento de Jesus Cristo, fato que se torna perceptível na crônica que relata o caso de Serra Bonita.

ABRA A PORTA, POVO, QUE JÁ VEM JESUS.

[...] Abra a porta, povo, que já vem Jesus,

Ele vem cansado com o peso da cruz.

Vemos Jesus acusado diante de Pilatos: Inventando nova lei.

Vemos Jesus na coluna, amarrado nas árvores no quintal da capela.

Vemos Jesus levado pela rua da amargura, levado ao ridículo.

Vemos Jesus despido, exposto aos olhares de todos.

Vemos Jesus desprezado pelo povo do contra.

Vemos Jesus negado pelos outros sofredores: eu não sou deste meio.

Vemos Jesus defendido pelos pequenos.

Vemos Jesus apoiado pelo Cirineu: os irmãos ficam com ele.

Vemos Jesus na agonia, só com o conforto do Pão da Palavra.

Vemos Jesus blasfemado: Onde está o Deus de vocês?

Vemos Jesus enterrado. No buraco feito por ele mesmo [...]. (TEMME, Adolfo. 25/10/1985).

É possível observar a aproximação feita pelo autor, à vida de Jesus Cristo, na sua caminhada até sua crucificação, sofrendo injustiças, sendo desmoralizado, ridicularizado, assim como o povo de Serra Bonita, vivendo dias e agonia na presença de soldados, que zombavam da fé e do “seu” Deus. A Igreja foi duramente criticada e perseguida no Médio Mearim, consequência da atuação constante nos conflitos por terra, incentivando a resistência, ajudando em questões jurídicas, com a contratação de advogados para os casos extremos, sempre disposta a auxiliar a superação das adversidades.

A Igreja teve um papel significativo na vida dos posseiros no Médio Mearim, diante da falta de um amparo legal e das injustiças. Para além da atuação desta instituição em questões sociais, é notório o peso desempenhado pela Igreja no âmbito religioso, na fé que todos os dias mantinha os moradores firmes em sua jornada, como um refúgio para os problemas cotidianos.

As crônicas, portanto, buscam inspirar e alimentar o desejo por justiça nos posseiros e lavradores, assim como também buscava denunciar os crimes cometidos contra a população local. É a partir desta análise, que as crônicas passam a ser interpretadas como o relato não apenas do frei, mais de todos que passaram por tais situações. Diante disto, observamos o papel das crônicas como mecanismo e inspiração na conquista da terra e da Reforma Agrárias ao lado da doutrina da Teologia da Libertação, que agora se encontra dissolvidas em meio às ações e movimentos sociais em prol da igualdade e da justiça social.

3.3 Questão agrária na imprensa maranhense.

A imprensa nos últimos anos tem ganhado cada vez mais espaço nos meios acadêmicos, servindo como objeto de pesquisa, fonte de informações e como meio principal de manifestações e desejos populares. A imprensa atualmente tem se expandido cada vez mais, adotando novas formas de abordagem, novas técnicas, novas roupagens mais tecnológicas, mas ainda com mesmo objetivo, a informação rápida e acessível a todos.

Com a Escola dos Anales, novas formas de fazer história acabaram surgindo, novas formas de auxiliar a ciência, novos métodos de pesquisa foram incorporados, aumentando, significativamente a quantidade de fontes consideradas históricas, com mecanismos que auxiliam na verificação das informações, a fim de promover uma interdisciplinaridade, capaz de fazer com que vários pontos diferentes, conversem entre si. A imprensa, com suas diversas formas de manifestação, seja por jornais, revistas ou imagens, averiguadas com suas respectivas necessidades, acabaram por se tornar uma nova forma de se entender a história, proporcionando assim, um leque de informações a muitos pesquisadores.

Mesmo com o uso da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa esteja se expandindo consideravelmente em meio a pesquisadores, o uso de tal, por muito tempo foi duramente criticado, visto a fácil manipulação de informações e os interesses contidos nos bastidores das notícias, o que por inúmeras vezes, ocasionou em uma aversão ou desqualificação de informações provenientes de jornais e revistas, como aponta Luca.

[...] A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRATO, 1980, apud LUCA, 2008, p. 118).

Diante desta intencionalidade encontrada em muitos jornais, o pesquisador encontra no mesmo, um grande problema a ser enfrentada, no tocante a averiguação das informações, para isto, o mesmo deve estar munido de uma série de métodos que auxiliem no processo de pesquisa, o que torna imprescindível ao pesquisador, historiador, a problematização, historicização dos fatos e das notícias, a fim de aproximar ao máximo dos acontecimentos aos quais busca informações. A análise do discurso, dos interesses atendidos pelo veículo de informação o qual pesquisa, a criticidade diante das notícias, tornam-se ferramentas fundamentais para o uso da imprensa como fonte de pesquisa.

O leitor, portanto, precisa saber se posicionar diante de tais discursos, sob pena de ser facilmente manipulado por esses veículos que, ao invés de retratarem os acontecimentos com isenção e profissionalismo, atendem aos ideias de um determinado grupo e propagam apenas os fatos de seus interesses, deixando em segundo plano ou até silenciando, questões fundamentais para uma compreensão mais ampla desses eventos. (COSTA; SILVA, 2017, p. 6)

Com isso, podemos observar o papel desempenhado por jornais em difundir notícias rapidamente, tornando o mesmo, uma grande ferramenta de estudo sobre questões que se faziam presentes naquele momento, o que requer do pesquisador o abandono de uma ingenuidade, que possa leva-lo a armadilhas de interpretações errôneas e precipitadas. Os jornais sempre foram palcos de grandes notícias e também

de espaço para grandes grupos manifestarem suas opiniões acerca dos mais diversos assuntos, o que em muitos casos, atribui a mídia como um todo, o poder de moldar a opinião de seu público.

Segundo Luca (2008), o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Diante disto, cabe ao historiador analisar o conteúdo das informações, assim como trabalhar com a intencionalidade da fonte, em reproduzir determinado discurso, levando em consideração o contexto histórico no qual a notícia foi produzida, como forma de melhor compreender as motivações da mesma.

Visto isso, busco chamar atenção também, as diversas formas de persuasão de leitores produzidas em jornais e revistas, ambas com o intuito de atrair a atenção do público, sempre colocando em primeiro plano suas intenções e “agendas ocultas”. Para isso, os meios de comunicação se utilizam imagens, fontes de destaque (letras), cores, e a adoção do padrão “manchete” nas primeiras páginas, para notícias de grande importância, ou a não utilização de tais mecanismos, para notícias que os mesmos julguem não necessitar de tanta importância.

[...] Os meios de comunicação ocupam, nas sociedades contemporâneas, lugar de destaque na produção de uma memória pública e de uma ideia de história. [...] Legitimada como uma das principais instâncias semantizadoras das ações e das transformações da realidade, a mídia jornalística seleciona, entre todos os fatos e sujeitos, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, revestindo-o de relevância histórica. (SILVIA; GOUVÊA, 2013, p.111)

É se utilizando deste espaço construído pela mídia jornalística, que propomos uma análise da questão agrária e da difusão da doutrina da Teologia da Libertação, acerca das notícias veiculadas na imprensa maranhense na década de 1980, afim de melhor compreender como estavam sendo trabalhadas e que interpretações eram possíveis de serem feitas diante destas notícias, levando em consideração os cuidados a serem tomados diante das notícias encontradas e a origem das mesmas.

É durante o período de redemocratização, que ocorre o surgimento de uma série de movimentos sociais que passam a eclodir em todo território nacional, as passeatas e reivindicações, assim como a participação de massas da população civil em

questões políticas como, a elaboração da Constituição de 88²⁵, o crescimento da atuação da Igreja Católica em questões sociais, como movimentos que lutavam pela Reforma Agrária e por assentamentos, acabou por crescer de forma significativa, conquistando a atenção de inúmeros meios de comunicação, dentre estes, destaco os jornais.

A imprensa maranhense acabava por noticiar inúmeros casos de conflitos pela terra ocorridos no estado, assim como dedica em suas páginas, espaços que visavam trabalhar com maior ênfase, as alterações no interior da Igreja Católica, e no campo, trabalhando com visões ora como favoráveis as causas defendidas, dando visibilidade, ora como criminalizava ou condenava algumas questões expostas.

Os jornais pesquisados acabam trazendo com maior frequência notícias ligada a questão agrária e Teologia da Libertação, principalmente nos anos de 1980, sendo estes, os anos mais calorosos e marcados por embates no tocante a questão fundiária. Que tal problemática já se fazia presente, não é nenhuma novidade, visto que desde 1964, já havia uma grande preocupação com o crescimento e o fortalecimento de Ligas Camponesas, de movimentos de luta pela terra, assim como havia uma dura resistência a difusão da doutrina da Teologia da Libertação, e uma forte crítica ao apoio deste setor progressista a questões envolvendo conflitos o campo.

Diante deste cenário encontrado no Brasil nos anos de 1980, buscamos analisar notícias encontradas nos jornais, como forma de melhor compreender a circulação das informações ligadas aos conflitos fundiários, a Reforma Agrária e a atuação de cunho mais social, por parte da Igreja Católica. Os jornais pesquisados ao longo destes meses foram, *Jornal O Imparcial* e *Jornal O Estado*, sendo estes, de grande circulação em toda capital desde as décadas de 20 e 70, entretanto, as notícias aqui abordadas, foram retiradas em sua grande maioria, do jornal *O Imparcial*, o único que traz com maior frequência, notícias relacionadas aos temas aqui estudados, diferentemente do jornal *O Estado*, que embora aborde os temas, faz isso de forma muito breve, sem oferecer grandes detalhes.

Tomando como primeira problemática a ausência parcial de notícias sobre temas tão presentes na sociedade não apenas maranhense, mais brasileira, no *Jornal O Estado*, propomos uma análise acerca da origem de tais jornais. O *Jornal O Estado*,

²⁵ Ainda sobre a Constituição de 1988, ver os artigos 174, 175 e 176 da Constituição, que trabalham ideia de não existência a propriedade absoluta da terra.

surgiu na década de 1970, a partir da compra do Jornal *Do Dia*, por José Sarney e seu amigo, Bandeira Tribuzi, atualmente sendo incorporado ao grupo Mirante, pertencente à família Sarney, o que nos possibilita observar que a escassez de notícias neste jornal diante dos acontecimentos, se deu pelo fato do então proprietário do jornal José Sarney, se encontrar no cargo da presidência, deixando explícito o forte viés político intrínseco a este jornal.

O Jornal *O Imparcial* teve sua fundação em maio 1926, pelo empresário João Pires Ferreira, junto de seu irmão José Pires, onde acabou crescendo e se popularizando por todo o estado, que vivenciava um grande crescimento. O jornal acabou ganhando bastante espaço pelo fato de não se alinhar a partidos e grupos políticos, o que acaba abrindo espaço para interpretações como a possuir a liberdade de falar de temas como Reforma Agrária durante o período estudado.

O jornal *O Imparcial*, diferentemente do jornal anteriormente citado, já traz com maior frequência, notícias que remetem a questões em torno da Teologia da Libertação e da questão agrária, na qual buscamos analisar o posicionamento do jornal diante das mesmas.

REFORMA DA TERRA É MINIMIZADA

[..] Com destino a Macapá, onde foi participar de debates promovidos pelo PT, Lula disse que nunca esperava uma Reforma Agrária do presidente José Sarney. (Jornal *O Imparcial*, São Luís, 1985, p. 4)

É possível observar a preocupação do jornal em trazer notícias que trabalham a Reforma Agrária, mesmo que envolvida em debates políticas, porém, sem compromisso com políticos ou partidos. O jornal em questão traz inúmeras notícias sobre a Reforma Agrária, sobre as discussões em torno do primeiro PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), proposto por Sarney, sempre se posicionando como favorável às propostas de Reforma Agrária, assim como criticando na figura de José Sarney, o atraso na implementação da mesma, assim como a crítica a outros grandes nomes da política.

A INTOCABILIDADE DA TERRA

Setenta por cento da área rural hoje é constituída por latifúndios e a conclusão é óbvia: o Estatuto da Terra não foi efetivamente aplicado em seus primeiros 20 anos de vida. Assesores do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, estimam que mais de 20 artigos

não foram cumpridos, além de muitos outros terem sido revogados (jornal O Imparcial, São Luís, 20/06/1985).

Nesta notícia, o jornal busca alertar seus leitores para situação alarmante na qual muitas famílias se encontram, diante da má distribuição de terras em todos o território brasileiro, questionando figuras como o General Castelo Branco, o próprio ministro da Reforma, assim como denuncia a inaplicabilidade do Estatuto da Terra. Diante disto podemos observar, a preocupação do jornal em abordar o tema da Reforma Agrária, que passa a ser um tema recorrente nas páginas do mesmo, muito embora a sua localização fique variando em categorias como “opinião nacional”, “política”, “economia”, até que por fim, passe a ter uma página dedicada apenas a este tema, intitulada de “Reforma Agrária”, deixando explícito o interesse em constantemente atualizar seus leitores sobre os debates envolvendo a questão fundiária.

O jornal *O Estado*, traz em suas páginas, sem muito destaque, algumas notícias acerca dos desdobramentos da Reforma Agrária e do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), ambos sendo decididos pelo então presidente José Sarney. As notícias se resumem a textos que falem sobre questão fundiária desde 1850, descrevendo as modificações que sofreu ao longo dos anos, mas sem grandes discrições sobre o que de fato tem sido feito para resolução dos casos de conflito no estado. A única notícia encontrada que aborda com mais detalhes as decisões que estão sendo debatidas, dizem respeito à fala do ministro Nelson Ribeiro, sempre passando a ideia que tudo caminha como planejado.

REFORMA AGRÁRIA VAI TER DINÂMICA PRÓPRIA.

BRASÍLIA- O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, afirmou ontem às lideranças nacionais e estaduais dos Trabalhadores na indústria, na sede da CNTI, que a Reforma Agrária não vai ser protelada. Disse também que dentro de mais alguns dias estarão sendo aprovados pelo presidente Sarney os PRRAS (Planos Regionais de Reforma Agrária).

[...] (O Estado, 1985, São Luís).

As notícias sobre os tramites da Reforma Agrária e do Plano Nacional de Reforma Agrária acabam sendo mais noticiadas no jornal, em relação a Teologia da Libertação e a constituinte, entretanto, ainda foi possível encontrar algumas notícias que

fornece ao leitor, um panorama geral, das mudanças ocorridas na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II e o Documento de Puebla.

DOCUMENTO DE PUEBLA SERÁ VOTADO AMANHÃ

Paralelamente, o documento condenará a violação dos Direitos Humanos na América Latina, o que se entende como uma concessão ao setor progressista. Porém, em nenhum dos casos, haverá referência particular a um país ou a um determinado caso, o que demonstra, achou a fonte, o prevalecimento da linha moderada.

Uma forte ênfase será dada ao problema da cristologia desenhada por alguns teólogos da libertação (O Imparcial, 11/02/79, São Luís, p.7).

Diferentemente das notícias analisadas sobre a situação fundiária do país e do estado, onde é possível observar o apoio do jornal o imparcial a Reforma Agrária, no tocante as notícias sobre Teologia da Libertação, já podemos perceber uma certa neutralidade diante das mudanças ocorridas na Igreja Católica. Nesta notícia, o jornal se dedica apenas a oferecer o leitor, um panorama geral acerca do que estaria sendo discutido no documento de Puebla, abordando pontos como Direitos Humanos na América Latina, defendidos pelo setor mais progressista da Igreja.

“TEOLOGIAS DA ESPERANÇA”

[...] É assim, a chamada ‘teologia da esperança’ (bonito nome), na qual se inspira, e quase se identifica, a famosa e discutida ‘teologia da LIBERTAÇÃO’. Para facilitar a compreensão do leitor, ficaremos hoje nas premissas filosóficas, para depois, em prosseguimento, examinar as consequências teológicas, no que diz respeito a DEUS, a CRISTO e à IGREJA (O Imparcial, 26/06/83, São Luís, p.19).

O discurso em torno da Teologia da Libertação, facilmente comparada a Teologia da Esperança, se deu pela aproximação destas doutrinas a questões filosóficas e sociais, ambas questionando a exploração e descaso com muitos marginalizados socialmente. Nesta notícia o jornal se dedicou a explicar a origem dessas “novas teologias”, que utilizam de autores Marx e Ernesto Bloch, como norteadores, e como base para as lutas enfrentadas pelos seus adeptos, sempre em busca da libertação, mas nunca deixando de lado Jesus Cristo, figura frequentemente associada aos marginalizados. No jornal *O Estado*, foram encontradas apenas duas notícias sobre o

setor progressista da Igreja Católica, nas quais buscam discorrer sobre as modificações ocorridas na Igreja Católica e em seus seguidores, assim como descreve os caminhos percorridos pelos pioneiros da Teologia da Libertação, e as dificuldades enfrentadas, no tocante ao reconhecimento e aceitação dos fiéis em lutar pelos seus direitos.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: dezoito anos depois, o beneplácito da Igreja Católica.

A Igreja Católica deu carta de cidadania a Teologia da Libertação, dezoito anos depois do surgimento do controverso movimento que afetou a consciência política dos cristãos e criou o “problema da religião” para os revolucionários latino-americanos.

Em seu recente documento “Liberdade Cristã e Libertação”, o Vaticano reconhece o direito dos pobres de lutar contra a violência, a ingerência política dos religiosos e o “mito da revolução” que resultará em novas formas de escravidão (O Estado, 18/04/86, São Luís).

Diante das inúmeras notícias encontradas sobre Teologia da Libertação e sobre as alterações nos paradigmas da Igreja Católica, dos embates entre o setor mais tradicional, que se nega a aceitar essa nova vertente, torna-se comum a todas as notícias, a constante associação dessa nova doutrina, a questões defendidas pela esquerda política do país, acarretando em uma aversão e uma resistência da população diante da mesma, principalmente no período que compreende a redemocratização do país, onde ainda era possível se observar uma forte divisão entre ideias mais de direita e de esquerda. Durante a pesquisa, também foram encontradas notícias que classificamos como comuns aos temas “Teologia da Libertação” e “Reforma Agrária”, pois trata da manifestação de membros do clero, diante dos casos de violência no campo, da demora na execução da reforma e da forte crítica à inaplicabilidade de uma justiça social no campo.

Por fim, busco analisar notícias acerca da Constituição de 88, que se encontrava em processo de elaboração a partir da segunda metade da década de 80, e que contou com grande participação popular, que incorporava debates como o da própria Reforma Agrária e o desejo pelo retorno da democracia.

Impõe-se uma mudança substancial e qualitativa do Estado nacional brasileiro, a fim de que ele fique submetido à vontade coletiva da sociedade civil, não mais se impondo sobre o autoritarismo que ora começa a se desagregar.

[...] A Constituição de que necessitamos terá de ser fruto de amplo diálogo nacional, terá de ser a síntese da co-participação de todos os cidadãos brasileiros, alfabetizados e analfabetos, oficiais e soldados, porque no que respeita à cidadania, não há, entre eles, nenhuma diferença (O Imparcial, 09/06/86, São Luís, p.9).

O jornal *O Imparcial* busca abordar os anseios populares em torno da elaboração da nova Constituição, da esperança na conquista de direitos, no distanciamento do fantasma da ditadura que marcou a história do país por longos vinte e um anos e que agora, enxerga nessa mudança política, a possibilidade de retorno da democracia. É notório em todas as notícias encontradas sobre a Constituição no jornal *O Imparcial*, a constante convocação e destaque para a participação da população civil, entre instituições como Igrejas e sindicatos, ressaltando o caráter popular da mesma. Em contrapartida, não foram encontradas nenhuma notícia sobre tal tema, no jornal *O Estado*.

Diante das notícias aqui apresentadas e analisadas, foi possível observar o papel informativo desempenhado pelos principais jornais que circulavam pela capital ludovicense na década de 1980, abordando temas como Questão Agrária, Teologia da Libertação e elaboração da Constituição de 1988, que se encontrava em pleno debate nas mais diversas localidades, não apenas do Maranhão, mas em todo território nacional. Entretanto, a pouca visibilidade e em alguns casos a ausência de notícias nos jornais, possibilitou a observação da forte influência política presente nos meios de comunicação do estado, que acaba por se refletir num silêncio da fonte e/ou na alteração do discurso, em prol de uma figura ou grupo/partido central.

Por fim, foi possível constatar que muito embora casos de violência sejam citados em determinados períodos, por colocar em debate a Teologia da Libertação, da Reforma Agrária e da Constituinte, pouco se fala do contexto maranhense, e principalmente dos casos de violência alarmantes encontrados nas crônicas do Frei Adolfo Temme, ignorando tais acontecimentos, em prol de debates de interesse nacional.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como foco o estudo das crônicas escritas pelo Frei franciscano Adolfo Temme, onde o mesmo relatava uma série de conflitos agrários que ocorreram na região do Médio Mearim, na década de 1980. Como forma de melhor compreender a atuação de membros do clero inspirados na Teologia da Libertação, como o Adolfo Temme, na luta pela terra e na organização política de posseiros, propomos uma análise sobre os fatores que contribuíram para o acirramento e aparecimento de muitos conflitos agrários na região e, principalmente, as modificações na doutrina da Igreja Católica que tornaram possíveis a atuação de seus membros em questões sociais.

Partindo da análise do cenário fundiário encontrado na região do Médio Mearim, buscamos compreender quais as modificações vivenciadas no campo, que possibilitaram o acirramento e aparecimento de conflitos agrários. A partir do estudo realizado, tornou-se possível observar os impactos do Estatuto Terra de 1964 e da Lei 2.979/69, que passaram a inserir novas concepções sobre a posse da terra, novas formas de produção e organização, inserindo a lógica mercadológica no meio rural, afetando inúmeros posseiros no Médio Mearim.

O Estatuto da Terra de 1964, implementado no período da ditadura civil-militar carregava consigo inúmeras propostas de reforma e reorganização fundiária para o país, visando o desenvolvimento e modernização dos campos, observando o mesmo, como uma saída para as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país e, principalmente, como uma saída para o enfraquecimento e esvaziamento de movimentos sociais oriundos do campo, que lutavam pela Reforma Agrária. Entretanto, tal Estatuto não se aplicava no tocante a realização da Reforma Agrária e da redistribuição de terras, sendo este, um mecanismo elaborado apenas para a manutenção das estruturas de poder na mão de elites agrárias, que passariam a usufruir dos benefícios criados pelo governo, presentes no Estatuto da Terra.

Ainda no que diz respeito ao cenário fundiário do Brasil e do Maranhão, destacamos a criação da Lei 2.979/69, conhecida como Lei Sarney de Terras, que contribuiu ainda mais para o acirramento de conflitos no campo. A exigência de títulos

de posse, como forma de comprovação da propriedade impactou posseiros de muitas regiões do estado, principalmente no Médio Mearim, palco de inúmeros conflitos que surgiram diante da disputa por território. As crônicas aqui trabalhadas traziam em seu conteúdo as dificuldades enfrentadas pelos moradores da região, denunciando a violência de muitos fazendeiros e grileiros. A prática criminosa da grilagem também cresce consideravelmente, principalmente após a criação da Lei Sarney Terras. A falsificação de documentos, a falta de fiscalização e suporte dado pelo estado aos posseiros na região do Médio Mearim, acabou favorecendo o uso da violência física e psicológica por parte de grileiros e pistoleiros nesta localidade, contribuindo para o clima de instabilidade e aumento no número de casos de violência.

O cenário não apenas regional mais nacional passava por grandes inquietações. Os movimentos sociais que passam a eclodir em todo território nacional, das mais diversas naturezas, embora destacassem os movimentos que surgem no contexto rural, antes mesmo do golpe de 64, lutando contra o avanço do capital, na luta pela Reforma Agrária, que após o Golpe, foram fortemente sufocados pelas forças repressivas do Estado, voltando a se articular novamente na década de 80, motivados pela perceptível fragilizada no governo ditatorial e principalmente, pela insatisfação da população civil, com o contexto social, motivados também pelo debate da Constituinte, abordada no primeiro capítulo.

Paralelo a isso, Adolfo Temme, buscou denunciar os casos de violência, dando visibilidade e apoio à população que sofria com as arbitrariedades de grandes fazendeiros e grileiros, por vezes, de forças policiais do estado. Diante da participação ativa de membros da Igreja Católica e do próprio autor das crônicas, em conflitos agrários, tornou-se interessante observar de que forma a Igreja atuava nessas situações e o que mudanças os motivou a se empenhar na luta pela terra ao lado de posseiros.

Para tanto, buscamos compreender de que forma o Concílio Vaticano II e as Conferências, influenciaram na formação do que seria da doutrina Teologia da Libertação e da aproximação dessas mudanças na América Latina. Visto isso, tornou-se possível observar que é a partir das reflexões feitas por volta da década de 1960, que a Igreja passa a dar mais atenção às mazelas sociais e ao distanciamento de seus fiéis da desta instituição, os levando a adotar um novo modo de se fazer Igreja.

Compreender e analisar essas mudanças na Igreja e nas estruturas do campo, tornaram-se fundamentais para o entendimento do papel do Frei Adolfo Temme e da Igreja no Médio Mearim, buscando também melhor interpretar o papel social de suas crônicas na década de 1980. Visto isso, acabamos por observar o aparecimento de outros fatores fundamentais para a luta dos posseiros na região de estudo, que consiste no aparecimento e atuação de pastorais como a CPT, a ACR e as CEB's.

Como vimos, tais pastorais acabam desempenhando inúmeras ações ao lado de posseiros no Médio Mearim. Primeiramente analisamos as ações da CPT, que atuou em diversos pontos do país e do estado do Maranhão, na luta por justiça, na conquista e preservação de direitos assim como denunciava crimes ocorridos no campo. No mesmo sentido, analisamos também as ações organizadoras desempenhadas pela ACR e pelas CEB's, que acabam se fazendo mais presentes na região de estudo.

Tais pastorais acabam atuando de forma frequente em questões sociais, principalmente no cenário rural, o que acabou resultando em uma aproximação e na organização de uma série de movimentos sociais, vistas como desdobramentos da atuação das CEB's e da ACR, que trabalhavam incansavelmente na formação política dos trabalhadores rurais, na organização e na resistência dos mesmos, diante do avanço do grande capital.

Posteriormente, propomos um estudo acerca da trajetória política e religiosa do Frei Adolfo Temme, por entender mesmo como peça fundamental para a luta no direito de acesso à terra e a Reforma Agrária no Médio Mearim, buscando compreender sua aproximação com a vertente da Teologia da Libertação e das causas sociais. Suas crônicas foram utilizadas como fonte de manifestação dos problemas ali encontrados, embora carreguem a escrita de algumas poucas pessoas do clero, dentre elas, o Frei franciscano Adolfo Temme.

O conteúdo das crônicas e sua escrita foram interpretados ao longo deste trabalho como a “expressão/impressão” dos problemas sociais ali vivenciados, uma forma de denúncia, manifestação, contestação, resistência e inspiração para os casos de abuso enfrentados pela população local que sofria com a presença de pistoleiros,

grileiros e fazendeiros, permitindo também um trabalho de mapeamento dos tipos de violência enfrentados, as vítimas e dos locais atingidos²⁶.

Por fim, fizemos uma abordagem das notícias que circulavam na grande imprensa maranhense na década de 80, utilizando como fonte dois jornais, *O Estado* e *O Imparcial*. Tal abordagem foi feita com o intuito de analisar como estavam sendo noticiados os casos de conflitos agrários no estado do Maranhão e, principalmente, os desdobramentos e debates acerca da Reforma Agrária, assim como analisar os discursos da imprensa diante das mudanças ocorridas na Igreja Católica, duramente criticada ao longo da metade do século XX.

Com isso, torna-se explícita a relevante atuação dos padres e bispos envolvidos com questões sociais no Médio Mearim, no tocante a organização e resistência contra as mudanças avassaladoras que adentram o campo, com ênfase no Médio Mearim. Diante disto, é notório o impacto que as políticas econômicas adotadas no período pós-golpe civil militar em 1964 afetaram negativamente a vida de inúmeros posseiros o Médio Mearim e em muitas outras localidades, levando à expropriação, a injustiça, a fome e principalmente a violência para a realidade de muitas pessoas, que a partir de então, se sentiram obrigadas a lutar contra as novas formas de exploração e subjugação que chegariam aos povoados do Médio Mearim.

²⁶ Ver tabela: apêndice II.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. Fontes orais. **Histórias dentro da história**. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). Fontes históricas. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflitos de Terra no Maranhão**. São Luís, CPTMA, 1981. 57p. (Transformações, Econômicas e sociais no Campo Maranhense, volume 6).
- ALVES, Rubens. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- ASSELIN, Victor. Grilagem, instrumento de poder. Imperatriz- MA: Ética, 2009.
- BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 (Tese de doutorado).
- _____. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norbert .O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. 2003, p. 13-42.
- BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador**. In: Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (Org). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanistas: CAPES, 2015.
- CARVALHO, Horacio Martins de. **Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação de Reforma Agrária**. Revista Negra, ano 7, n.5, p. 113- 122. Agostodezembro de 2004.
- COSTA, Maria Alcione da; SILVA, Josimere Maria da. **A dupla memória do MST no discurso midiático: entre a criminalização e a legitimação do movimento**. VIII SEAD- O político na Análise do Discurso contradição, silenciamento, resistência. Recife 12 a 15 de set 2017.

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo e SCOTT, Mainwaring (Org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L & M; CEDEC, 1986, p. 13-45.

COSTA, Maria Alcione da; SILVA, Josimere Maria da. **A dupla memória do MST no discurso midiático: entre a criminalização e a legitimação do movimento**. VIII SEAD-O político na Análise do Discurso contradição, silenciamento, resistência. Recife 12 a 15 de set 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: atuação da CPT no Maranhão 1976/1981**. São Luís: Curso de graduação em História da UFMA, 1994. (Monografia de graduação).

CHARTIER, Roger. **O mundo como representações**. Revista Estudos Avançados. Rio de Janeiro: CPDO/FGV, 1991, v.5, n. 11, p.173-191.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado Ação Política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DUARTE, Adriano Luiz; MEKSENAS, Paulo. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, vol.12. In: **História e movimentos sociais: possibilidades e impasses na Constituição do campo do conhecimento**. 2008.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez Ferreira. Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história política”**: o retorno da História política. Revista estudos Históricos CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, v.5, n.12, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970**. 24ª ed. São Paulo: Edição Loyola, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p.224.

FRAZÃO, Jaciara Leite. **Conflitos Agrários no Médio Mearim – MA (1970-1990):** memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia. UEMA, São Luís, 2017. (monografia de graduação)

LIMA, Dayane de Sousa. **Franciscanos em missão:** atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980). UFMA. São Luís, 2018. (Dissertação do programa de Pós-Graduação em História Social).

LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí.** Teresina, Halley, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas História dos, nos e por meio dos periódicos.** in: Fontes históricas. 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: contexto, 2008.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta:** um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

NETO, Antonio Julio Menezes. **A IGREJA CATÓLICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO:** Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-334, Maio/Ago, 2007.

MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **Ação política, missão pastoral e instância de inserção:** engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980). São Luís: UFMA, Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, 2012 (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. In: A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil:** a classe dominante agrária-natureza e comportamento 1964-1990. 2ª edição, Editora Expressão Popular. São Paulo, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil.** Volume IV. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 157-186.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988).** Tempos Históricos, Vol. 22, 2º Semestre de 2018, p. 161-183.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **E porque muitos juraram para trair....** EdUEMA, São Luís, 2015.

PETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no**

sudeste do Estado do Pará: 1960-1990. Tempos históricos, volume 18, 2º semestre de 2014.

ROCHA, Alessandro Rodrigues; OLIVEIRA, Wesley Mello. Cristianismo de libertação e teologia da libertação: inspiração evangélica e pensamento Marxista na gênese de um capítulo da teologia latino-americana. **Fragments de cultura.** Goiânia, v.26, n. 4, p.620-633, out/dez, 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da; GOUVÊA, Vanessa Moraes. **Movimentos sociais rurais e redemocratização do Brasil:** interpretações possíveis a partir do Jornal *O Estado* (1980-1990). *Historia Actual Online*, n. 32, p.109-122, Primavera, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” – Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979/2000.** Florianópolis -SC, 2003. Tese de doutorado – UFSC.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245-279.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária.** In: ALENTEJANO. P., CALDART, R. S., FRIGOTTO, G., PEREIRA, I. B. (org.). *Dicionário da Educação do Campo.* São Paulo: Expressão Popular e Escola Politecnica de Saúde Joaquim Venâncio/ FIOCRUZ, 2013, p. 641-646.

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismo e teologia da libertação.** São Paulo, Ed. Fonte Editorial, 2014.

TEMME, Adolfo. **Mala de couro – diário de desobriga.** OFM – Terezina, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa II:** a maldição de Adão. Coleção Oficina da História. Vol 5.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** Estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

VERSIANI, Maria Helena. **Não foi tempo perdido:** os anos 80 em debate: In: *Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia.* 1ª ed., Editora 7 Letras. Rio de Janeiro, 2014.

VILLALOBÓS, Jorge Ulisses Guerra; ROSSATO, Geovanio. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT):** notas da sua atuação no estado do Paraná. *Boletim de Geografia, Maringá*, v.14, n.1, p. 19-31, 1996.

Crônicas:

TEMME, Adolfo. **Convite para participar do aniversário de morte do companheiro Ferreirinha, morto no dia 11 de agosto de 85.**

TEMME, Adolfo. **Carta vai vem.** São Manoel, 25 de setembro de 86.

TEMME, Adolfo. **Irmãos em Cristo: FELIZ PÁSCOA.** 30 de março de 86.

TEMME, Adolfo. **Noticiais de São Manoel.** São Manoel, 29/04/1986.

TEMME, Adolfo. **Feliz Páscoa.** Lago da Pedra, 10/03.

TEMME, Adolfo. **Como são numerosos os perseguidores:** Salmo 3. Lago da Pedra, 23/07/1986.

TEMME, Adolfo. **Hoje tirei de vós a vergonha do Egito.** São Manoel, 10/03/1989.

TEMME, Adolfo. **Fraternidade sim – violência não.** Programa da AVE MARIA na rádio JAINARA. Bacabal, 25/02/1983.

TEMME, Adolfo. **Via sacra de Pau Santo.** Pau Santo, 11/05/1985.

TEMME, Adolfo. **2ª Romaria da Terra.** Bacabal, 12/09/1987.

TEMME, Adolfo. **Ferreiro da Reforma.**

TEMME, Adolfo. **A chacina do povoado Aldeia.** Bacabal, 15:02/1988.

TEMME, Adolfo. **Um grito do fundo do poço.** Lago da Pedra, 10/10/1989.

TEMME, Adolfo. **Onde vai terminar isto?**

TEMME, Adolfo. **Carta vai carta vem.** Lago da Pedra, 04/10/1987.

TEMME, Adolfo. **Abra a porta, povo, que já vem Jesus.** Lago da Pedra, 25/10/1985.

TEMME, Adolfo. **Pela cruz se chega à Luz.** 23/11/1986.

TEMME, Adolfo. **Carta vai carta vem.** 06/1986.

TEMME, Adolfo. **São Manoel - Rogai por nós.** São Manoel, 18/08/1986.

TEMME, Adolfo. **Desprovidos de qualquer amparo legal:** Deus não acuda. São Manoel, 1986.

TEMME, Adolfo. **Notícias da Paróquia**. 07/1987.

TEMME, Adolfo. **Onde Pedro abre, ninguém pode fechar**. Lago Verde, 01/07/84.

TEMME, Adolfo. **Como é que vou anunciar a BOA NOVA?**. 1987.

TEMME, Adolfo. **Carta de Ludovico**. 1987.

TEMME, Adolfo. **Notícias da Paróquia** – setembro e outubro de 87. 10/1987.

TEMME, Adolfo. **O dia do grande horror**. Pau Santo, 23/11/1985.

TEMME, Adolfo. **Pela cruz se chega à luz**. Pau Santo, 23/11/1985.

APÉNDICE.

APÊNDICE 1: Resumo das Crônicas.

RESUMO: Notícias de São Manoel.

Dia: 29/04/86.

Depois da audiência no Rodrigues.

O Frei nesta crônica fala da triste realidade que encontra em São Manoel, por meio dessa metáfora, que envolve Jesus Cristo. Ele relata a disputa por terra entre os lavradores que precisam plantar para comer, mas não conseguem, visto que as cercas avançam cada vez mais. Tal crônica serviu para relatar a intimação que alguns lavradores receberam, em decorrência da destruição da casa de um fazendeiro que abrigava pistoleiros. Todos os intimados compareceram rodeados de fazendeiros e suas ameaças. Adolfo Temme descreve o apoio cedido por parte do delegado aos lavradores, diante do perigo representado pelos fazendeiros, cedendo carros da polícia para fazer escolta até Lago da Pedra. Também falou da relevância dada ao caso do fazendeiro, comparado aos crimes contra lavradores.

RESUMO: Feliz Páscoa.

Dia: 10/03: Lago da Pedra.

O Frei trata da promessa aos lavradores de ganhar terras, para assim trabalhar naquilo que sabem (e só sabem isto), posteriormente falando que tais promessas embora alguns tivessem acreditado, eram falsas, e no momento de recorrer aos direitos e buscar auxílio, nada receberam. O Frei busca através do uso de passagens bíblicas, alimentar a fé no Senhor, mesmo quando os homens da terra, lutam para acabar com seus direitos. Recorrendo ao espírito da Páscoa, a fé daqueles que esperam por terra e invocando a luta de São Manoel, o Frei comemora a Páscoa.

RESUMO: Como são numerosos os meus perseguidores.

Dia: 23/07/86.

Salmo 3/ salmo 4.

Local: Lago da Pedra.

Nesta crônica Adolfo Temme conta a história do povo de São Manoel, que ainda resiste as cercas e o capim, relatando os avanços nas plantações e na fé daquele povo, que nunca deixa de acreditar na misericórdia de Jesus Cristo, falando também do uso constante dos Salmos 3 e 4. Por fim, relata em tom de denúncia, a aflição dos moradores de São Manoel, diante dos alunos cometidos pelos policiais, do fazendeiro Adelino e suas ameaças de morte. Adolfo buscou tornar explícito todo o terror e medo presente em São Manoel, o que resultou na fuga repentina de homens, mulheres e crianças do local pelo medo das represálias e da morte. “Deus enviou um anjo para salvá-los.”

OBS: Nessa crônica o fazendeiro coloca o rebanho para destruir a plantação.

RESUMO: Hoje tirei de vós a vergonha do Egito.

Dia: 10/03/89.

Esta crônica fala da conquista do povo de São Manoel, o acordo assinado no dia 22/02/89, estabelecendo 400ha para o fazendeiro Adelino e 160ha, para o povo de São Manoel, mais 240ha que o Estado comprou de seu João Sinfrônio e José Gustavo. Tal acordo daria o sossego e a terra para plantar para Manoel, podendo os mesmos agora, comemorar a Páscoa com a terra prometida. Adolfo também relata os desafios herdados pelo sufoco passado, logo deixaria de existir, e a prosperidade irá se fazer presente. Para o Frei, o acordo foi um sinal e uma dádiva divina, embora discordem.

RESUMO: Fraternidade sim – violência não.

Dia: 25/02/83.

Local: Bacabal.

Programa da Ave-Maria na Rádio Jain.

Nesta crônica, Adolfo Temme conta a história do nascimento de Jesus e da dificuldade de Maria e José em achar um local para descansar, posteriormente faz uma adaptação de tal história à realidade encontrada por muitos no campo, que não possuem terra e muitas vezes escutam o “aqui não tem”, como José e Maria. Ao falar das ordens para deixar o lugar onde se encontram, o Frei relembra o espírito natalino, que para ele não deve se fazer presente apenas no dia 25 de dezembro, pedindo a todos, que o tempo todo estejam prontos para ajudar os que precisam, assim como José e Maria.

RESUMO: Via Sacra do Pau Santo I.

Dia: 11/06/85.

Local: Pau Santo I

Via Sacra.

Relato sobre a encenação da Via Sacra em Pau Santo, atribuindo significados ligados à realidade de Pau Santo aos símbolos da Paixão de Cristo. Fala das tentativas de mudança do que Jesus escolheu para o povo, de uma paz promovida pelos soldados, de encurtar a Cruz, que na Via Sacra é Pau Santo. O povo espera pelo destino que Deus vai “assinar”. Neste momento, ainda trabalhando a Paixão de Cristo, o Frei relata a construção de uma estrada. Uma estrada que todos sabem, não servirá aos moradores de Pau Santo, não será para o conforto, será para seu conforto, será para os “grandes” passarem com seus carros e não atormentar a viola daqueles que já sofrem. Pau Santo espera pela paz que vem de Deus, e que Jesus sofrerá por eles, até que possam desfrutar da mesma.

RESUMO: 2ª Romaria da Terra.

Segunda Romaria da Terra.

Dia: 12/10/87.

Local: Bacabal.

Apenas a programação da Romaria, com horários, informes, percurso, instrução para chegar ao local, e “dicas” de coisas que podem ser levadas e vendidas.

RESUMO: Ferreiro da Reforma.

Ferreirinha

Dia: Não possui data.

Locais citados: Novas Russas (CE); Matinha, município de Bacabal (MA); Santa Tereza, município de Lago da Pedra (MA);

Sarney: “Promete a Reforma Agrária”.

Nesta crônica, Adolfo Temme conta de forma breve, a trajetória de vida de Gonçalo Ferreira Campos Souza (Ferreirinha), de sua luta, e dos locais por onde morou. O Frei destaca o fato de Ferreirinha ter sido subdelegado e ter resolvido questões perigosas. Ferreirinha

é citado em mais uma crônica de denúncia escrita pelo Frei, vítima de um crime onde “mascarar” o movimento pelo qual o mataram e quem matou. A “necessidade” de intimidar os outros que compartilhavam de suas ideias era maior que a possibilidade de ser permitido. Adolfo Temme, nesta crônica, denuncia a impunidade do crime de Ferreirinha, onde seus assassinos e mandantes do crime ainda circulavam livremente. Por fim, destaco a denúncia que o Frei faz sobre a perseguição das quebradeiras de babaçu e a proibição do acesso delas ao coco.

RESUMO: A chacina do povoado Aldeia.

Dia: 15/02/88.

Local: Bacabal.

Neste documento são relatadas diversas informações sobre o crime ocorrido no povoado de Aldeia, no dia 14/02/88: casas queimadas; assassinato de: Trazibe Teixeira da Conceição (lavrador) e Manoel Neco Pereira (lavrador). Os atiradores não são identificados na crônica, apenas o motorista de um dos carros, identificado como Ananias. Devido aos danos causados pelo atentado, a diocese incorpora o caso à Campanha da Fraternidade e pede doações para o povoado de Aldeia. Uma romaria foi feita, assim como uma caminhada silenciosa, em protesto. O Frei também relata a missa do corpo presente do lavrador Trazibe.

RESUMO: Onde Pedro abre, ninguém pode fechar.

Dia: 01/07/84.

Local: Lago Verde – São Constâncio (município)

Nesta crônica, Adolfo Temme conta o caso de São Constâncio, que teve a Capela fechada pelo quente da fazenda, sob acusação de animar o povo a lutar por terra. O Frei conta por meio de histórias que envolvem sonhos com mensagens que precisavam ser interpretadas a Era São Francisco nos sonhos do Senhor Pedro, “ensinando-o” como reabrir a Capela em São Constâncio. Posteriormente, ele fala da vigilância, das emboscadas e do medo do povo, constantemente reforçado pelos pistoleiros. Por fim narra a reabertura da Capela e sobre os horários das missas em São Constâncio, falando que o poder de Deus vence qualquer obstáculo. Num último momento traz notícias do povoado de São Manoel, relatando as dificuldades enfrentadas por lá.

Resumo: Um grito do fundo do poço.

Data: 10/10/1989.

Local: Aguiar, município de Lago do Junco.

Nesta crônica são relatadas as inúmeras dificuldades enfrentadas nesta localidade, fruto da forte violência advinda dos fazendeiros e até mesma das autoridades (policiais). Citam direitos humanos essenciais para uma vida digna, que estão deixando de fazer parte da realidade dos que ali se encontram, direitos como acesso à moradia, pois os ataques noturnos fizeram muitos fugirem para procurar abrigo em um local mais seguro, direito de se reunir, porque quando tal fato acontece, os pistoleiros logo tratam de agir, o direito de criar, o direito de ir e vir, porque na estrada ninguém passa com medo dos pistoleiros de plantão, o direito da educação, visto o medo e a precariedade encontrada, o direito de se defender na justiça. Alguém moradores foram presos e mantidos em cárcere privado, sendo torturados durante dois dias, com agressões físicas e morais. As ameaças estendem as igrejas e seus membros, como foi o caso citado da Novena de São Francisco, que receberam ameaças de invasão da Igreja. Por fim, a crônica se encerra falando do direito que o povo tem de viver, que é guardado junto de Deus, e utilizando a metáfora do grito, com a mensagem de que ele simboliza a vontade de viver, de nunca deixar de defender os indefesos e a igreja de nunca deixar de anunciar as boas novas.

Resumo: Onde vai terminar isto?

Local: Ludovico.

Data: Não possui.

O conflito narrado nesta crônica se passa no Ludovico, onde a violência parte do fazendeiro Coutinho, que ameaça moradores pela posse da terra e destrói as palmeiras que servem como fonte de renda para os mesmos. As ameaças surgem das mais diversas formas, sendo relatado desrespeito ao senso religioso, a violência com pessoas que passam pela estrada e tiroteios dados em direção ao povo, com a finalidade de causar pânico, assim como ofensas morais a mulheres e crianças. Ao longo da crônica é descrito casos de violência em outras localidades, como no Bertulino no dia 21 de novembro e no dia 10 de janeiro, a invasão feita em algumas casas, ameaças a jovens menores de idade. Outro fazendeiro também é mencionado, com o nome de Chico Vicente, a quem os trabalhadores enfim uma advertência, dias depois, pistoleiros chegam a sua fazenda também com a finalidade de causar medo nos moradores. Frei Adolfo Temme também cita o clima de medo encontrado no Bertulino quando o mesmo foi celebrar uma missa. O ITERMA é mencionado, devido a proposta de venda da área de conflito, onde o mesmo aparece para fazer vistorias. Por fim, no dia 20 de janeiro são relatadas as leituras da missa, os evangelhos, e posteriormente o enterro do Manoel, que já se encontrava doente. A crônica se encerra com a chegada de um grupo grande de crianças e mulheres do Ludovico, com a imagem de São Sebastião na frente da caminhada abrindo a estrada, que se encontrava fechada

por conta dos bandidos, tudo corre bem e missa do dia 21 no Ludovico foi de grande emoção, porque Deus defendeu o povo.

Resumo: Carta vai Carta vem.

Local: Lago da Pedra.

Data: 04/09/1987.

Locais citados: São Francisco; Ludovico; Lago dos Rodrigues; Centro da Pedreira; Lago do Junco.

Adolfo Temme inicia a sua crônica dando notícias das diferentes localidades, iniciando pelo São Francisco, com notícias dadas pela dona Marina, que fala sobre o trabalho com o evangelho ligado ao dia a dia, posteriormente as notícias são do povoado Ludovico, contando os trabalhos desenvolvidos pelas mães e pelo clube das mães na comunidade, por fim, fala da libertação do coco babaçu que estava privado por conta do Coitinho fazendeiro da região, também conta da visita do frei Adolfo e dos alemães a cidade. Já nas notícias do Lago dos Rodrigues, que são contadas remetem as atividades das CEB's, cita algumas reuniões que tratam do tema do projeto do Grande Carajás e dos impactos que esses grandes projetos que estavam se instalando causariam na vida e no meio ambiente, no estado do Maranhão. No dia 12 de junho, comemoram o aniversário do Frei Adolfo com uma homenagem feita por crianças. No Centro da Pedreira foi feita apenas uma missa de agradecimento a colheita, e uma pregação que falava de Jesus ressuscitado, denunciava o pecado que mata a vida, e aconselhava a oferecer o perdão. Por fim, as notícias de Lago do Junco, falando sobre a morte de um senhor (causas naturais), da campanha do soro. Menciona o atentado ao Padre Francisco em Goiás, que foi baleado após celebrar uma missa, o mesmo era membro da CPT e denunciava latifundiários na região. A crônica se encerra com as notícias de São Manoel e da preparação do povo para o encontro dos lavradores.

Resumo: Abra a porta, povo, que já vem Jesus.

Data: 25/10/1985.

Local: Serra Bonita, município de Vitorino Freire.

A crônica se inicia falando do ocorrido em Serra Bonita, com a notícia da Paixão do Senhor se repetiu em meio aos moradores. A problemática descrita acontece da seguinte forma: a polícia militar juntamente com o fazendeiro e seu gerente adentram Serra Bonita em busca de algumas pessoas, dentre elas, o dirigente da comunidade, que é também o delegado

sindical, posteriormente capturaram mais 15 pessoas que não quiserem fugir. Todos ficaram presos na Igreja. As ameaças e insultos se referiam ao religioso e a sua fé. Da violência descrita na crônica faz parte a fome (pois não era oferecida comida aos trabalhadores reféns). Os camponeses são mantidos amarrados, um deles foi queimado com pontas de cigarro, a violência psicológica também era muito utilizada, como foi no caso de um dos presos que foi obrigado a cavar a própria cova e depois foi enterrado até o pescoço. Todos os atos de violência eram seguidos de mensagens ligadas à terra, ao fato de haver um dono e o dono ser apenas o fazendeiro. Na comunidade era possível encontrar pessoas que não apoiavam a causa. Os reféns permaneceram assim por dois dias, até serem encaminhados à delegacia onde receberam a visita do Frei Heriberto e Lucas, ambos ameaçados com armas pelo gerente, mas impedidos pelo delegado. No mesmo dia (quarta-feira), chega a notícia de que outro dirigente foi preso, ele era dirigente e Camucá, local também ameaçado por outro grileiro. O mesmo foi preso para servir de exemplo para os demais, com a finalidade de pôr fim à resistência que ali existia. Ele também foi colocado junto dos outros presos, até ser solto na sexta. Frei Adolfo Temme encerra a crônica fazendo uma comparação do ocorrido com a Paixão de Jesus Cristo, se indagando se os bandidos teriam lido a Bíblia, visto a semelhança encontrada no fato com os textos bíblicos, posteriormente ele faz algumas perguntas sobre as dificuldades enfrentadas por Jesus, das injustiças que sofreu assim como o povo sofre, sempre lembrando que ele é justo e vai repartir sua herança com todos seus filhos. Boa parte das crônicas do Frei Adolfo, terminam com reflexões para o povo, sempre os encorajando a seguir em sua luta e a manter a sua fé em Deus e em seu filho, pois um dia, a justiça dela será feita.

Resumo: Carta vai Carta vem.

Data: 06/1986.

Locais citados: Centro dos Nunes; Lago dos Rodrigues; Centro da Pedreira.

Esta crônica relata alguns acontecimentos da paróquia, começando pela comunidade de Centro Nunes, onde comunicam algumas atividades desenvolvidas lá, como o festejo no mês de maio o terço da novena de N.S do Perpétuo Socorro, a leitura da Bíblia. Por fim, mencionam o caso de uma catequista que tem um estado de saúde grave é que todos se encontram preocupados. Posteriormente as notícias que aparecem são de Lago dos Rodrigues, são duas comunidades de datas diferentes. A primeira fala das novenas celebradas em nome de Nossa Senhora, que se estendeu por 30 noites, com grande participação, falam também da missa celebrada pelo Frei Adolfo Temme e do leilão realizado que arrecadou 339 cruzados que foram investidos no Santuário de São Francisco. A segunda notícia do Lago dos Rodrigues se refere também às atividades desempenhadas pelos membros da comunidade em conjunto com a igreja,

que é o início das novenas para Santo Antônio, do 1 até o dia 13, com leituras da Bíblia. Posteriormente comunicam sobre a grande surpresa do dia 15, trazida pelo Frei Adolfo Temme, que era a imagem de Jesus Cristo, que também fez uma grande celebração, o artista que fez a imagem também estava presente e todos saíram em procissão, segundo Frei Adolfo, Jesus sempre quis estar ao lado dos sofrendores, e lembrou-se do povo de São Manoel, que sofre constantemente com as humilhações e violências dos fazendeiros. A imagem seguiu em procissão até chegar ao São Manoel, pois eles precisariam de Jesus Cristo para dar força em sua luta, todos seriam encorajados a seguir em sua luta pela terra, pois ela pertencia a Deus e aos irmãos. A volta da imagem foi mais complicada, segundo a crônica, visto que no dia 20 era noticiado que a polícia estava em São Manoel e não era a passeio. Os boatos que o povo andava armados causaram suspeitas na polícia, mas nada aconteceu, visto que o advogado da Diocese convenceu a juíza de que o povo era de bem. Na estação da Veronica não aconteceu o mesmo, o medo tomava conta, relatam uma senhora que se tremia com medo da violência, depois é relatado que houve tiros no local. A imagem de Jesus Cristo seguiu em procissão, passando por diversos lugares que possuíam um significado para suas lutas, o último local foi o cemitério. Na cruz havia 3 pregos, para lembrar os mortos na luta, Ferreirinha, Manoel do Pau Santo e Antônio Fontenele. Também são relatados boatos de que os padres possuem armas diferentes, e fazem uma piada de que suas armas são a palavra de Deus e a Bíblia. Por fim, uma carta do Centro da Pedreira, onde dona Maria Amélia se lamenta da situação dos irmãos, mas pede que eles continuem na sua luta.

Resumo: São Manoel rogai por nós.

Local: São Manoel.

Data: 18/08/1986.

Nesta crônica são relatadas as atrocidades praticadas contra o povo de São Manoel, que resultaram o fim de tal lugar. O nome do fazendeiro mandante dos crimes ocorridos é exposto na crônica: fazendeiro Adelino Barbosa do Aguiar. No dia 21 de junho foi entregue para alguns moradores a sentença de morte, que falava sobre o despejo dos moradores de São Manoel. No Ludovico, seu Ribamar sofria represálias também, visto que circulava informações de que o mesmo ajudava os moradores do São Manoel, ele foi sequestrado e junto dele sua esposa e sua filha de 7 anos, a esposa e a filha foram soltas e seu Ribamar fugiu, disseram que foi obra de Deus, porque com ele ninguém pode. Na ação estavam os fazendeiros, seus filhos, pistoleiros e agentes da polícia, que não fizeram nada para impedir. Um caminhão estava derrubando as casas. Foram dados 5 minutos para retirar pertences; o resto foi demolido junto. Os homens foram obrigados a fugir, as mulheres permaneceram e resistiram até o fim. A

capela foi o último lugar a ser derrubaram, o fazendeiro disse que ali foi o lugar que ensinou o povo a lutar por terra e tomar o que era dos outros, a capela deu trabalho para ir ao chão. Com a notícia chegando a Bacabal, todos os padres e freis se deslocaram para São Manoel para prestar apoio, os policiais ficaram com medo, Dom Pascásio vendo aquelas barbaridades jogou uma maldição, Deus iria destruí-los assim como destruíram a casa dos pobres. Queimaram e destruíram tudo que eles possuíam. Os boatos maldosos sobre o povo de São Manoel eram muitos. A missa celebrada teve como tema São Manoel e a destruição encontrada.

Resumo: Desprovidos de qualquer amparo legal. Deus nos acuda.

Local: São Manoel.

Data: 1986.

A notícia dada nesta crônica gira em torno da decisão é do amparo dado ao fazendeiro Adelino Barbosa, responsável pela destruição de São Manoel, pela juíza Maria dos Remédios. A crônica questiona o tempo todo a visibilidade e a preferência dada pela juíza à versão apresentada pelo fazendeiro, dotada de calúnias em torno do povo do São Manoel, e o fato da lei nunca estar ao lado dos pobres, que sofrem com os abusos do fazendeiro por não ter um amparo legal. Questionam sobre a falta de identificação da juíza com o povo, onde o Frei coloca que ela nem sequer, vai até o local do conflito para saber a realidade do povo. Questionam também sobre a ocupação histórica de 30 anos do povo, que é descartado diante da compra e das cercas do fazendeiro. Relatam as ameaças feitas pelos pistoleiros, e das “jogadas” feitas pelas autoridades com a finalidade de gerar mais comentários negativos sobre o povo. Os pistoleiros foram contratados pelo fazendeiro, ameaçaram o povo durante meses, um dos embates resultou na morte de Antônio Fontenele, que era acusado de ser amigo do povo de São Manoel. Torna pública a indignação com a figura da juíza que apoia pistoleiros e assassinos. Por fim, falam de mais ameaças e ações de violência cometidas pelos fazendeiros em uma reunião. Terminam falando que quem faz esse tipo de justiça, não entrará no reino dos céus.

Resumo: Notícias da Paróquia.

Data: 07/1987.

Locais citados: Lago da Pedra; Teresina; Centro do Aguiar; São Luís; São Manoel; Lago do Boi; Cajazeiras; Pedreiras; Rodrigues; Bacabal; Pau Santo; Lima Campos; Santa Tereza; Lago do Junco; Ceará. Esta crônica traz em seu corpo uma série de informações da paróquia, descrevendo as últimas atividades desempenhadas por ela, assim como notícias dos povoados. As primeiras notícias datam do mês de julho.

Dia 04: Lago da Pedra é fundado a Associação dos Alcoólicos Anônimos, com a ajuda de pessoas de São Luís, para ajudar aqueles que desejam sair do vício.

Dias: 07 a 10: retiro dos Frades em Teresina.

Dia 04: Centro do Aguiar, orações e jejum.

Dia 08: Lago do Boi, um homem aparece morto e ninguém sabe quem matou, o fazendeiro ajuda no necessário e deixa a entender que não foi sua culpa.

Dia 15: São Luís visita aos moradores de Serraria que estão acampados no INCRA, querem uma solução para o problema deles, perderam suas casas.

Dia 20: São Manoel, vista ao local onde tinha a igreja que foi destruída. Sinal de ressurreição.

Dia 21: Aguiar, o povo está em festa com a Primeira Missa que o Frei Francisco vai Cantar no dia 19 de setembro.

Dia 22: Cajazeira, libertação do coco babaçu, o fazendeiro desistiu de prender. Ele diz evitar o pior.

Dia 25: Lago da Pedra, o sítio está sendo ampliado para servir aos encontros.

Dia 23: Lago do Boi, o povo espantou os pistoleiros.

Dia 24: a Juíza manda o despacho para expulsar o povo do São Manoel novamente, o juiz Dr. Francisco invalidou o despacho.

As notícias do mês de agosto também são noticiadas.

Dia 02: Visita a Teresina.

Dia 03: Bacabal, encontro diocesano.

Dia 07: Pau Santo, oração e jejum.

Dia 08: Lago da Pedra, denúncia da UDR contra cidadãos da Áustria.

Dia 08: Lima Campos, caso de São José Moura, a terra deve ser desapropriada em favor do povo, o fazendeiro não se retirar. Outras pessoas chegam pra reconstruir as casas queimadas.

Dia 11: Santa Tereza, segundo aniversário da morte de Ferreirinha.

Dia 16: Lago do Junco, Primeira Comunhão.

Dia 18: Ceará, visita para Dom Fragoso.

Dia 23: São Manoel, perícia judicial para saber se o fazendeiro fez novas cercas ou reconstruiu as antigas. Todos falam que ele engoliu um pedaço do povoado.

Dia 25: Serraria, o povo aceita o acordo de receber 650ha para morar e trabalhar.

Dia 27: Rodrigues, curso de dirigentes e catequistas.

RESUMO: “Como é que eu anunciar a Boa Nova?”

Dia: dezembro de 1987

Esta crônica relata uma série de acontecimentos, o primeiro ocorre em São Manoel. Um incêndio que mobilizou inúmeros moradores, como Ludovico, Aguiar e Queimado. Esta primeira parte se encerra com uma boa notícia, o fogo não causou grandes danos e uniu muitas pessoas. Posteriormente, Adolfo Temme relata o casamento celebrado no Bertulino e a tensão que cercava a cerimônia. A noiva veio acompanhada de 20 companheiros, pois os pistoleiros do Coitinho estavam na estrada. Os pistoleiros soltavam ameaças (tiros) durante o festejo da padroeira e do casamento. Neste momento Adolfo Temme destaca o fala de uma senhora que diz não querer ir mais a igreja, porque os padres só falam de terra. Por fim, ele termina com a fala de um velho, que diz a importância e ligação de terra com Deus. A crônica continua trazendo agora o “milagre” ocorrido no Centro Cazuzá, onde a Terra foi vendida e o fazendeiro ordenou o despejo, o então morador Antônio Moreno comunicar que não sairia, e invocou o poder de Deus. O fazendeiro então vai embora. Com as fortes chuvas um igarapé se formou na estrada do seu Antônio, e o prefeito com escavadeiras mandou derrubar os arames do fazendeiro que ameaçar Antônio Moreno. Na parte denominada de “Notícias de Ludovico” é relatada certa tensão local devido à presença constante da polícia e de pistoleiros. Algumas moradoras (mães), questionaram os “visitantes” sobre o que faziam ali e os policiais disseram ser ordens do governador. No dia 14 de novembro tentaram entregar uma intimação, mas não obtiveram êxito. No dia 15 de novembro ocorreu a morte de um pistoleiro. No dia 17 de novembro o Coitinho mandou um portador para perguntar se aceitariam um acordo, embora não especifiquem de que o acordo se trata. A cova foi para o coveiro seria a outra parte da crônica, com um tom de denúncia mais acentuado. O cenário é o Bertulino, a história se inicia no dia 17, com a fala de um viajante que fala sobre uma possível chacina no local. Dia 20 alguns moradores são intimados. O relato da crônica conta sobre a invasão dos pistoleiros a uma casa, que resultou na morte de um pistoleiro por engano, morto por pistoleiros contrariados com a morte de um deles, os demais levam um jovem de 17 anos como refém, como “isca” para pegar seu pai, queriam saber tudo que ele sabia, não foi morto por ser menor de idade. Às 3 horas foi solto. A quantidade de balas na casa de Manoel assusta os moradores, que falam sobre Deus. Também é mencionado uma “ameaça da lata” furada, sinal de que os pistoleiros estavam por perto, tal fato ocorreu em torno de São Manoel. O “Acordo de paz” fala sobre uma reunião com todos os padres, exigida por Coutinho, após abordar o carro do Frei Humano, no dia 26 em Bacabal. Este

trecho se encerra com uma história que serve de lição e reflexão sobre justiça. “A palavra certa é justiça”, neste ponto, utiliza-se da metáfora de Maria grávida pelo poder do Espírito Santo e da desconfiança de José, para se falar dos “José’s” de São Manoel que se distanciam da luta pela terra, pelo medo, mas deslegitimá-la, entretanto, assim como José que observou a obra divina, os “José’s” de São Manoel devem enxergar Deus em sua luta. Por fim, a crônica se encerra com uma história para refletir entre um Rei e um pobre, que mostra o soberano, que Deus está nas coisas simples.

RESUMO: Carta de Ludovico.

Outubro de 87.

A carta direcionada a Diocese de Bacabal.

A mesma relata o ocorrido com a comunidade em decorrência do fazendeiro Raimundo Coitinho que logo tratou de acabar o mato da raça quando chegou, depois ao entregar a terra para o vaqueiro, começou a derrubar os cachos de babaçu, o povo se vendo diante da necessidade, pede para que ele pare derrubar, em resposta, ele manda continuar a derrubada e ameaça a população com pistoleiros. O medo toma conta da comunidade, famílias passam necessidade e medo, fazendo os mesmos dormirem no mato, com medo da morte. A carta fala da esperança do povo em Deus os ajudar. Por fim, são relatadas algumas ameaças sofridas por alguns moradores, como o caso de dona Francisca, Domingos Alves e Raimundo Alves, ambos estavam indo, ou vindo para o Ludovico quando pistoleiros do Coitinho a ameaçaram. O último comunicado é sobre o dia 19 de outubro, onde é relatado o terror e o medo espalhado pela comunidade, fruto do tiroteio do dia 18.

RESUMO: Notícias da Paróquia – Setembro e outubro de 87

Esta crônica trabalha de forma resumida, inúmeras datas.

3 a 6 de setembro: Encontro dos lavradores, reunir de 120 pessoas de 20 comunidades. Adolfo Temme fala sobre libertação total do homem e das coisas que atrapalham a mesma.

10 de setembro: Tentação da Folha – facilidade de emprego e passagem de ida de graça no São Felix de Xingú, muitos estranham, outros se arriscam.

11 de setembro: Missa do nos Três Poços, peças teatrais histórias bíblicas que aproximam a realidade de Três Poços com coisas divinas.

12 de setembro: Romaria da Terra reúne 15 mil pessoas, lutavam pela Reforma Agrária, com camisas dizendo “Reforma Agrária, quem precisa faz”. Relembra os mártires: Ferreirinha; Manoel Monteiro e Antônio Fontenele citam a UDR como não satisfeita com a romaria.

Caso do Bertulino: O povo estava ameaçado por Chico Vicente, o conflito era por conta da cerca e da derrubada do mato da roça o caso foi para o INCRA, houve a tentativa de venda do local, mas não obteve êxito.

14 a 17 setembro: Tributo vocacional em toda paróquia.

17 de setembro: Ordenação sacerdotal do Frei Fontenelle em Bacabal.

18 de setembro: Frei Agostinho vai caçar uma via d’água em Nova Vida.

19 de setembro: Primeira Missa do Frei Fontenelle no Centro Aguiar, nesta parte são descritas algumas partes da missa como ofertório, sermão. Relembra o dia que a família do Frei Fontenele chegou do Ceará, relembra também a aflição com tiros e perseguição do Zé do Cão e celebram o momento de paz e alegria.

20 de setembro: Missa do Ludovico metáfora do pobre (leite) e do rico (café), para falar das decisões e dos pecadores.

22 de setembro: Missa do Acrísio. O evangelho era sobre quem eram os irmãos de Jesus. Neste trecho fala sobre o caso do Preá, onde o fazendeiro mandou derrubar as palmeiras e depois mandou parar após o povo do Ludovico pedir. Entretanto, a mulher do fazendeiro achou tal fato uma desmoralização e voltou atrás com a decisão.

A crônica traz em um segundo momento uma “explosão de conflitos”, o primeiro local é São José dos Moura, na paróquia de Lima Campos. Conta o caso de 200 famílias que viviam em paz até a chegada do grileiro Chico Messias, que passou a expulsá-las com ameaças ou ações físicas, até restar apenas 30 famílias. O grileiro mandou destruir casas e atear fogo, houve confronto direto, a polícia não teve ordem para interferir.

Bacabalzinho: Perto de Lago Verde, o fazendeiro Gerson partiu para cercar e derrubar o mato da roça, o povo disse que não aceitaria – em vão –, diante da insistência, o povo foi a luta, morreu o fazendeiro e dois pistoleiros.

Ludovico: Paróquia de Adolfo Temme. A história se inicia com o festejo de N.S. Aparecida no dia 4 com um culto, dia 5 um vaqueiro apareceu dizendo que em 15 dias algumas pessoas morreriam. Os pistoleiros procuram pelo dirigente. O conflito é em decorrência das palmeiras que começam a ser derrubadas dia 7. A tensão e conflito direto com pistoleiros fez parte do Ludovico durante alguns dias, ameaças eram constantes a todos, independente de idade

ou sexo. A UDR se pronunciou e tomou medidas em São Luís, pedindo que o governador tomasse providências. A polícia chegaria em 48hrs, segundo o governador.

A atividade das quebradeiras é profundamente afetada pela derrubada das palmeiras. Muita gente passa dificuldades.

Os fazendeiros sabem que é crime e orientam com fazer.

Pau Santo: Uma discussão por mato de roça. O homem foi embora.

25 de setembro: Posse do Padre Edilson no Paulo Ramos.

4 de outubro: Fim do festejo.

7 de outubro: Missa na Cajazeira. Fala dos avanços na colheita.

8 de outubro: Pau Santo: Peça dos meninos da vida de Jesus.

RESUMO: O dia do grande horror.

Dia 23/11/85.

Local: Aldeia e Pau Santo.

Nesta crônica é relatada a invasão de dois locais, ambos acompanhados de violência e crueldade por parte de soldados. O povoado de Aldeia é representado num primeiro momento, como um lugar com terra livre, “coletivas”, mas que não tardou em ter “um dono”. Os soldados invadem o local com agressividade, dispostos a darem uma lição nos lavradores, mas logo são intimidados pela figura de um advogado, que fez valer o objetivo de invasão: Ler a liminar provisória em favor dos grileiros, concedido pelo juiz. Feito isto, seguiriam rumo de Lago da Pedra, que todos sabiam que iriam para Pau Santo. O episódio de Pau Santo foi o que resultou na morte de Manoelzinho²⁷.

RESUMO: Pela cruz se chega à luz.

Dia 23/11/85.

Local: Pau Santo.

A crônica conta a morte de Manoel Monteiro de Souza (Manoelzinho), vítima da invasão da polícia militar ao município de Pau Santo, no dia 23 de novembro de 85. Narra à

27 Crônica: Pela cruz se chega à luz.

história de vida de Manoelzinho, que percorreu muitos lugares, como Santo Antônio (47), onde na crônica ele relata ser um lugar com terra liberta, em Pau Santo (59), Altamira, em Cocal Grande (68). Em 59 o IBRA demarcou as terras em Pau Santo. Manoelzinho foi dirigente entre os anos de 70 e 73, deixando para seu filho Milton. Trabalhou como garimpeiro, lavrador e barbeiro. A morte de Manoelzinho não teve culpado “único”, nem punição, em contrapartida, a sua morte resultou num processo de desapropriação, enviado pelo então presidente da república, José Sarney, “libertando” Pau Santo.

OBS: O povo era ciente da proposta de Reforma Agrária.

OBS: Tentaram manipular a história, dizendo que Manoel era perigoso e apontou a arma para os soldados.

APÊNDICE 2: Tabela de Conflitos.

A partir das crônicas do frei Adolfo Temme, elaboramos o seguinte quadro sobre conflitos na região do Médio Mearim no período estudado.

Nome	Idade	Data	Local	Violência	Agressores/ Mandantes.
Gonçalo Ferreira Campos Souza (Ferreirinha).	-----	11/08/1985.	Pau Santo	Ferreirinha foi morto com 5 tiros, motivo: estar envolvidos com lutas pela terra e pela Reforma Agrária.	Agressor: Pistoleiro.
Anastácio	-----	-----	Pau Santo	Morto com 8 facadas; motivo: O fazendeiro alegou que o mesmo caçou terras dele.	Mandante: Fazendeiro não identificado.
Menelinho.	(idoso: idade não encontrada).	-----	Pau Santo	Morto a tiros; Motivos: O pistoleiro não encontrou quem queria.	Agressor: Pistoleiro.
-----	-----	17/07/1986. 21/07/1986.	São Manoel	O fazendeiro mandou soltar o gado para destruir a plantação do povo; Invadem São Manoel com 5 carros, invadindo casas a procura de pessoas para matar; ameaçou colocar fogo nas casas.	Fazendeiro: Adelino Barbosa. Agressores: Pistoleiros e polícia.
Trazibe Teixeira Da Conceição.	64 anos.	14/02/1988.	Povoado Aldeia.	A crônica não especifica a causa da morte. Os pistoleiros invadiram o povoado em	Agressor: Pistoleiros.

				dois carros blindados, queimaram 30 casas e fizeram um tiroteio.	
Manoel Monteiro Souza (Manoelzinho).	76 anos.	23/11/1985.	Pau Santo	A Polícia Militar (115 soldados) invadiu o local e assinou Manoelzinho com 5 tiros.	Agressor: A polícia, entretanto, não houve um único culpado.
-----	-----	1987.	Bertulino	Ameaçou cercar e derrubar mato de roça.	Fazendeiro: Chico Vicente.
-----	-----	-----	São José dos Moura.	Expulsou algumas famílias, destruiu casas e roças. Morreram 2 capangas, 1 soldado e o gerente em uma invasão feita no local.	Chico Messias (grileiro).
-----	-----	05/-/1987. 07/-/1987. 08/-/1987. 09/-/1987. 10/-/1987. 11/-/1987. 12/-/1987. 13/-/1987. 14/-/1987.	Ludovico	Constantemente eram feitas ameaças de morte no local, logo em seguida iniciaram a derrubada das palmeiras de côco babaçu, posteriormente pistoleiros invadem o local com tiroteios causando pânico, fecham a estrada e ameaçam todos que passam por lá.	Fazendeiro: Raimundo Coitinho. Agressores: Pistoleiros.

-----	-----	18/-/1987.	Ludovico	Tiroteio.	Fazendeiro: Raimundo Coitinho. Agressores: Pistoleiros.
Rubens	17 anos	20/12/1987.	Bertulino.	Invadiram a cidade, com o tiroteio espalharam o terror, invadiram a casa de Manoel Joaquim levaram seu filho como refém, quem muitos se admiram de ter escapado das balas. Latas furadas a bala eram envidas para comunicar que havia pistoleiros no local.	Fazendeiro: Chico Vicente. Agressores: Pistoleiros (12).
-----	-----	01/07/1984.	Lago Vede – São Constâncio.	Capela fechada pelo gerente da fazenda sob acusação de fomentar a luta pela terra.	Agressor: Gerente da fazenda.
-----	-----	14/10/1985.	Serra Bonita (município de Vitorino Freire).	Invasão do local e prisão de 15 pessoas mais o dirigente da comunidade que é também delegado sindical, os mesmos foram mantidos presos por dois dias sob maus tratos.	Mandante: fazendeiro não identificado; Agressores: polícia militar, pistoleiros e gerente da fazenda.
José Maria	-----	09/01/1988.	Morador de Morada Nova ia para	Foi baleado.	Agressor: Pistoleiro.

			o Ludovico.		
-----	-----	21/07/1986.	São Manoel.	Destruição das casas, expulsão das famílias, ameaça à integridade física dos moradores, destruição da capela.	Fazendeiro: Adelino Barbosa. Agressores: Pistoleiros, polícia militar.
Ribamar	-----	05/08/1986.	Ludovico.	Invadiram a casa dele no Ludovico e o forçaram a subir no carro com eles, junto foi sua esposa e sua filha, todos fugiram. Motivo: Ele era acusado de ajudar os meninos de São Manoel.	Mandante: Adelino Barbosa; Agressores: pistoleiros.
Antônio Fontenelle.	26 anos.	17/05/1986.	-----	Morto sob acusação de ajudar o povo de São Manoel.	Mandante: Adelino Barbosa; Agressores: pistoleiros.
-----	-----	10/10/1989.	Aguiar.	Os trabalhadores denunciavam a violência cometida contra eles, e a perda de seus direitos básicos.	-----

Fontes: Crônicas do Frei Adolfo Temme.

APÊNDICE 3: Tabela com as notícias encontradas nos jornais maranhenses: *O Imparcial* e *O Estado*.

JORNAL	DATA/LOCAL	CATEGORIA	TÍTULO	RESUMO	CITAÇÃO SIGNIFICATIVA
--------	------------	-----------	--------	--------	-----------------------

<i>O Imparcial</i>	11/06/1985, São Luís.	Questão agrária.	Em defesa da Reforma Agrária.	Utilizando um texto extraído da obra de Gileno de Carlo, o jornal publica um breve texto se posicionado a favor das reformas no cenário rural, desde que atendesse os critérios de função social e consequentemente promovesse uma melhoria de vida a todos que dela necessitam.	Mas à sociedade, principalmente a moderna e urbana, é necessário que uns produzam para outros. Essa circunstância da vida moderna, como seu imperativo econômico, altera a noção de necessária justiça, mas não atinge seus fundamentos. A propriedade sobre a terra só se justifica se servir aos objetivos sociais. Quando isso não ocorre, é dever do Estado, como instituição a serviço da sociedade, intervir e impor reformas ao regime da propriedade agrária.
<i>O Imparcial</i>	11/02/1979, São Luís.	Teologia da Libertação.	Documento de Puebla será votado amanhã com resultado à noite.	A notícia traz uma série de elementos que fornecem ao leitor uma visão geral das mudanças que estão sendo debatidas no interior da Igreja Católica, e os impasses entre bispos e todo o clero, diante das novas ações que estão sendo votadas.	Paralelamente, o documento condenará a violação dos Direitos Humanos na América Latina, o que se entende como uma concessão ao setor progressista. Porém, em nenhum dos casos, haverá referência particular a um país ou a um determinado caso, o que demonstra, achou a fonte, o prevalecimento da linha moderada. Uma forte ênfase será dada ao problema da cristologia desenhada por alguns teólogos da libertação.
<i>O Imparcial</i>	20/06/1985.	Questão agrária.	A intocabilidade da Terra	Nesta notícia, o jornal critica a inaplicabilidade de inúmeros artigos do Estatuto da Terra de 1964, assim como tece questionamentos em torno da figura do General Castelo Branco, que tanto criticou a posse da terra (latifúndios) e se mostrou contraditório em suas ações. O jornal também chama atenção para a situação calamitosa	Setenta por cento da área rural hoje ainda é construída por latifúndios e a conclusão é óbvia: o Estatuto da Terra não foi efetivamente aplicado em seus primeiros 20 anos de vida. Assesores do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, estimam que mais de 20 artigos nunca

				em que muitas famílias ainda se encontram, em decorrência da falta de políticas públicas que visem assentá-los em novas prioridades ou regularizá-la.	foram cumpridos, além de muitos outros terem sido revogados. A “contra-reforma agrária”, aliás, foi identificada, em 1981, por um dos integrantes do grupo responsável pela elaboração do Estatuto da Terra, o professor Fernando Pereira Sodero, mestre em Direito Agrário Brasileiro falecido em abril do ano passado.
<i>O Imparcial</i>	11/06/1985, São Luís.	Questão agrária e Teologia da Libertação.	Arcebispo defende o começo da Reforma.	Traz uma pequena reportagem que aborda a opinião do Arcebispo Dom Paulo sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, considerado pelo mesmo como um começo para a importação da Reforma Agrária em todo o país.	Dom Paulo observa, por outro lado, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defende a realização de uma reforma agrária com a participação dos trabalhadores rurais. Ele inclusive, sugere que o governo federal, através dos órgãos competentes, ouça as propostas e a opinião dos lavradores.
<i>O Imparcial</i>	10/02/1979, São Luís.	Teologia da Libertação.	Iniciada votação do documento de Puebla hoje.	A grande divisão no setor da Conferência inclui, por um lado: uma metade de bispos apegados às forças mais tradicionais da fé e da outra metade que está disposta a aceitar o desafio de partir da realidade latino-americana.	A grande divisão no setor da Conferência inclui, por um lado: uma metade de bispos apegados às forças mais tradicionais da fé e da outra metade que está disposta a aceitar o desafio de partir da realidade latino-americana.
<i>O Imparcial</i>	02/06/1985, São Luís.	Questão agrária.	Reforma da Terra é minimizada.	Traz a fala do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores Luís Inácio Lula Da Silva em discurso, acerca do Plano Nacional de Reforma Agrária de José Sarney, criticando o mesmo quanto a sua ineficiência.	Com destino a Macapá, onde foi participar de debates promovidos pelo PT, Lula disse que nunca esperava uma Reforma Agrária do presidente José Sarney.
<i>O</i>	04/06/1985,	Questão	Incra acerta	Trata de forma breve dos	Eles querem participar de

<i>Imparcial</i>	São Luís.	agrária.	acordo com os lavradores.	conflitos no Oeste Catarinense, que resultou na medida de desapropriação de 20mil hectares por parte do INCRA, com a finalidade de assentar 21mil famílias, em contrapartida o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deveria parar com as “invasões”.	todos passos a serem dados com vistas a reforma agrária, que começará, a nível nacional, por Santa Catarina.
<i>O Imparcial</i>	01/06/1985, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária em debate.	Convida todos a ouvirem o programa “a Lei é para todos”, onde irá ocorrer um debate sobre Reforma Agrária.	Diante dessa realidade e da recente divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo ministro, Nelson Ribeiro, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís promove hoje, às 11 horas, na Rádio Educadora, através do programa “A Lei é para Todos”, um debate sobre “A Reforma Agrária na Nova República”.
<i>O Imparcial</i>	02/06/1985, São Luís.	Questão agrária.	Reforma Agrária.	Uma pequena matéria para informar sobre os impasses do I Plano de Reforma Agrária.	Já o deputado Max Mauro acredita que a implantação do Estatuto da Terra não será fácil, principalmente se for levado em conta a reação que já se esboça contra o projeto.
<i>O Imparcial</i>	04/05/1985, São Luís.	Questão agrária.	O povo discute a Reforma Agrária.	Traz em seu conteúdo os últimos debates acerca do tema da Reforma Agrária, discutindo a exigência da mesma por parte do Banco Mundial, debate o PNRA, e aborda as falas de trabalhadores no geral, diante das propostas.	O ponto central dos debates foi a importância do Congresso da classe dos trabalhadores rurais para que haja uma reforma agrária que venha atender aos interesses do povo brasileiro e, ainda, uma discussão quanto a possibilidade de uma verdadeira reforma agrária através do plano do Governo. Sobre o PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, muitos pontos foram questionados, inclusive no

					aspecto do compromisso do Governo com o Banco Mundial, que deseja que seja feita a reforma agrária.
<i>O Imparcial</i>	06/06/1985, São Luís.	Questão agrária.	Senador Crítica Reforma Agrária.	Traz a fala do Senador Alexandre Costa, no Senado, criticando o plano da Reforma, caracterizando como longe de acontecer e distante do progresso.	“A reforma agrária agora proposta é apenas a feição superficial. É a nova letra de música velha e conhecida, alijada em outros tempos da granda parada da demagogia, orquestrada pelos agitadores de sempre que necessitam da desinformação da opinião pública para desviar o Brasil de seu caminho da legalidade e progresso”.
<i>O Imparcial</i>	06/06/1985, São Luís.	Questão agrária.	Reforma Agrária.		
<i>O Imparcial</i>	04/05/1985, São Luís.	Questão agrária.	Pesquisa apoiará Reforma.	Destaca a fala do Ministro da Agricultura, Pedro Simon.	O ministro da Agricultura, Pedro Simon, reafirmou em Brasília a importância da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na implantação da reforma agrária no país de gêneros básicos ‘para combater a fome de milhões de brasileiros’. A declaração foi prestada na solenidade de posse do novo presidente da empresa, Luís Carlos Pinheiro Machado.
<i>O Imparcial</i>	26/06/83, São Luís	Teologia da Libertação.	“Teologias da Esperança”	Fala sobre o surgimento de novas doutrinas, progressistas, dentro da Igreja Católica, ambas com viés político e filosófico.	[...] É assim, a chamada ‘teologia da esperança’ (bonito nome), na qual se inspira, e quase se identifica, a famosa e discutida ‘teologia da LIBERTAÇÃO’. Para facilitar a compreensão do leitor, ficaremos hoje nas premissas filosóficas, para depois, em prosseguimento, examinar as consequências teológicas, no que

					diz respeito a DEUS, a CRISTO e à IGREJA
<i>O Imparcial</i>	09/06/86, São Luís	Constituinte.	Por uma Constituição democrática.	Convocar a população a participar da elaboração da Constituição, motivando o exercício da democracia.	[...] A Constituição de que necessitamos terá de ser fruto de amplo diálogo nacional, terá de ser a síntese da co-participação de todos os cidadãos brasileiros, alfabetizados e analfabetos, oficiais e soldados, porque no que respeita à cidadania, não há, entre eles, nenhuma diferença.
<i>O Imparcial</i>	05/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Trabalhadores Sem Terra apoiam medida do Governo.	Aborda a opinião do presidente da FATAEMA e dos delegados do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em relação a terras improdutivas, vistas como empecilho para o desenvolvimento agropecuário, e que deveriam ser desapropriadas.	A implantação da reforma agrária não pode mais ser adiada. O seu início, o número de assentamentos por ano e o termino devem ser definidos pelo Poder Público.
<i>O Imparcial</i>	05/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária vai enfrentar sérios problemas para ser implantada no Brasil.	Traz a fala de Francisco Sales, e também a de Trabalhadores Rurais que olham no PNRA um começo para alcançar a verdadeira reforma.	Nós continuaremos lutando por uma reforma agrária e esperamos que o governo não volte atrás frente às pressões dos latifundiários.
<i>O Imparcial</i>	26/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária.	Prorrogação da discussão sobre o PNRA.	O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, anunciou que o Governo decidiu prorrogar até 20 de agosto a discussão da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, atendendo solicitação do Conselho Político do Governo e das comissões de agricultura da Câmara e do PMDB de Reforma Agrária.
<i>O Imparcial</i>	22/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Comunista não crê na execução da reforma.	Traz em uma entrevista exclusiva ao jornal O Imparcial,	O Partido Comunista do Brasil não acredita na

				opinião de Valter Cesar, principal líder do partido Comunista do Brasil em Tocantins, a sua descrença na execução da Reforma Agrária.	possibilidade de o governo do Presidente José Sarney realizar a Reforma Agrária completa.
<i>O Imparcial</i>	19/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Vinte jagunços espalham terror em Santa Luzia.	Violência e mortes em decorrência do ataque de Jagunços no município de Santa Luzia.	Dois lavradores foram mortos no último dia 15 por vinte jagunços comandados por Raimundo Zeca e Luiz Chaves, no município de Santa Luzia, onde foi ferida também a bala uma senhora de idade bastante avançada, Dona Maria Rodrigues, que está impedida de receber socorro médico.
<i>O Imparcial</i>	16/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma na terra divide as atenções.	Coloca em uma pequena notícia de Recife, opiniões de Gilberto Freyre e José Rodrigues sobre o percurso a ser realizado por José Sarney.	Rodrigues, que comanda à frente da FATEPE um contingente de 300 mil trabalhadores, observou que a proposta do presidente Sarney 'é tímida e não atende às necessidades do país', que segundo ele, necessita de uma reforma agrária 'urgente, ampla e imediata', que deve ser realizada num prazo de cinco anos e não quinze como pretende o presidente.
<i>O Estado</i>	18/04/86, São Luís.	Teologia da Libertação.	TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: dezoito anos depois, o beneplácito da Igreja Católica	Reconhecimento da Teologia da Libertação por parte da Igreja Católica, dezoito anos depois de seu surgimento.	A Igreja Católica deu carta de cidadania a Teologia da Libertação, dezoito anos depois do surgimento do controverso movimento que afetou a consciência política dos cristãos e criou o "problema da religião" para os revolucionários latino-americanos. Em seu recente documento "Liberdade Cristã e Libertação", o Vaticano reconhece o direito dos pobres de lutar contra a violência, a ingerência

					política dos religiosos e o “mito da revolução” que resultará em novas formas de escravidão
<i>O Estado</i>	1985, São Luís.	Questão Agrária.	REFORMA AGRÁRIA VAI TER DINÂMICA PRÓPRIA.	Oferece ao leitor um parecer acerca dos tramites da Reforma Agrária e dos PRRA.	O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, afirmou ontem às lideranças nacionais e estaduais dos Trabalhadores na indústria, na sede da CNTI, que a Reforma Agrária não vai ser protelada. Disse também que dentro de mais alguns dias estarão sendo aprovados pelo presidente Sarney os PRRAS (Planos Regionais de Reforma Agrária).
<i>O Estado</i>	11/10/85.	Questão Agrária.	Reforma Agrária já.	Apenas informa sobre o lançamento do PNRA, por José Sarney.	Numa decisão que arrancou aplausos da maioria dos setores da sociedade brasileira, o Presidente José Sarney lançou, ontem, o Plano Nacional de Reforma Agrária – um instrumento legal destinado a garantir terras para milhões de trabalhadores brasileiros que nelas vivem e trabalham.
<i>O Imparcial</i>	02/06/85, São Luís	Questão Agrária.	Lavradores sofrem pressões em Turiaçu.	Uma pequena notícia para tornar público os casos de violência contra lavradores por abuso de poder, por parte do Prefeito de Turiaçu, com a criação de bubalinos.	O deputado Estadual Gervasio Santos, presidente em exercício da Comissão executiva regional do PMDB, comunicou ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, através de telex, que os lavradores do município de Turiaçu, residentes nos povoados ‘Ponta do Mangue’, ‘Castelo’, ‘Capoeira do Gado’ e ‘Brito Mutar’ vêm

					sofrendo violências e perseguições por parte do prefeito Narciso Fonseca, criador de búfalos, que pretende instalar na região grande quantidade de buschias, inviabilizando, desse modo, o desenvolvimento da lavoura ali mantida.
<i>O Imparcial</i>	02/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Espaço agrícola: Reforma Agrária.	Traz a fala do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, aos trabalhadores rurais, garantindo que a Reforma seja feita, principalmente a partir da desocupação e redistribuição de terras de grandes latifúndios, assim como também se pronuncia sobre a ação criminosa de grileiros.	O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, garantiu aos participantes do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em Brasília, que a reforma a reforma agrária será feita principalmente com a desapropriação do latifúndio, e não simplesmente com a fixação de agricultores em terras públicas.
<i>O Imparcial</i>	05/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Padre denúncia grileiros.	Busca tornar pública a fala do padre João Maria Van Dame, membro da CPT, que denuncia os casos de violência de grileiros contra a população de Lago dos Rodrigues, município de Lago do Junco, alertando autoridades sobre o risco de mortes na região, em decorrência do conflito de terra.	Pistoleiros estiveram no dia 8 de maio no Distrito de Arame. boa executaram o seu propósito porque as prováveis vítimas não foram localizadas.
<i>O Imparcial</i>	05/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Richa defende reforma agrária no país.	Traz a fala do governador José Richa, em São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, onde ele se mostra favorável ao PNRA de José Sarney, e diz não concordar com as críticas feitas ao mesmo.	Manifestando-se favorável ao projeto de reforma agrária, José Richa defendeu a medida, que visa unir os mutirões de regularização de terras, que são feitos isoladamente nos Estados.
<i>O Imparcial</i>	05/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária	Fala do secretário-geral do Partido Comunista brasileiro, Gicondo Dias.	Secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Gicondo Dias, afirma que o plano nacional de reforma não é coisa de comunista.
<i>O Imparcial</i>	06/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária.	Traz a fala do arcebispo Dom	A reforma agrária proposta pelo governo deve ter

				Avelar (ilegível) Vilela, em Salvador-BA, sobre a reforma agrária.	critérios muito definidos para evitar que setores representantes da sociedade entrem em choque. A afirmação foi feita em Salvador- BA, pelo cardeal Dom Avelar (ilegível) Vilela, arcebispo da Bahia, acrescentando que a simples distribuição de terra não resolve o problema e isso deve ser acompanhada de orientação técnica, empréstimos bancários e um eficiente processo de comercialização.
<i>O Imparcial</i>		Questão Agrária.	Lavradores ameaçados em Vitória do Mearim.	Denúncia feita pelo vereador Antônio Ozano Silva (PMDB), contra o grileiro José Lins Braga, que tem usados e violência física e psicológica contra lavradores em Bambu, município de Vitória do Mearim.	Cerca de 60 famílias de lavradores do povoado Bambu, município de Vitória do Mearim, estão sendo ameaçadas de expulsão das áreas onde trabalham pelo fazendeiro José Lins Braga que já levou a polícia ao local, mandou derrubar várias casas tendo indenizado algumas e outras não e possui ainda dois capangas que andam armados impedindo que os agricultores façam roça na área em que ele diz ser proprietário.
<i>O Imparcial</i>	09/06/85, São Luís.	Constituinte.	Constituinte e poder Judiciário.	Aborda às novas mudanças previstas para a sociedade, para a OAB, e para o poder judiciário, com a nova Constituição que está sendo elaborada, conquista pelo povo, com muita luta.	Se nos instantes mais tempestuosos da longa noite que se encerra, bastou-nos a coragem de alinhamento na resistência democrática, a alvorada que se esboça desafia a instituição novos e inadiáveis compromissos.
<i>O Imparcial.</i>	14/05/85, São Luís.	Questão Agrária e Teologia da Libertação.	Bispo aprova a reforma proposta por Sarney.	Bispo auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau Biernaski mostra-se favorável ao plano de Reforma Agrária proposto por Sarney, e diz que a mesma é muito necessária para toda a sociedade.	CURITIBA- O bispo auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau Biernaski, disse que a Reforma Agrária será a maior obra do presidente José Sarney. Segundo ele, a "Reforma Agrária no Brasil

					se faz mais do que necessária pelos reflexos sociais que terá principalmente no meio rural". Para D Ladislau, a Igreja desde há muito tempo vem defendendo a redistribuição de terras agricultáveis do Brasil.
<i>O Imparcial.</i>	14/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Ruralistas exigem a reforma	Aborda a fala de líderes ruralista, que criticam a lentidão com que estão sendo realizadas a reforma agrária e a aplicação do PNRA, dentre os líderes, destacam a fala de Nelson Alves de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz.	A nova República há de convir de que esperamos tempo demasiado e finalmente chegou a nossa vez. Queremos a justa distribuição da terra aos seus possuidores reais, os agricultores. Reforma já é uma necessidade histórica.
<i>O Imparcial.</i>	18/06/85, São Luís.	Questão Agrária.	Economistas dão apoio à reforma	Fala sobre a votação a favor da Reforma Agrária, que ocorreu no Conselho Federal de Economia.	RIO- Em reunião no Conselho Federal de Economia, aproveitou por unanimidade, (ilegível) de apoio à iniciativa do governo em promover a Reforma Agrária no Brasil.
<i>O Estado.</i>	12/10/1985, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária no MA sai em 6 meses.	Falam dos últimos avanços da Reforma Agrária, estipulando prazos pequenos para seu cumprimento.	Benedito Prazeres disse ainda que considera ainda o dia 10 de outubro - data do lançamento do PNRA - como um dia de grande importância na história do país, "porque, pela primeira vez, um presidente teve a coragem de lançar um programa de alcance e se comprometer com ele, assegurando ao homem do campo o direito de propriedade e acesso à terra".
<i>O Estado.</i>	13/10/1985, São Luís.	Questão Agrária.	Reforma Agrária e seus dez mandamentos.	Aborda 10 pontos principais que regem o Plano de Reforma Agrária do presidente José Sarney.	X- A Reforma Agrária democratiza a propriedade, tornado-a acessível a milhões de brasileiros. PAZ NA TERRA.
<i>O Estado.</i>	11/10/1985, São Luís.	Questão Agrária.	Sarney lança à Reforma Agrária.	Traz como notícia, o lançamento da PNRA por José Sarney, trazendo trechos de sua fala	"O lançamento deste plano é uma demonstração de que estamos sendo dignos do

				em Brasília, assim como descreve o lançamento do mesmo.	momento histórico brasileiro e que estamos sendo conciliar, com ousadia, modernizar, com objetivo, e mostrar coragem, com moderação”, afirmou.
--	--	--	--	---	--

Fontes: Jornal *O Imparcial* e *O Estado*.

